



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

**OS DESAFIOS DO MUNDO DO TRABALHO NA APROPRIAÇÃO
DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS RESULTANTES DO “ECONOMIC
PARTNERSHIP AGREEMENT”: UM ESTUDO DE CASO
DO SETOR DE FLORES EM UGANDA**

Martin Wandera

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico – área de concentração: Economia Social e do Trabalho, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Alejandra Caporale Madi.

*Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendido por **Martin Wandera** em 11/09/2009 e orientado pela **Profa. Dra. Maria Alejandra Caporale Madi**.*

CPG, 11/09/2009

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "Martin Wandera", is written over a horizontal line.

Campinas, 2009

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

| | |
|-------|--|
| W182d | <p>Wandera, Martin.</p> <p>Os desafios do mundo do trabalho na apropriação dos benefícios sociais resultantes do "Economic Partnership Agreement": um estudo de caso do setor de flores em Uganda/ Martin Wandera. – Campinas, SP : [s.n.], 2009.</p> <p>Orientador : Maria Alejandra Caporale Madi. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.</p> <p>1. Assitencia social – Uganda. 2. Mercado de trabalho – Uganda. I. Madi, Maria Alejandra Caporale. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Titulo</p> <p style="text-align: right;">10-010-BIE</p> |
|-------|--|

Título em Inglês: Challenges of appropriating the social benefits of economic partnership agreements to labour: a case study of the flower industry in Uganda

Keywords: Social benefits ; Labour market ; Uganda

Area de Concentração : Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora: Profa. Dra. Maria Alejandra Caporale Madi

Prof. Dr. Rogério Pereira de Andrade

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

Data da defesa: 11-09-2009

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Dissertação de Mestrado

Aluno: MARTIN WANDERA

**‘Os Desafios do Mundo do Trabalho na Apropriação dos Benefícios
Sociais Resultantes do “Economic Partnership Agreement”:
Um estudo de caso do setor de flores em Uganda’**

Defendida em 11 / 09 / 2009

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dra. MARIA ALEJANDRA CAPORALE MADI
Orientadora – IE / UNICAMP



Prof. Dr. ROGERIO PEREIRA DE ANDRADE
IE / UNICAMP



Prof. Dr. ANDRÉ LUIZ DE MIRANDA MARTINS
UFPE

Declaração

Eu, Martin Wandera, declaro que essa dissertação representa meu próprio trabalho, exceto onde há referências a outros, e que não inclui partes de nenhuma tese apresentada com sucesso para outra graduação.

Dedicatória

Esse trabalho é dedicado aos meus pais; Sr. e Sra. Odwori, à minha adorada esposa Martha e aos melhores amigos - Angel, Taaka, Wandera e Niki.

Reconhecimentos

A redação dessa dissertação foi um dos desafios acadêmicos mais significativos que eu já tive. Sem as contribuições de várias pessoas, este trabalho não teria sido finalizado. É para todas essas pessoas que me apoiaram neste trabalho que eu devo gratidão.

Um agradecimento especial à minha supervisora Prof. Alejandra Maria Caporale Madi, que em meio a uma agenda acadêmica apertada supervisionou-me diligentemente e sempre me inspirou, Prof Rogerio Andrade, cujos comentários úteis nos estágios iniciais deste trabalho me ajudaram a definir melhor o objeto da pesquisa e Prof. Andre Luiz de Miranda Martins pelos seus comentários no rascunho final. O Instituto de Economia proporcionou um ambiente acadêmico propício para realizar este tipo de trabalho. Eu gostaria, portanto, de agradecer a todos os Professores do Instituto, especialmente Mariano, Anselmo, Eugenia, Gori, bem como às assistentes imediatas do programa anterior, Camila e Lygia por seu apoio inestimável. Aos meus colegas Tiyamike Harold Goliati, Likele Shungu, Maciya, Roberto Borghi, Merlene Smith, Petterson Molina Vale e Tino, obrigado pela leitura e levantamento dos erros nos vários rascunhos deste trabalho.

Ademais, agradeço à minha esposa, filhos e à família toda, sem os quais este trabalho não teria nenhum valor. Seu apoio sem limites, sua paciência e compreensão que não somente me inspiraram, mas também me ensinaram tanto sobre sacrifício, disciplina e compromisso.

Ao meu amigo Larry, muito obrigado pelo incentivo durante esse curso. Eu agradeço à toda a Fraternidade do Movimento Sindical, em Uganda, especialmente ao Companheiro Vincent Ojiambo, Secretário Geral da UMMAU, pelo apoio inestimável. À OIT, com quem estarei sempre em dívida pelo apoio financeiro, sem o qual a realização deste trabalho teria sido impossível. Em reconhecimento às contribuições de várias pessoas para este trabalho, eu não responsabilizo nenhum deles pelas opiniões ou erros neste trabalho.

Resumo

Este estudo foi motivado pelo interesse em entender melhor os fatores que constroem o crescimento da exportação e limitam os resultados sociais da liberalização do comércio como o emprego. A Indústria de flores foi usada como estudo de caso e os objetivos específicos do estudo eram analisar as restrições a oportunidades de acesso ao Mercado sob os APE e em que medida as instituições do mercado de trabalho em Uganda podem facilitar o alcance a benefícios sociais sob os APE por meio da agenda de trabalho decente.

A idéia por trás dos acordos de livre comércio como os APE é que comércio mais livre expande as oportunidades e benefícios igualmente para todos os parceiros da negociação. O estudo, no entanto, descobre que ao lado disso, devido à restrição de suprimentos, como a infra-estrutura pública pobre, tarifas de eletricidade sempre em ascensão, altos preços de fretes, bem como dificuldades de acesso a financiamentos de longo prazo, Uganda não é capaz de tirar vantagem plena dos benefícios comerciais gerados pelo acesso ao livre mercado.

Construindo sobre idéias Keynesianas, que vinculam emprego à produção, o estudo conclui que o aspecto dos constrangimentos de suprimentos também afeta o emprego na medida em que mina a produção. Enquanto o nível de emprego é uma questão do Mercado produtivo, as questões de bem-estar social como o trabalho decente são o mercado de trabalho e, por essa razão, instituições do mercado de trabalho também foram analisadas. O estudo conclui que, como parte da agenda neoliberal de desregulação, o governo de Uganda frustrou, deliberadamente, a implementação de leis de trabalho. A falha em implementar leis como o salário mínimo facilita uma apropriação desequilibrada dos benefícios do comércio. Por exemplo, ainda que o valor das exportações de flores tenha aumentado mais de 200 por cento nos últimos 10 anos, os salários permaneceram estagnados.

Abstract

This study was motivated by an interest to understand better the factors that constrain export growth and limit the social outcomes of trade liberalization like employment. The flower industry was used as a case study and the specific objectives of the study were to examine the constraints to market access opportunities under EPA and the extent to which labour market institutions in Uganda can facilitate the achievement of social welfare benefits under EPA through the decent work agenda.

The underlying idea behind free trade agreements like EPA is that freer trade expands opportunities and benefits all trading partners equally. The study however finds that because of supply side rigidities like poor public infrastructure, ever rising electricity tariffs, high freight charges as well problems of accessing long term funding; Uganda is not able to take full advantage of trade benefits created by free market access.

Building on Keynesian ideas that link employment to production, the study concludes that supply side constraints also affect employment in as far they undermine production. While the level of employment is a product market issue, social welfare issues like decent work are labour market and for that reason labour market institutions were also examined. The study concludes that as part of the neoliberal agenda of deregulation, the government of Uganda has deliberately frustrated the implementation of labour laws. Failure to implement laws like the minimum wage facilitates unequal appropriation of the benefits of trade. For example whereas the value of flower exports has increased by over 200 percent in the last 10 years, wages have remained stagnant.

Sumário

| | |
|--|--------------|
| Martin Wandera | i |
| Keywords: Social benefits ; Labour market ; Uganda | ii |
| Declaração | v |
| Dedicatória | vii |
| Reconhecimentos | ix |
| Resumo | xi |
| Abstract | xiii |
| Lista de figuras | xviii |
| Abreviações e Siglas | xxi |
| INTRODUÇÃO AO ESTUDO E UMA VISÃO GERAL DE UGANDA | 1 |
| Economia e Geografia de Uganda | 4 |
| Figura 1 Mapa de Uganda | 5 |
| Fluxos Comerciais | 6 |
| Evolução dos Acordos de Parcerias Econômicas | 7 |
| Metodologia de Pesquisa | 8 |
| CAPÍTULO 1 | 11 |
| LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO, EXPORTAÇÕES E TRABALHO DECENTE: UMA REVISÃO DA LITERATURA | 11 |
| 1.1 Liberalização do Comércio | 11 |
| 1.2 Teoria do Comércio | 12 |
| 1.3 Literatura Atual do Impacto do Comércio | 15 |
| 1.4 Acordos de Parcerias Econômicas: Uma análise empírica | 20 |
| 1.5 Restrições ao Crescimento de Exportações em Uganda: O Caso da Indústria de Flores | 21 |
| 1.5.1 Medidas de Promover o Crescimento das Exportações | 23 |
| 1.6 Financiamento e Desafios do Emprego | 24 |
| 1.6.1 O Motivo da Flexibilização do Trabalho | 24 |
| 1.6.2 Emprego e Financiamento | 29 |
| 1.6.3 Emprego e Trabalho Decente | 31 |
| 1.7 Instituições do Mercado de Trabalho | 33 |
| 1.7.1 Salário Mínimo | 34 |

| | | |
|--|--|-----------|
| 1.7.2 | Sindicatos em Uganda | 37 |
| CAPÍTULO 2..... | 41 | |
| AS RESTRIÇÕES NO FORNECIMENTO NA INDÚSTRIA DE FLORES DE UGANDA | 41 | |
| 2.1 | Uma visão geral da indústria de flores em Uganda..... | 41 |
| 2.2 | Restrições à produção e exportação de flores em Uganda..... | 44 |
| 2.2.1 | Impostos: O impacto de altas taxas | 44 |
| 2.2.2 | Infra-estrutura rodoviária pobre: Impacto nos custos operacionais.... | 48 |
| 2.2.3 | Altos custos de Energia | 49 |
| 2.2.4 | Fornecimento: Pressões superiores | 52 |
| 2.2.5 | Financiamento: O alto custo do crédito | 54 |
| 2.2.6 | Crise econômica global..... | 56 |
| 2.2.8 | Competição Regional: Incentivos Empresariais Superiores no Quênia e na Etiópia | 59 |
| 2.2.9 | Assistência ao Desenvolvimento do Comércio da União Europeia Inadequada | 60 |
| CAPÍTULO 3..... | 63 | |
| AS INSTITUIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO E O TRABALHO DECENTE NA INDÚSTRIA DE FLORES..... | 63 | |
| 3.1 | Contratos de emprego..... | 66 |
| 3.2 | Carga Horária | 68 |
| 3.3 | Salários | 69 |
| 3.4 | Licença Maternidade | 75 |
| 3.6 | Segurança Social | 76 |
| 3.7 | Segurança e Saúde Ocupacional..... | 78 |
| 3.8 | Primeiros socorros..... | 81 |
| 3.9 | Liberdade de Associação e de Negociação coletiva | 82 |
| 3:10 | Inspeção de trabalho | 86 |
| Capítulo Quatro | 93 | |
| 4. Conclusão..... | 93 | |
| Referências Bibliográfica..... | 101 | |
| ILO, Convention 183 Maternity Protection, Geneva, 2000. | 106 | |
| Martin Wandera | i | |
| Keywords: Social benefits ; Labour market ; Uganda | ii | |

| | |
|---|--------------|
| Declaração..... | v |
| Dedicatória | vii |
| Reconhecimentos | ix |
| Resumo | xi |
| Abstract..... | xiii |
| Lista de figuras..... | xviii |
| Abreviações e Siglas..... | xxi |
| INTRODUÇÃO AO ESTUDO E UMA VISÃO GERAL DE UGANDA..... | 1 |
| Economia e Geografia de Uganda | 4 |
| Figura 1 Mapa de Uganda | 5 |
| Fluxos Comerciais..... | 6 |
| Evolução dos Acordos de Parcerias Econômicas | 7 |
| Metodologia de Pesquisa | 8 |
| CAPÍTULO 1..... | 11 |
| LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO, EXPORTAÇÕES E TRABALHO DECENTE: UMA REVISÃO DA LITERATURA | 11 |
| 1.1 Liberalização do Comércio..... | 11 |
| 1.2 Teoria do Comércio | 12 |
| 1.3 Literatura Atual do Impacto do Comércio..... | 15 |
| 1.4 Acordos de Parcerias Econômicas: Uma análise empírica | 20 |
| 1.5 Restrições ao Crescimento de Exportações em Uganda: O Caso da Indústria de Flores..... | 21 |
| 1.6 Financiamento e Desafios do Emprego..... | 24 |
| 1.7 Instituições do Mercado de Trabalho..... | 33 |
| CAPÍTULO 2..... | 41 |
| AS RESTRIÇÕES NO FORNECIMENTO NA INDÚSTRIA DE FLORES DE UGANDA | 41 |
| 2.1 Uma visão geral da indústria de flores em Uganda..... | 41 |
| 2.2 Restrições à produção e exportação de flores em Uganda..... | 44 |
| CAPÍTULO 3..... | 63 |
| AS INSTITUIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO E O TRABALHO DECENTE NA INDÚSTRIA DE FLORES..... | 63 |
| 3.1 Contratos de emprego..... | 66 |
| 3.2 Carga Horária | 68 |

| | |
|--|------------|
| 3.3 Salários | 69 |
| 3.4 Licença Maternidade | 75 |
| 3.6 Segurança Social | 76 |
| 3.7 Segurança e Saúde Ocupacional | 78 |
| 3.8 Primeiros socorros..... | 81 |
| 3.9 Liberdade de Associação e de Negociação coletiva | 82 |
| 3:10 Inspeção de trabalho | 86 |
| Capítulo Quatro | 93 |
| 4. Conclusão | 93 |
| ILO, Convention 183 Maternity Protection, Geneva, 2000. | 106 |

Lista de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 Mapa de Uganda..... | 5 |
| Figura 2.1 Divisão Percentual de variedades de flores, 2007..... | 42 |
| Figura 2.2: Exportação de flores de Uganda por valor 1998-2007..... | 43 |
| Figura 2.3: Valor das exportações regionais de flores 2008..... | 43 |
| Figura 2.4 Destinos das exportações das flores de Uganda 2008 | 44 |
| Figura 2.5: Evolução das tarifas unitárias por KWh em Uganda 1992-2007 | 51 |
| Figura 2.6: Evolução da inflação em Uganda 2000-2008 | 53 |
| Figura 2.7: Taxas de inflação trimestrais Jun 2007- Dez 2008..... | 54 |
| Figura 2.8: Divisão do crédito bancário total por setor 2003-2008 | 55 |
| Figura 3.2: Entradas de FDI: Uganda e Tanzânia 1990-2007 (Milhões de Dólares) | 74 |
| Figura 3.3: Os dez maiores receptores do IED na África, 2007 (Bilhões de Dólares) | 74 |
| Figura 3.4: O seu empregador fornece o seguinte equipamento de produção?..... | 79 |
| Figura 3.5: População economicamente ativa por inspetor de trabalho 2006..... | 87 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|----|
| Tabela 2.1: As tarifas de frete são um constrangimento à exportação de flores em Uganda? | 45 |
| Tabela 2.2: Comparação de taxas de aeroportos para o avião de carga B747-200 no leste da África | 45 |
| Tabela 2.3: Mostrando capacidade de carga disponível para os mercados de flores de Entebe | 47 |
| Tabela 2.4: Capacidade de carga aérea regional para os mercados de flores | 48 |
| Tabela 2.5: A infra-estrutura rodoviária é uma restrição para a indústria de flores?..... | 49 |
| Tabela 2.6: O fornecimento de energia é uma restrição à exportação de flores em Uganda? | 50 |
| Tabela 2.7: Mostrando preços elevados de suprimentos de fazendas selecionadas | 53 |
| Tabela 2.8: As taxas de juros são uma restrição à indústria de flores?..... | 56 |
| Tabela 3.1: O seu empregador oferece registros de trabalho para funcionários de tempo parcial?..... | 67 |
| Tabela 3.2: O seu empregador oferece registros de trabalho para funcionários permanentes? | 68 |
| Tabela 3.3: Quantas horas você trabalha por dia?..... | 69 |
| Tabela 3.4: Você é pago por cada hora extra feita após 8 horas?..... | 69 |
| Tabela 3.5: Todas as funcionárias usufruem da licença maternidade?..... | 76 |
| Tabela 3.6: Todos os trabalhadores estão cobertos pelo fundo nacional de seguro social?..... | 78 |
| Tabela 3.7 Você recebe treinamento apropriado sobre manuseio de produtos químicos?..... | 81 |
| Tabela 3.8: A fazenda de flores possui uma sala bem equipada de primeiros socorros? | 82 |
| Tabela 3.9: É arriscado ser membro de um sindicato no seu lugar de trabalho? | 83 |
| Tabela 3.10: Os empregadores permitem o acesso de dirigentes do sindicato às fazendas de flores para reuniões do sindicato? | 84 |

| | |
|--|----|
| Tabela 3.11: Até que ponto o sindicato foi útil para você no seguinte? | 85 |
| Tabela 3.12: O oficial de trabalho do distrito leva à inspeção do trabalho até sua fazenda?..... | 89 |
| Tabela 3.13: Estimativas de orçamento para itens selecionados, Departamento do trabalho do distrito de Mukono 2005-2010 ('000)..... | 90 |

Lista de caixas

| | |
|-------------|----|
| Caixa1..... | 66 |
| Caixa2..... | 81 |

Abreviações e Siglas

| | |
|-----------|---|
| ACP | African Caribbean and the Pacific (Países da África, do Caribe e do Pacífico) |
| BOU | Bank of Uganda (Banco de Uganda) |
| COFTU | Central Organization of Free Trade Unions (Organização Central de Sindicatos Livres) |
| DENIVA | Development Network of Indigenous Voluntary Association (Rede Voluntária de Desenvolvimento de Associação Indígena) |
| EAC | East African Community (Comunidade do Leste Africano) |
| EPA | Economic Partnership Agreement (Acordo de Parceria Econômica) |
| ERA | Electricity Regulatory Authority (Autoridade Regulatória de Eletricidade) |
| EU | European Union (União Europeia) |
| EUROSTAT | European Union Statistics (Instituição de Estatísticas da União Europeia) |
| FDG | Focus Group Discussion (Grupo Focal de Discussão) |
| ILO (OIT) | International Labour Organization (Organização Internacional do Trabalho) |
| IMF (FMI) | International Monetary Fund (Fundo Monetário Internacional) |
| ITC | International Trade Center (Centro de Comércio Internacional) |
| MAAIF | Ministry of Agriculture animal Industry and Fisheries (Ministério da Agricultura Indústria Animal e Pesca) |
| MGLSD | Ministry of Gender Labour and Social Development (Ministério de Gênero, Trabalho e Desenvolvimento Social) |
| MPPED | Ministry of Finance Planning and economic Development (Ministério do Planejamento Financeiro e Desenvolvimento Econômico) |
| MTTI | Ministry of Tourism Trade and Industry (Ministério do Comércio de Turismo e da Indústria) |
| NOTU | National Organization of trade Unions (Organização Nacional de Sindicatos) |
| NUPAW | National Union of Plantation and Agricultural Workers (União Nacional de |

| | |
|-----------|---|
| | Trabalhadores de Plantações e da Agricultura) |
| PSFU | Private Sector Foundation (Fundação do Setor Privado) |
| RTA | Regional Trade Agreements (Acordos do Mercado Regional) |
| SEATINI | Southern and Eastern Trade Information and Negotiating Institute (Instituto de Negociação e Informação de Mercado do Sul e do Leste) |
| SPPS | Statistical Programme for Social Scientists (Programa Estatístico para Cientistas Sociais) |
| UBOS | Uganda Bureau of Statistics (Departamento de Estatísticas de Uganda) |
| UEPB | Uganda Export Promotions Board (Quadro de Promoções de Exportações de Uganda) |
| UFEA | Uganda Flowers Exporters Association (Associação dos Exportadores de Flores de Uganda) |
| UN | United Nations (Nações Unidas) |
| ECOSOC | Economic and Social Council (Conselho Econômico e Social) |
| UNCTAD | United Nations Conference of Trade and Development (Conferência das Nações Unidas para o comércio e Desenvolvimento) |
| UNRA | Uganda National Road Authority (Autoridade Rodoviária Nacional de Uganda) |
| USD | United States Dollar (Dólar Americano) |
| WB (BIRD) | World Bank (Banco Mundial) |
| WTO (OMC) | World Trade organization (Organização Mundial de Mercado) |

INTRODUÇÃO AO ESTUDO E UMA VISÃO GERAL DE UGANDA

A economia mundial tem visto uma liberalização massiva do comércio desde 1950, inicialmente sob o comando do acordo geral tarifas e comércio, e agora, sob o comando da Organização Mundial do Comércio (Thirlwall 2000). Tarifas de países com uma renda alta caíram dramaticamente e atualmente ficam, em médias, nos 4 por cento (WTO 2008). Os níveis das tarifas nos países de renda média e baixa também foram reduzidos, no entanto, elas ainda permanecem relativamente altas, em aproximadamente 20 por cento (ibid). Uganda, por exemplo, eliminou virtualmente todas as restrições quantitativas em 1991. Posteriormente, os valores das tarifas em Uganda que alternavam entre 0-60 por cento, com uma média simples de 17.1 por cento em 1994, tinham, em 1999 sido reduzidos a uma média de 0-15 por cento, com uma média simples de tarifa de 9 por cento (UNCTAD Base de dados estatísticos de 2008).

Acordos Regionais de Livre Comércio (ACL) também se tornaram populares e se proliferaram ao redor do mundo (Thirlwall 2000). O número desses acordos (ACLs) tinha, no final de 2008, aumentado para 240 em relação a 80, em 2004 (WTO 2009). Países Africanos também concordaram com uma negociação mais aberta dentro do continente. Além disso, há acordos especiais relacionados à comercialização entre grupos de países africanos e países desenvolvidos, especialmente os da União Europeia (Ackah & Morrissey 2005). O Acordo de Parceria Econômica assinado entre a Comunidade do Leste Africano e a União Europeia em 2007, é um tipo de acordo de Livre Comércio (APE). Sob esse acordo, Uganda reduzirá, e, subseqüentemente, eliminará tarifas de produtos da União Europeia que entrarem em Uganda, para assim manter os impostos livres e acesso livre às quotas para o mercado da União Europeia (EPA Artigo 5).

As fundamentações teóricas do EPA foram desenhadas fortemente pela teoria de comércio tradicional, baseada no princípio de vantagem comparativa, que, em suma, considera que, a expansão do livre comércio beneficia a todos os parceiros de comércio,

porque ela facilita uma alocação efetiva de recursos. Dentro da estrutura de trabalho de um mercado perfeito, a teoria de comércio convencional assume que todos os parceiros comerciais têm habilidades simétricas para produzir e fornecer o mercado mundial com mercadorias nas quais eles têm vantagem comparativa (Krugman & Obstfeld 2008). No entanto, no mundo real, as imperfeições e restrições na área de fornecimento pareçam ser a ordem do dia. Kalecki observa que um dos maiores desafios dos países em desenvolvimento é geralmente a capacidade de produção restrita e não a subutilização da capacidade produtiva, que é o desafio dos países desenvolvidos. (Osiatyniski 1982).

A literatura empírica também mostra que, ainda que a liberalização do comércio no final dos anos oitenta e no início dos anos noventa tenha trazido com ela melhores condições de acesso ao mercado para as exportações Africanas para a Europa e para a América do Norte, a participação da África no comércio de exportações global não melhorou como era esperado (Ackah & Morrissey 2005). A participação da África no mercado mundial de exportações caiu de 3.1 por cento em 1994 para 2.3 por cento em 2003. A porcentagem anual de crescimento das exportações Africanas também tinha caído em 1998 para 16 por cento negativo de 3.1 por cento em 1994 (ibid) em Uganda, os efeitos da liberalização do comércio nas exportações eram para ser considerados levemente positivos (Morrissey, Blake & McKay 2001). O fracasso da África em utilizar totalmente as oportunidades do Mercado de exportações para a Europa e para os EUA no passado tem sido associado a uma capacidade de produção persistentemente insuficiente e a dificuldades estruturais (Totentino 2000). Portanto, há uma preocupação justificável de que as restrições paralelas de fornecimento podem minar a utilização das oportunidades de acesso ao livre mercado sob os APE.

A teoria de comércio convencional posteriormente assume que o livre comércio não apenas aumenta a eficiência e o crescimento, mas também incrementa, simultaneamente, o emprego (Lee 2005, Krugman & Obstfeld 2008). No entanto, na tentativa de analisar os impactos quantitativos do comércio no emprego, o estudo extraiu concepções úteis de John Maynard Keynes. Na abordagem Keynesiana, o emprego tem um caráter duplo; um quantitativo e o outro, qualitativo. Em sua Teoria

Geral do Emprego, Juros e Moeda, John Maynard Keynes nota que, empresários sempre tentam maximizar os lucros esperados. Portanto, ao decidir o nível de produção e a quantidade de empregos a oferecer, empresários relacionam o nível esperado de lucros às expectativas da efetiva demanda futura. Conforme, a extensão do efeito do emprego sob os APE dependerá das expectativas de lucro dos exportadores de Uganda relacionadas às expectativas sobre a demanda futura da União Europeia.

No entanto, uma perspectiva qualitativa de emprego não é suficiente para meramente criar empregos, mas que os empregos tenham um impacto positivo no bem estar social dos trabalhadores. Portanto, para que quaisquer empregos criados a partir do atraente acesso ao Mercado da União Europeia tenham um impacto positivo no bem estar social dos trabalhadores, tais empregos devem estar de acordo com os elementos do trabalho decente. Esses elementos incluem: um trabalho que é produtivo; oferece uma renda justa; proporciona segurança no local de trabalho e segurança social para as famílias; e garante a liberdade de expressão, liberdade de associação, igualdade de oportunidades e igualdade de tratamento para todos os homens e mulheres (Ghai 2003). Enquanto as decisões sobre a quantidade de empregos são variáveis do Mercado produtivo, a extensão que vai do resultado do comércio até o trabalho decente é, em grande medida, uma função da configuração das instituições do mercado de trabalho, como Leis trabalhistas, serviços de inspeção do trabalho, mecanismos de disputa trabalhista e sindicatos (Ghai 2003; Forstater 1998; Seccarecia 2003; Berg and Kucera 2008). No entanto, os resultados positivos das instituições do Mercado de trabalho são dependentes da extensão para a qual a justiça define políticas econômicas e sociais (Polanyi 1956).

À parte da produção, do crescimento e dos efeitos do emprego, os APE costumam ter um número de outros impactos na economia de Uganda. Eles incluem a perda de arrecadação de impostos como o resultado da eliminação de tarifas sobre a entrada de mercadorias da União Europeia em Uganda. A eliminação de tarifas para os produtos da União Europeia pode aumentar a penetração de importações. O aumento da penetração de importações pode, por vezes, incentivar a redução da produção e a

perda de empregos nos setores competentes de importações da economia doméstica de Uganda (Karingi et al 2005). O estudo, no entanto, ficou restrito à produção e aos efeitos no emprego das oportunidades de acesso ao livre Mercado para Uganda sob os APE. A indústria de flores foi usada como um estudo de caso, e os objetivos específicos do estudo eram analisar as restrições às oportunidades de acesso ao livre Mercado sob os APE e em que medida as instituições de mercado do trabalho em Uganda podem facilitar o alcance aos benefícios do bem estar para o trabalho sob os APE por meio da agenda do trabalho decente.

As descobertas resumidas deste estudo são as de que as fraquezas institucionais e estruturais construídas historicamente constroem a produtividade e a competitividade. Assim, os ganhos que a indústria de flores teria por meio do acesso ao livre Mercado sob os APE estariam restritos no curto prazo. O estudo descobriu, posteriormente, que as instituições do Mercado de trabalho em Uganda não puderam assegurar que os trabalhos criados na indústria de flores sejam decentes. As sessões seguintes desta introdução consideram as tendências da geografia e da economia de Uganda, a evolução dos APE e a metodologia de pesquisa.

Economia e Geografia de Uganda

Uganda é um país localizado no Leste da África, com uma superfície de aproximadamente 241.038 quilômetros quadrados¹. Destes, 43.941 quilômetros quadrados estão debaixo d'água e de terras alagadas. Ela faz fronteira com o Quênia no Leste, com a República Democrática do Congo no Oeste, com o Sudão no Norte, com a Tanzânia no Sul e com Ruanda no Sudoeste. A parte sul do país inclui uma parte substancial do Lago Vitória que é compartilhado com o Quênia e Tanzânia. O país fica no planalto do Leste Africano, estando em média a 1100 metros acima do nível do mar². Apesar de estar localizada na linha do equador, a temperatura de Uganda é moderada,

¹ Menor do que o estado de São Paulo.

² Isso significa aproximadamente 3250 pés acima do nível do mar.

devido à altitude relativamente alta, e varia entre 15°C e 30°C, enquanto o regime pluvial varia entre 750mm e 2000mm por ano.

O Censo 2002 estimou a população de Uganda em 25 milhões. No entanto estimativas recentes fora do Censo calcularam a população de Uganda em aproximadamente 30.2 milhões em 2007 (UBOS 2009). Mais de 38% da população vivem com menos de um Dólar por dia (UNHS 2006). A economia de Uganda é baseada na agricultura, a qual emprega mais de 73% da população e gerando mais de 90% das receitas de exportações (UBOS 2009). Os principais produtos de exportação são o café, o algodão, chá, tabaco, peixe e flores de corte. (UEPB 2008) O crescimento econômico tem sido em torno de 5% desde 2004 (MFPED 2008). Enquanto mais de 73% da população estão envolvidos com a agricultura, a contribuição da agricultura com o PIB caiu mais de 73% entre 1968 e 1979 e mais de 55% nos anos 1980 (MAAIF 1997) para 31% no ano financeiro de 2006/07. (MFPED 2008) A contribuição dos manufaturados cresceu insignificadamente de 19.3% no ano fiscal de 2001/2 para 21% no ano fiscal de 2006/7. É o setor impulsionado principalmente pelo setor de telecomunicações que assistiu a um crescimento equilibrado de 41.2% no ano fiscal de 2001/02 para 47.1 no ano fiscal de 2006/7.

Figura 1 Mapa de Uganda



Fluxos Comerciais

A União Europeia (EU) é o principal destino das exportações de Uganda. Em 2007, por exemplo, as exportações de Uganda para a União Europeia foram avaliadas em U\$ 335 milhões e somaram 25% de todos os ganhos de exportações de Uganda (UEPB 2008). Enquanto o cultivo de café, algodão, chá e tabaco tinha sido o carro-chefe dos ganhos de exportação de Uganda para a União Europeia por mais de trinta anos, sua parcela na lucratividade nas exportações tem sido volátil e decadente (NES 2008) ao contrário da participação das flores, que ainda que pequena, tem crescido constantemente.

Os anos 1990 testemunharam a diversificação de exportações seguindo a emergência da exportação de produtos não tradicionais como flores de corte e como resultado, as exportações de Uganda cresceram constantemente. Por exemplo, as exportações cresceram de USD 474 milhões no ano fiscal 2001/02 para USD 889.4 milhões no ano fiscal de 2005/06. Apesar do notável crescimento nas exportações, as importações do país cresceram mais rapidamente do que as exportações, levando a uma expansão no déficit comercial USD 503 milhões no ano fiscal de 2001/02 financeiro a USD 1101 milhões no ano fiscal 2005/06 (BOU 2007). Com relação à União Europeia, Uganda igualmente não usufruiu de termos favoráveis de comércio. Enquanto as exportações da União Europeia para Uganda aumentaram de USD 175 milhões em 1999 para USD 309 milhões em 2006, o total de exportações de Uganda para a União Europeia caiu de USD 325 milhões em 1999 para USD 286 milhões em 2006 (EUROSTAT 2008). Como resultado, o superávit comercial de Uganda desvaneceu, de USD 150 milhões em 1999 para um déficit de USD 23 milhões em 2006, uma tendência que piorará com a eliminação de tarifas nos produtos da União Europeia que entram no mercado de Uganda (BOU 2007).

Evolução dos Acordos de Parcerias Econômicas

A cooperação comercial e de desenvolvimento entre Uganda e a União Europeia tem sido regulada desde 1975 por uma série de acordos entre a União Europeia e os países ACP. Uma parte comum de todos esses acordos é que eles proporcionam liberalização tarifária não-recíproca e acesso ao Mercado livre de exportações de Uganda para a UE³ sem impostos. No entanto, o Equador questionou o acesso ao mercado com liberalização tarifária não-recíproca que Uganda e outros países ACP usufruíam, na premissa que este favorecia países ACP e não outros países em desenvolvimento, contrariando regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em resposta à reclamação, a OMC manteve que as preferências da União Europeia deveriam ser estendidas a todos os países em desenvolvimento e não apenas a um grupo de países em desenvolvimento (Nalunga & Kivumbi 2004). Com a alternativa, as preferências não apenas poderiam ser retidas pelos países do ACP se a União Europeia e os países do ACP formassem uma área de livre comércio. A consequência disso foi que Uganda e outros países do ACP também tinham que abrir seus mercados removendo tanto as tarifas quanto as não barreiras para o comércio da União Europeia. Além disso, nos anos noventa, pensando na União Europeia, começou a favorecer uma mudança nas preferências de comércio para uma liberalização econômica e comercial mais aberta (Stevens 2005). A União Europeia argumentou que as preferências comerciais não tinham endereçado as restrições desejadas efetivamente nos Estados dos ACP provavelmente porque a economia dos ACPs não era liberal. Essa visão também é bem captada em notas de um oficial da delegação da União Europeia em Kampala, Uganda, Sr. Tom Vens⁴:

³ Enquanto a EU privilegiava tarifas nos produtos de Uganda que entravam na UE, Uganda continuava a recolher tarifas dos produtos da EU que entravam em Uganda

⁴ Líder do comércio econômico e Seção de Integração Regional, Delegação da Comissão Europeia em Uganda em um papel apresentado em uma Conferência Regional de Acordos de Parcerias Econômicas da OIT; Kampala, 19 de Dezembro, 2007.

“A parcela no comércio do ACP caiu desde que nós começamos a oferecer preferências em 1975. Ela representa menos de 3% hoje e mais da metade das exportações do ACP para a Europa é de óleo, diamantes e cacau. Então o comércio não ofereceu desenvolvimento. É hora de mudar...”

A UE, portanto, decidiu que o acesso livre de tarifas ao seu Mercado seria apenas garantido a Uganda e a países do ACP se este último também concordasse com uma reciprocidade. As negociações para tal efeito começaram em setembro de 2002 e tiveram que ser concluídas em 31 de dezembro de 2007 e o novo combinado comercial teve que começar à força em 1º de janeiro de 2008.

Subsequentemente, em 27 de novembro de 2007, os Estados aliados à comunidade do Leste Africano, de um lado e a Comunidade Europeia e seus Estados membros, de outro lado, iniciaram um acordo de livre comércio chamado Acordo de Parceria Econômica (APE) que cobre o acesso ao mercado e a cooperação ao desenvolvimento além de 2007. A essência do acordo de livre comércio é fazer países como Uganda liberalizarem o comércio reduzindo e eliminando as tarifas das mercadorias da EU. Da mesma maneira é esperado que a UE aprimore o acesso ao Mercado eliminando quaisquer barreiras não tarifárias remanescentes nas exportações de Uganda para a UE e também dê assistência aos parceiros do Leste Africano a endereçarem quaisquer custos de ajuste relacionados ao comércio.

Metodologia de Pesquisa

Dados primários sobre condições de trabalho e instituições do Mercado de trabalho foram coletados de 10 fazendas de flores nos distritos de Mukono e Wakiso, líderes sindicais e oficiais do trabalho. No início do estudo de campo, o pesquisador contatou, por telefone, líderes de gerência em todas as 20 fazendas de flores. No entanto, a aceitação em participar das entrevistas aconteceu em apenas 10 das 20 fazendas da indústria de flores. Foram essas 10 fazendas que formaram a amostra de população para as entrevistas com trabalhadores e empregadores. Em cada uma das 10 fazendas, 10 trabalhadores eram selecionados propositalmente para garantir que 5

trabalhadores fossem da seção de desenvolvimento da colheita e 5 das seções de embalagem e entrega. Em algumas fazendas, no entanto, nem todos os 10 selecionados participaram, resultando uma população de amostra de apenas 72 trabalhadores. Análises das entrevistas semi-estruturadas com os trabalhadores geraram algumas questões-chave que formaram a base dos FGDs. Um total de 5 FGDs foi obtido em 5 das 10 fazendas, com 5 participantes em cada FDG. Além disso, 2 representantes de sindicato no local de trabalho da população de amostra de 10 fazendas foram entrevistados, somando um total de 20. Cinco membros dos Comitês Executivos Nacionais da União dos Trabalhadores de Plantações e da Agricultura e 5 membros do Comitê Executivo Nacional da União dos trabalhadores Aliados da Horticultura também foram entrevistados. Além disso, um oficial do trabalho do distrito de Mukono e outro do distrito de Wakiso foram entrevistados. Um membro da gerência de cada uma das 10 fazendas também foi entrevistado.

Entrevistas sobre os EPA e a indústria de flores foram conduzidas com o Ministro de Comércio do Estado, com o Diretor Executivo do Comércio Africano do Leste e do Sul, com o Instituto de Negociações e Informações e com o Diretor Executivo da associação dos Exportadores de Flores de Uganda. O estudo também obteve dados secundários valiosos através de pesquisas escolares, fontes jornalísticas, relatórios do governo, da Associação dos Exportadores de flores de Uganda e da Fundação Uganda do Setor privado (PSFU).

Questionários auto-administrados foram usados para coletar dados dos funcionários das fazendas de flores, dos empregadores e dos representantes do sindicato. Nos casos de incapacidade de escrita e leitura, um assistente de pesquisa estava à disposição do entrevistado. Além disso, discussões de foco em grupo foram conduzidas com entrevistados com base nas informações que já haviam sido coletadas pelo questionário, na intenção de entender melhor as questões levantadas com as respostas fornecidas pelos funcionários. O restante das informações primárias foi coletado em entrevistas mais aprofundadas com o auxílio de uma agenda de entrevistas. Os dados dos questionários foram codificados e então foram analisados

usando SPSS. O resultado foi uma mistura de respostas. Uma análise gerada por SPSS foi usada para fazer inferências e generalizações sobre as questões que estão sob estudo.

O estudo não levantou nenhuma consideração ética. No entanto, foi prometida confidencialidade para todos os entrevistados e como resultado, exceto onde houve permissão expressa, aspas apropriadas foram usadas sem fornecer a fonte imediata. Uma dispersão geográfica das fazendas tornou o transporte muito difícil, enquanto a recusa de algumas fazendas em participar estreitou o tamanho da amostra. É, no entanto, questionável se com os recursos e tempo limitados o pesquisador teria sido capaz de cobrir todas as 20 fazendas. Como alguns dos principais entrevistados antecipadamente não foram cooperativos, levou dias e semanas para fazê-los participar das entrevistas.

A parte seguinte do estudo está organizada como se segue: O capítulo primeiro apresenta uma revisão da literatura de liberalização do comércio, restrições na área de fornecimento na indústria de flores, emprego e trabalho decente. O capítulo 2 apresenta as descobertas da área de restrições da área de fornecimento na indústria de flores, o capítulo 3 apresenta descobertas do estado das instituições do mercado de trabalho e o capítulo 4 discute as questões gerais que surgiram do estudo, sugere recomendações políticas e áreas para pesquisas posteriores.

CAPÍTULO 1

LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO, EXPORTAÇÕES E TRABALHO DECENTE: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Esse capítulo fornece uma volta ao estado atual de conhecimento, considerando os benefícios e custos da liberalização do comércio, restrições ao comércio exportador em Uganda e a indústria de flores em particular, os efeitos do comércio no emprego e as políticas competitivas e contraditórias relacionadas à melhora do bem-estar dos trabalhadores.

1.1 Liberalização do Comércio

Uma era de catástrofe de 1914 até o final da Segunda Guerra Mundial foi seguida por vinte e cinco (25) a trinta (30) anos de um crescimento econômico extraordinário e transformações sociais, que provavelmente mudaram a sociedade humana mais profundamente do que qualquer período de brevidade comparável. O período foi caracterizado por um crescimento econômico rápido, total empregabilidade e uma melhora geral nos padrões de vida. Em retrospecto, o período pode ser visto como a era de ouro (Hobsbawm 1995). No entanto, no início dos anos 70, especialmente na sequência dos dois choques do petróleo, a economia global começou a desacelerar. Inicialmente era pensado que a desaceleração da economia global era uma simples pausa temporária no grande avanço da economia mundial. Gradualmente, ficou claro que um período de dificuldades a longo prazo tinha se estabelecido no final dos anos 80 e no começo dos anos 90, a economia capitalista novamente se encontrou desequilibrando sob os efeitos dos anos de Guerra, a qual a era de ouro parecia ter

resolvido; desemprego em massa, diversos ciclos inflacionários, desigualdade sócio-econômica e decadentes arrecadações do Estado (ibid).

Mais do que refinar as políticas que tinham trazido um crescimento econômico sem precedentes, melhorou o bem de todos em longa extensão, os economistas e líderes econômicos mundiais, olharam para o mercado livre como uma solução para a crise. No final dos anos 80, havia um grande acordo entre economistas e políticas “tecnocráticas” ao redor do mundo sobre o desejo de superação de algumas reformas simples, a natureza a qual pode ser resumida sob os mandamentos triplos: estabilizar, liberalizar e privatizar (Rodrik 2006). Houve uma onda de reformas ao redor do mundo modelada após o muito maliciado “Consenso de Washington”, a qual a América Latina, a África Sub-Saara e alguns países Asiáticos adotaram como agenda política. Entre todas as reformas, a liberalização do comércio foi, talvez, a mais impactante em sua extensão. Em um período relativamente curto, a maioria dos países em desenvolvimento eliminou, unilateralmente, restrições quantitativas às importações, baixou barreiras tarifárias e reduziu a dispersão de valores de tarifas (Rodrik 2004). Foi assumido que o crescimento tinha sido impedido por uma alta inflação, gerada por economias altamente protegidas e a eliminação desses obstáculos liberaria a força do setor privado (Derinayagala & Fine 2001; Rodrik 2004; Ackah & Morrissey 2005). O efeito da liberalização do comércio no crescimento e no emprego é um assunto de contenção. Os impulsionadores da liberalização do comércio dizem que ele proporciona crescimento e gera emprego. Suas críticas dizem que é ela é irresponsável para as doenças sócio-econômicas que afligem o mundo hoje, como o desemprego, a pobreza e a desigualdade (Lee 2005). Antes de se voltar para um exame do existente corpo de conhecimento, uma breve revisão da teoria econômica pertinente à questão será útil.

1.2 Teoria do Comércio

A liberalização do comércio, fracassadamente definida como um movimento em direção a um comércio mais livre através da redução de tarifas e outras barreiras, é geralmente vista como a maior força impulsionadora depois da globalização. A doutrina

de que o livre comércio assegura o bem e o crescimento tem uma herança distinta e longa, datada, pelo menos, desde Adam Smith (1723-90). Smith, em seu famoso livro, *Uma investigação da natureza e a causa da riqueza das nações* (1776), ressaltou a importância do comércio como um ventilador para o excesso de produção e como um meio de expandir o mercado, para então, melhorar a divisão de trabalho e o nível de produtividade. No século 19, a doutrina de produtividade de Smith em relação aos benefícios do comércio se desenvolveu até um argumento dirigido para a exportação, particularmente nas colônias.

Nos passos de Smith veio David Ricardo (1772-1823) que desenvolveu a teoria de vantagem comparativa e tentou mostrar rigorosamente em seus *princípios de Economia Política e Taxação* (1817), que nas concepções de competição perfeita e no pleno emprego de recursos, os países podem podar os ganhos de bens ao se especializarem na produção daquelas mercadorias com a oportunidade de menor custo e comercializando as sobras de produção da demanda doméstica, provando que a parcela internacional de troca entre as comodidades está entre as divisões de oportunidade de custos domésticas. As críticas de Ricardo, no entanto, argumentavam que esses eram, essencialmente, *ganhos estáticos* que surgem da realocação de recursos de um setor para outro como uma especialização aumentada, que, baseados na vantagem comparativa, ganham lugar. Eles argumentam que esses são os ganhos da *criação do comércio* que surgem nas Uniões de Negociantes ou nas Áreas de Livre Comércio, uma vez que as barreiras para o comércio são removidas entre os membros; mas os ganhos, uma vez obtidos, são para sempre. Uma vez que as barreiras tenham sido removidas, e a realocação não aconteça mais, os ganhos estáticos estão esgotados (Ackah & Morrissey 2005). Esse não é um contraste aos ganhos dinâmicos do comércio que são associados a um maior investimento e um crescimento na produtividade mais rápido baseado em economias de escalas, aprendizagem na prática e aquisição de um novo conhecimento exterior, particularmente através de um investimento estrangeiro direto. São os ganhos dinâmicos do comércio que são focados na teoria moderna de comércio (Helpman and Krugman, 1985) e na “nova” teoria do crescimento (Grossman e

Helpman, 1991), a qual constitui uma ligação vital na corrente de causas entre as exportações e o crescimento.

Uma extensão maior da proposta padrão é o modelo Heckscher-Ohlin, que postula que a vantagem comparativa é determinada por um fator relativo de renda. Em um mundo de dois fatores, incluindo capital e trabalho como os únicos fatores de produção, países com um capital abundante se especializarão na produção de mercadorias de capital intenso, enquanto os países de trabalho abundante se especializarão em mercadorias de trabalho intensivo (Krugman e Obstfeld 2008). Stolper-Samuelson acrescentou à posição de Heckscher-Ohlin dizendo que nos países de trabalho abundante de Heckscher-Ohlin, a demanda por trabalhos sem especialização e seus salários crescerão e vice-versa. Contrariamente, no país de capital abundante, a demanda por trabalhos especializados e seus salários cairão e subirão ao mesmo tempo (ibid).

Vista dentro deste ambiente de trabalho teórico, a liberalização do comércio é a solução para os países em desenvolvimento desde que eles sejam abundantes em trabalho. Um comércio mais livre não irá apenas aumentar a eficiência e o crescimento, mas também aumentará simultaneamente as oportunidades de emprego e salários para seu recurso mais abundante, trabalho não-especializado (Lee 2005). Isso também teria os efeitos favoráveis adicionais de reduzir as desigualdades de salários e lucros desde que os não-especializados estejam entre os menos pagos no mercado de trabalho. Há, no entanto, reservas teóricas importantes para essa posição. A maior parte deles surge do fato de que os impulsionadores acima descansam na idéia de que há uma competição perfeita e que só há retornos constantes para a produção em escalas. Isso fica claramente estranho com o mundo real, onde as imperfeições de Mercado são comuns.

Há pouca dúvida de que, historicamente, o comércio tem sido uma importante ferramenta de crescimento para países em diferentes estágios de desenvolvimento, não somente por contribuir com uma alocação de recursos mais eficiente, mas também por transmitir crescimento de uma parte do mundo para outra. Há ganhos estáticos e

dinâmicos que se acumulam do comércio entre países, mas não há nada na teoria do comércio que diga que os ganhos são igualmente distribuídos (Thirlwall 2000).

1.3 Literatura Atual do Impacto do Comércio

Há diversos volumes de literatura que tornam um caso à favor e contra a liberalização do comércio. Análises de pesquisas empíricas sobre os efeitos da liberalização do comércio no crescimento e eficiência em ambos, firma e nível industrial, sugerem que os efeitos da liberalização do comércio no crescimento são ambíguos e complexos; enquanto alguns grupos de países mostram uma melhora de crescimento, outros mostram uma marcante deterioração (Derinayagala & Fine 2001). Em vista dessa ambigüidade e complexidade, a extensão a qual a liberalização do comércio beneficia o desenvolvimento econômico não é conhecida, nem mesmo seus impactos negativos parecem claros. No simples teste de crescimento, a liberalização do comércio fracassaria em seu primeiro objetivo, pois a economia global cresceu mais rápido entre 1950 e 1973; um período conhecido por regulação, oposto ao período pós globalização de 1990 (Rodrik 2004).

Ao contrário das expectativas, na África Sub-Saara (SSA), a liberalização do comércio tende a ter efeitos mais imediatos nas importações do que nas exportações. As exportações da África são dependentes de fatores externos como preços mundiais e problemas estruturais domésticos. Como resultado, os benefícios da liberalização levarão tempo, se isso for possível, para se materializarem na África (Ackah e Morrissey 2005). De fato a parcela da África nas exportações de produtos no mundo caiu de pouco mais de 3 por cento em 1990 para aproximadamente 2.3 por cento em 2003.

No entanto, estudos específicos de países, no caso de Uganda, Zimbábue, Marrocos e Mauritius revelam uma figura misturada. Em Uganda o efeito do comércio multilateral pareceu estar bem leve, porém, positivos. Isso porque Uganda é um país predominantemente agricultor e, portanto, a liberalização de Mercado tem um impacto pequeno nos preços mundiais nos produtos que Uganda exporta. Além disso, Uganda, como outros países em desenvolvimento sofre com a capacidade restrita de fornecimento. Portanto, além da liberalização de comércio, muitas outras reformas

domésticas podem ser exigidas para permitir uma ótima utilização de oportunidades melhoradas associadas à liberalização de mercado multilateral (Morrissey, Blake & McKay 2001). Como para o Zimbábue, a liberalização drástica resultou em contração da produção e do emprego, acompanhado por um aumento nas importações e um elevado déficit comercial (Rattso e Torvik, 1998). A contração da produção foi associada à desindustrialização e queda em reais salários. Nas Ilhas Maurício, a redução do protecionismo entre 1985 e 1987 resultou no crescimento do emprego nas indústrias de exportações, mas também com a não contração nas indústrias importadoras competidoras (Milner & Wright 1998). Em Marrocos, a liberalização de comércio implementada entre 1984 e 1990 não teve efeitos no emprego. O nível médio de penetração de importações aumentou levemente, devido à contração na demanda doméstica e desvalorização da moeda local. A redução das tarifas em 21 por cento foi associada a uma queda de 6 por cento no emprego (Curries e Harrison 1994).

A América Latina, que tentou mais que qualquer outra região, viver sob regras ortodoxas, também atuou mediocrementemente nos anos 90. O nível médio de crescimento econômico da América Latina caiu de 2.8 por cento no período de 1960-80 para -0.8 por cento em 1980-90. Ela, mais tarde, aumentou minimamente para 1 por cento no período de 1999-2003. Ao contrário, o nível médio de crescimento do Leste da Ásia que não seguiu as prescrições do Consenso de Washington cresceu de 3.3 por cento em 1960-80 para aproximadamente 6.4% em 1999-2003. Enquanto o baixo crescimento da África podia ser atribuído a brigas e conflitos civis, o fato de que a América Latina fez melhor com a substituição de políticas de protecionismo de importações do que a África fez sob as políticas de mercado aberto é uma questão que é difícil de ser digerida dentro do paradigma do consenso convencional de Washington (Rodrik 2007).

Em nível de país, México e Brasil são bons exemplos da América Latina de economias frágeis que seguiram a sabedoria convencional de liberalização. O México abriu sua economia com o comando do IMF/WB e Estados Unidos nos anos 80 sem reformas institucionais suficientes para acomodar ajustes econômicos. As exportações não cresceram, ao contrário, a penetração de importações aumentou de 11.3 por cento

em 1985 para aproximadamente 17 por cento em 1992. O pico das importações que não foi acompanhado por um crescimento nas exportações e FDI prejudicou a economia doméstica do México (Dornbusch 1992). Um estudo da OIT no México descobriu que no período entre 1984 e 1990, as reduções de tarifas em 10 por cento foram associadas à redução de 2-3 por cento no emprego. Um crescimento nos diferenciais de salários entre os trabalhadores especializados e os não especializados também foi descoberto. O estudo associa os efeitos fracos no emprego à flexibilização dos salários (Ravenga 1994). No Brasil, no início dos anos 90, foi testemunhado um impacto negativo de curto prazo vindo da liberalização do comércio no emprego. Por exemplo, entre 1990 e 1997, houve uma queda de 32.4 no emprego nas indústrias de capital intensivo e uma queda de 13.3 nas indústrias de trabalho intensivo (Mesquita e Najberg 2000). No entanto, nem toda essa queda pode ser atribuída à liberalização, uma vez que a liberalização foi conduzida em um ambiente macroeconômico que era marcado por condições de recessão e de alta inflação (ibid). O fato de que um aumento significativo ocorreu nos setores de capital intensivo também considera que houve um declínio no emprego.

Por toda a propaganda que seguiu as políticas do Consenso de Washington para diferentes capitais nacionais, o banco mundial só foi capaz de identificar a China, a Índia, Uganda e o Vietnã como “estrelas da globalização”. Isso significa que os países que tiveram uma integração realmente ampliada com a economia mundial cresceram rapidamente, e também tiveram progresso em reduzir a pobreza (Banco Mundial 2001). No entanto, além de Uganda, nenhum dos outros três liberalizou suas economias dentro dos parâmetros de trabalho do FMI/Banco Mundial. Na verdade, a China e o Vietnã, por muito tempo, nem mesmo assinaram um compromisso com as regras de comércio internacional formalizadas e só se tornaram membros da OMC em 2001 e 2007, respectivamente (ibid & WTO Data Base). Posteriormente, para poder chamar Uganda de uma história bem sucedida são necessárias diversas perguntas, pois Uganda permaneceu um país de baixa renda, com aproximadamente 70 por cento de sua população ainda envolvida com a agricultura. A economia do país não testemunhou nenhuma transformação dos setores de baixa produtividade tradicionais para setores

modernos e de uma produção industrial maior. Aproximadamente 38 por cento de sua população ainda moram em extrema pobreza e o país ainda conta com doadores para mais de 50 por cento de suas estatísticas (Resumo estatístico 2009).

No entanto, uma questão distinta da maioria das economias bem-sucedidas é que eles seguiram políticas heterodoxas. A China e o Vietnã se abriram gradualmente e cautelosamente em dois caminhos, nos quais um sistema de Mercado foi enxertado no topo de um sistema de planejamento central para não abandonar o último de uma vez (Deraniyagala e Fine 2001; Rodrik 2004; Rodrik 2007). O papel do setor privado foi eliminado até certo ponto, e ao invés do crescimento econômico confiar no vilarejo, o governo local e municipal se apropriou de empresas (Rodrik 2004). Se abrir para a economia global também pôs em prática uma forma parcial caracterizada por ambos, protecionismo e Zonas de Processamento de Exportações. Os países do leste da Ásia se utilizavam de estratégias de exportação selecionadas e de uma forte intervenção do governo para poderem desenvolver diversas indústrias altamente competitivas na manufatura, em campos como o eletrônico, automotivo e mercante. A Índia, por sua vez começou sua industrialização nos anos 80 sob diversas políticas industriais e de protecionismo. Observando o modelo de desenvolvimento da China e do Vietnã, pareceria que a liberalização extrema tira o poder e a discricção que os Estados precisam para guiar uma agenda escolhida de desenvolvimento (Rodrik 2007).

Os efeitos da liberalização mais extensos na economia, como o emprego, são difíceis de serem observados empiricamente, mas puderam ser deduzidos analiticamente. Ghose (2003) analisou os efeitos da liberalização do comércio no emprego e observa que as condições de emprego nos países marginalizados, particularmente nos menos desenvolvidos, pioraram desde a metade dos anos 80. A crise no crescimento, gerada por desenvolvimentos no local de mercado global no período pós-liberalização, levou a um declínio de ambos emprego e salários reais. A indicação mais clara é a África Sub-Saara, onde a incidência de pobreza aumentou nos anos 90.

A discussão corrente mostra que o compromisso com o comércio não é garantia de benefícios em rede. O maior desafio de desenvolvimento para países em desenvolvimento é o da deficiência da capacidade produtiva mais do que a anomalia da subutilização, que é o problema dos países desenvolvidos (Osiatyniski 1982). Nem todos os países são capazes de tirar vantagem das oportunidades de comércio. Portanto, oportunidades criadas pela liberalização do comércio sempre significarão pouco para as economias que têm uma capacidade de produção limitada e que são incapazes de expandi-la. Um estudo de países a respeito do impacto da liberalização do comércio em 139 países mostrou que somente 25 países não eram capazes de alterar o padrão de seus comércios nos anos 90. Os outros 107 países que não eram capazes de transformar e expandir suas capacidades produtivas permaneceram produtores de produtos primários mesmo quando os preços mundiais e a demanda caíram (Ghose 2003). No entanto, expandir a capacidade de produção e de fornecimento pode ser uma tarefa desafiadora, especialmente para países em desenvolvimento. Isso porque os países em desenvolvimento têm, geralmente, uma falta de investimento privado adequado e recursos para produzir bens de investimento (Kalecki 1982). Ainda, a falta de capacidade de fornecimento suficiente é composta por outros fatores, como instituições e infraestrutura ineficientes, altos custos de transporte, barreiras geográficas, alto custo financeiro e um baixo retorno de investimento (Morrissey & Rudaherana 2000; Ackah & Morrissey e 2005 ; Rodrik 2006;).

Portanto, para realizar um crescimento econômico, a capacidade produtiva não deve somente ser completamente utilizada, mas expandida. Os governos também deveriam intervir, para unir as brechas entre o investimento privado e o nível desejado de investimento e particularmente naquelas áreas que não conseguem atrair um investimento privado, como a infra-estrutura pública (Kalecki 1982). Ainda, as regras de mercado não podem substituir a discricção do governo e, portanto, nenhuma política de desenvolvimento construtiva pode substituir o estado. Como não há uma medida que comporte todas as estratégias a serem seguidas pelo governo, as intervenções do governo deveriam voltar as maiores restrições legais para a capacidade produtiva

(Rodrik 2004). O papel do estado é, portanto, extremamente crucial para o sucesso de quaisquer estratégias de crescimento, mas o papel do estado é muito mais importante nos países em desenvolvimento onde o setor privado é fraco e os riscos percebidos de investimento são altos (Kalecki 1982).

Nada na revisão corrente nega a proposição de que há ganhos com a liberalização do comércio e de que há custos associados ao protecionismo. A questão, no entanto, não é se os países deveriam tentar se beneficiar da liberalização do comércio, mas como ela deve ser alcançada. Não há também uma prescrição espessa da liberalização do comércio aplicável a todos os países que possa ser sugerida. Circunstâncias diferentes comumente definem trajetórias diferentes da liberalização do comércio (Lee 2005).

1.4 Acordos de Parcerias Econômicas: Uma análise empírica

O debate sobre o impacto dos acordos de parcerias econômicas (APEs) nas economias de países como Uganda, gerou muito debate controverso muito antes da conclusão da primeira fase de negociações em novembro de 2007, e como resultado, muitos economistas foram levados à ação de questionar as implicações potenciais dos APEs. Estudos iniciais sugerem que os APEs terão um impacto negativo nas economias Africanas. Karingi e Perez (2007), baseados uma análise de um modelo geral de equilíbrio estimaram os impactos dos APEs nas economias da África Sub-Saara, considerando níveis diferentes de eliminação de tarifas. Eles concluíram que, devido à eliminação de tarifas, os mercados da UE são mais propícios a aumentar suas vendas significativamente nos mercados Africanos. Ao contrário, as exportações africanas não estão propícias a aumentar seus índices nos mercados Europeus por duas grandes razões. Primeiramente, enquanto os APEs claramente afirmam os novos incentivos para os exportadores da UE, não há uma provisão clara do acordo que apresenta novos incentivos para os exportadores africanos. Em segundo lugar, mesmo que fosse para os APEs oferecerem novos incentivos, os exportadores africanos ainda terão problemas em aumentar suas exportações devido aos altos custos de transação e às dificuldades da área de fornecimento. Ganhos limitados para as exportações africanas podem aumentar

os custos de ajuste relacionados à liberalização do comércio, dado que a eliminação de tarifas nas mercadorias da EU irão causar a perda de impostos de mercadorias, atualmente derivados das importações europeias (Karingi et al 2007).

Similarmente, Karingi et al (2005) utilizou o modelo do Projeto de Análise do Comércio Global (GTAP) e os dados para investigar as implicações potenciais dos APes na África Sub-Saara (SSA). Seu estudo também descobriu que a competição dos produtos da UE pode levar à desindustrialização, especialmente nos setores de média e baixa produção de tecnologia. A demanda por trabalho é propícia a contrair nas indústrias de média e baixa tecnologia. Nenhum dos setores agro-processuais deverá ser menos afetado. O estudo conclui que a inabilidade em aumentar as exportações e pagar por aumentos propícios nas importações piorará os termos da África Sub-Saara em sua posição no comércio e causará perdas de bens.

1.5 Restrições ao Crescimento de Exportações em Uganda: O Caso da Indústria de Flores

Enquanto políticas induziram barreiras ao comércio, como tarifas e troca estrangeira, controles forma eliminados no início dos anos 90, altos custos de impostos ainda constituem a maior barreira da competitividade das exportações de Uganda (Labaste 2005, Gabre-Madhin e Hans de Vette 2004, Rudaherana 2002). Rudaherana (2002), por exemplo, examinou o impacto dos custos de transporte nas exportações de Uganda e descobriu que os custos de transporte aéreo em Uganda eram aproximadamente 40 por cento maiores que na vizinha Tanzânia, e, mais, que os custos de transporte de flores eram equivalentes a 50 por cento do preço de mercado por unidade exportada. O manejo após a colheita das flores, que é vital para manter a qualidade e para garantir bons preços, foi descoberto como pobre, especialmente no Aeroporto Internacional de Entebbe. Ele percebe que, em algumas ocasiões, as flores são mantidas acima da temperatura recomendada, causando a seca, e, subseqüentemente, a perda de valor. Isso elevou o custo da produção e reduziu a competitividade das flores de Uganda.

Esforços para equilibrar os custos de impostos no setor de exportações não foram colaborados pela pobre infra-estrutura local, como eletricidade, água e ruas, que elevam os custos de se fazer negócios com Uganda (Reinika e Svenson, Kaija e Asea 2000). Por exemplo, um estudo de Reinika & Svenson (1999) mostra que 94 por cento das firmas entrevistadas em Uganda não receberam eletricidade através dos cabos públicos em um total de 89 de 365 dias. Como resultado de um fornecimento de energia não confiável, as empresas em Uganda foram compelidas a instalarem geradores elétricos térmicos. O custo de geradores representou 16 por cento do valor de investimento total e 25 por cento do valor total de equipamento. Isso reduziu grandiosamente os lucros.

O valor dos gastos é vital na redução ou escala dos custos gerais. No entanto, a aquisição de custos de produção como o das sementes e outros materiais de plantio da indústria de flores foi descoberta como bastante custosa, uma vez que a maioria dos materiais de plantio é importada do Quênia e da Europa (Gabre-Mahdin & Hans de Vette 2004). Os materiais de cuidado da pós-colheita, como produtos químicos, são bastante caros e escassos. Um estudo de Rogue e Gozalan (2007) descobriu que a maioria dos produtos químicos agrários recomendados para uso pela União Europeia e pela Organização Mundial de Saúde são pouco fornecidos para a maioria dos países Africanos.

Posteriormente, o Mercado europeu se tornou um Mercado altamente competitivo e, portanto, chama, não somente por produtos de preços competitivos, mas também por produtos de alta qualidade. A manutenção de flores de alta qualidade continua sendo um grande desafio em Uganda. Alcançar produtos de alta qualidade na indústria de flores irá exigir um investimento coordenado em pesquisa e desenvolvimento, além do fornecimento adequado de mão-de-obra com habilidades em floricultura (Gabre-Madhin e Hans de Vette 2004). No entanto, Kaija e Asea 2000 mostraram a falta de mão-de-obra capacitada e a indústria de flores tornou-se dependente de expatriados do Quênia e da Europa.

Um número de medidas sanitárias e fito-sanitárias (SPSs) foi imposto para as flores da África, buscando uma entrada no mercado da EU. As exportações de flores africanas, portanto, tinham que passar por uma inspeção e por uma certificação rigorosas em ambos país de origem e portos europeus de entrada (Labaste 2005, Rogue e Gozalan 2007). A inspeção das medidas SPS aumenta os custos de transação, reduz o lucro e causa atrasos nas entregas (Labaste 2005; Rogue e Gozalan 2007). Para encontrar uma inspeção da UE e padrões de certificação, instituições de qualidade efetiva e eficiente, deve ser estabelecida uma parceria entre o setor público e privado. De fato, algumas instituições de qualidade atraente foram estabelecidas em Uganda para facilitar a inspeção e a certificação de produtos de exportação como as flores. No entanto, a capacidade de instituições de qualidade parece ser fraca. Por exemplo, Rudaherana (2005) mostrou que somente dois laboratórios de microbiologia em Uganda eram sancionados internacionalmente e a principal instituição de qualidade do governo, como o Departamento de Padrões de Uganda, teve uma redução de pessoal, e, portanto, ficou incapaz de assegurar satisfatoriamente que as exportações de Uganda atingem os padrões de SSP exigidos.

1.5.1. Medidas de Promover o Crescimento das Exportações

O sucesso da indústria de flores é de benefício de ambos Governo e setor privado. Esforços para promover a indústria deveriam, portanto, ser uma parceria entre o setor público e o privado (Gabre-Madhin e Hans de Vette 2004). Enquanto a importância da parceria entre o setor público e o privado não precisa ser enfatizada, as competências únicas de cada parceiro devem ser consideradas. Nesse âmbito, Gabre-Madhin e Hans de Vette (2004) sugerem que medidas para promover a indústria de flores deveriam ser categorizadas em três. Primeiro, há aqueles pelos quais o estado deveria ser responsável, em Segundo aqueles pelos quais o setor privado deveria ser responsável e, em terceiro, aqueles pelos quais o estado e o setor privado deveriam dividir responsabilidade. Deveria ser responsabilidade do estado, por exemplo, desenvolver e melhorar a infra-estrutura de alto custo, como ruas e transporte aéreo, pesquisas na área de floricultura, e serviços de extensão de agricultura. Por outro lado,

o foco do setor privado deveria ser investir na melhora da produção e garantir qualidade aprimorada no manejo da pós-colheita. Finalmente, o estado e o setor privado deveriam, em parceria, por em prática uma inteligência de Mercado e a promoção de vendas, bem como utilizar mecanismos que facilitem acordos com padrões e certificações.

Enquanto não há um ambiente de trabalho formalizado da parceria entre os setores público e privado entre os exportadores de flores e o governo, estudos sugerem algum nível de cooperação entre a indústria de flores e o governo. Por exemplo, o governo de Uganda, em um esforço para promover um investimento no setor de exportações, tomou uma série de medidas (Kaija e Asea 2000). Algumas dessas medidas tomadas incluem a permissão do investimento de capital de mais de 50%-70%, a redução de taxas no combustível dos aviões, de forma a reduzir custos dos impostos, a proteção dos investimentos privados na estatização e isenção de planta e equipamento dos impostos de importação.

Uma literatura de pesquisa disponível, no entanto, não indica quais medidas foram tomadas pela própria indústria de flores para melhorar a qualidade e a produção. Muito, portanto, ainda está por ser feito para promover a indústria. Há outras medidas que foram sugeridas, desde uma melhora no manejo de flores no aeroporto até a redução ou eliminação das taxas de eletricidade e salários de expatriados estrangeiros (Gabre-Madhin e Hans de Vette 2004).

1.6 Financiamento e Desafios do Emprego

1.6.1 O Motivo da Flexibilização do Trabalho

As políticas da liberalização do comércio nos anos 80 e 90 sempre foram acompanhadas pela liberalização do Mercado de trabalho e outras medidas de liberalização mais extensas como a remoção de controle sobre o investimento doméstico, a desregularização do mercado produtivo, a privatização, a flexibilização financeira, uma disciplina monetária e fiscal, reformas de taxas, um controle rígido e uma redução de gastos públicos. O foco principal das políticas do FMI e do BM era obter

os preços certos (Muqtada 2003). No processo de conduzir a economia através dos governos de “Mercado auto-regulador”, especialmente no mundo em desenvolvimento eles foram enfraquecidos através da redução do serviço civil, gastos públicos e o papel do estado. Como resultado, os trabalhadores começaram a ficar inseguros e menos organizados quando o capital ficou mais livre. Uma assimetria crescente de poder entre o capital e os trabalhadores, a favor do capital, também aumentou, e no processo os trabalhadores se distanciaram de um trabalho decente (ibid).

Defensores da flexibilidade do trabalho geralmente se apoiavam no famoso estudo de empregos OECD 1994, o qual atribuía uma maior criação de empregos nos Estados Unidos da América do que na Europa, para uma maior flexibilidade prévia. Esse estudo se tornou o livro hino do FMI/Banco a respeito da Liberalização. Uganda se tornou uma boa aluna do Consenso de Washington e deu continuidade às políticas de flexibilização do trabalho em cada detalhe (Banco Mundial 2001). Anualmente, o Banco Mundial, sob seu projeto de Tabela de Negócios em execução (DBI), publica uma tabela de trabalhadores, que mede a regulação do emprego, especificamente, a dificuldade de contratação, a rigidez em despedir trabalhadores e a rigidez das horas-extras. A tabela de índices da flexibilidade dos países, em uma escala de 1-100, sendo 1 o mais flexível e 100 o mais rígido. Graças às políticas de flexibilização do Mercado de trabalho de Uganda, o DBI 2009 do Banco Mundial elenca o Mercado de trabalho de Uganda como o mais flexível do mundo. Isso significa que em Uganda os trabalhadores podem ser contratados e dispensados sob um custo muito baixo. Similarmente as horas de trabalho podem ser variadas pelos empregadores com a maior facilidade e menor custo possíveis.

No entanto, a preocupação atual dos neoliberais sobre o desenvolvimento econômico com o trabalho decente tem que ser estimado em um retrospecto histórico. De volta à tão chamada era de ouro dos países desenvolvidos, os princípios do trabalho decente e dos benefícios sociais de um estado assistencialista provaram ser compatíveis com um índice de crescimento econômico rápido e mais estável. Na época, a eficiência dinâmica e a justiça social eram percebidas mais como complementares do que como

contraditórias (Boyer 2007). As falhas da doutrina de flexibilização manifestadas na atual crise financeira oferecem uma grande oportunidade para países como Uganda mudarem seu curso. Políticas de desenvolvimento social como a de um trabalho decente deveriam, portanto, ser integradas a um conceito extensor e coerente de desenvolvimento e estabilidade macroeconômica (Muqtada 2003). No entanto, o processo de integrar o trabalho decente a políticas sócio-econômicas mais extensas exige instituições do mercado de trabalho funcionando bem (Boyer 2007).

A escola neoclássica, que é a fundação teórica do Consenso de Washington, postula que na falta de restrições institucionais, salários flexíveis atuam bem na sua função de limpeza do Mercado e garantem que agregar um fornecimento de trabalho gera emprego pleno ou gera um certo nível natural de desemprego, cuja magnitude, acredita-se depender do grau de imperfeições de mercado (Forstater 2003, Seccareccia 2003 & King J 2001). A prescrição da política neoclássica, portanto, é que para o mercado preservar suas propriedades auto-corretivas, o mercado de trabalho deve ser desenhado pelo estado de uma forma que elimine todas as questões institucionais que atrasam a flexibilidade e a clareza de Mercado e mais importantes aquelas que limitam a queda do ajuste de salários, como os sindicatos, salários mínimos e transferem para os desempregados (Forstater 2003, Seccareccia 2003). É contra esse histórico que os países em desenvolvimento foram aconselhados a desregular seus mercados de trabalho.

No entanto, os Keynesianos brigam que os serviços de trabalho são diferentes de outras comodidades e, portanto, as ferramentas-padrão de demanda e fornecimento não podem ser aplicadas ao Mercado de trabalho (Seccareccia 2003). Eles também rejeitam a idéia das propriedades auto-esclarecedoras do Mercado porque agregar a demanda pode igualar um fornecimento agregado sem atingir o pleno emprego. Como em uma sociedade livre e democrática estabilizar e apoderar mercados são objetivos importantes, os mercados são também entidades sociais que mediam trocas e relações dos mercados de produção e de trabalho (Muqtada 2003). Salários nominais de acordo são negociações de dinheiro que acontecem em um ambiente social no qual a relação entre empregadores e funcionários é um processo em curso (Seccareccia 2003). Em

outras palavras, salários nominais são uma função de práticas costumeiras e normas sociais. A implicação política seria, portanto, de que os salários deveriam ser cobertos pelas forças de Mercado e deveriam refletir um poder de negociação e pressões normativas que surgem das crenças dos líderes e dos trabalhadores ao que constitui justiça na determinação de salários. Os Keynesianos, portanto, abandonam a noção de um Mercado de trabalho agregado distinto, analisado isoladamente de condições sociais a favor de uma abordagem mais orgânica baseada no princípio de demanda efetiva (Shapiro & Stiglitz 1987, e Seccareccia 2003).

Os Keynesianos, posteriormente, brigam que diferentemente do preço de outras comodidades, mudanças de preços do trabalho têm efeitos tanto no fornecimento quanto na demanda agregada, que impactam as decisões de emprego de uma firma. Isso acontece porque os salários não são meramente um elemento dos custos de uma firma, eles também agregam a demanda através de seu impacto no consumo (Seccareccia 2003). Para os Keynesianos, portanto, a redução dos salários nominais não é uma tendência duradoura para melhorar o emprego, exceto pela virtude de seu efeito na propensão ao consumo de comunidades como um todo, ou na agenda de eficiência marginal de capital ou nos níveis de interesse (Forstater 2003 e Seccareccia 2003). Ela segue, portanto, que são os efeitos da demanda de salários que importam para os Keynesianos, e esses efeitos normalmente seguiriam para a direção oposta do que é normalmente a teoria da escola neoclássica.

A visão de que um equilíbrio de produção repercute pouco na plenitude de empregos somente se os salários forem muito altos é rejeitada pelos Keynesianos. Ao contrário, eles acreditam que uma mera redução de salários nominais não garante um aumento no emprego. A redução de salários pode, na verdade, ter efeitos no emprego através de sua demanda efetiva. Produção e emprego na análise Keynesiana são, portanto, a determinação da demanda. Assim, nenhuma tentativa de restaurar o pleno emprego através dos ajustes no Mercado de trabalho, como o corte de salários, seria equivocada sob a análise Keynesiana (King J 2001). Para os Keynesianos, portanto, o

desemprego é mais bem endereçado no mercado produtivo se estimulada uma demanda efetiva.

Michal Kalecki percebeu que também pode haver obstáculos políticos para o pleno emprego (Mathew Forstater 2003). Kalecki argumentou que o desemprego pode ser funcional no capitalismo; uma análise que é desenhada a partir da análise de Marx sobre o exército reserva de trabalho. Para Kalecki, o desemprego desempenha diversas funções. Em primeiro lugar, o desemprego serve para disciplinar os trabalhadores que não temem ser dispensados em um ambiente de pleno emprego. Em segundo, o desemprego mantém os salários baixos, uma vez que uma das maneiras de disciplinar os trabalhadores é diminuir seu poder de negociação e assim, impedir que os salários subam.

O mundo real, especialmente sob a atual crise econômica global, parece apoiar a abordagem pós-Keynesiana. O mercado de trabalho Americano foi considerado, por muito tempo, um dos mais flexíveis no mundo, e níveis mais altos de emprego nos EUA do que na Europa sempre forma atribuídos a uma maior flexibilidade do mercado de trabalho na América. No entanto, essa flexibilidade não isentou a economia Americana da crise (Stiglitz 2009).

A contenção da atividade de políticas, que avança nos interesse de negócios, resulta em benefícios para todos, também se prova que ela é uma retórica vazia dos que buscam lucros em um âmbito global. Os últimos vinte anos testemunharam o maior nível de liberalização da história recente; ao contrário das expectativas, a desigualdade global aumentou. De acordo com o relatório de desenvolvimento humano de 2003, 1 por cento das pessoas mais ricas do mundo recebe tanto salário quanto a minoria 57 por cento, os 25 por cento mais ricos do mundo recebem 75 por cento da renda mundial e 25 milhões de cidadãos Americanos tem tanta renda quanto os 2 bilhões mais pobres. Em Uganda, os 20 por cento mais pobres ganham aproximadamente 7 por cento da renda nacional, enquanto os 20 por cento mais ricos ganham aproximadamente 45 por cento da renda nacional total. Os dados estão na lousa; o Mercado livre se mostrou incompetente ao incitar o crescimento e distribuir riquezas. Deliberar ações deve,

portanto, acontecer para assegurar que o crescimento econômico acompanhe os mesmos passos do trabalho decente e da justiça social (Stiglitz 2009).

1.6.2 Emprego e Financiamento

Ao tomar decisões capitalistas, elas são sempre orientadas em direção à valorização, e no passado elas sempre foram tomadas através de investimentos reais ou investimento na capacidade produtiva (Madi et al 2005). No entanto, durante as três décadas passadas o mundo testemunhou um padrão de acúmulo de riquezas no qual o lucro ocorre através de outros canais mais do que através do comércio e produção de comodidades; um fenômeno ao qual se refere como Financiamento da fraseologia econômica (Madi et al 2005 & Stockhammer 2004). Incentivos que guiam decisões de gerentes também mudaram fundamentalmente, daqueles que ligavam o pagamento gerencial ao sucesso de longo prazo da empresa a aqueles que ligam o pagamento a preços de estoque de curto prazo (Crotty 2005).

A busca de um valor acionista rápido e alto exigiu novas estratégias de gerenciamento que eliminaram o investimento real a atuação econômica. Tais estratégias incluem o corte de custos através da reestruturação, cortes de empregos e eliminação da capacidade produtiva para propósitos de gerar dinheiro para recomprar ações para posteriormente, elevar os preços compartilhados (Greenfield e Rosman 2006). As empresas sempre buscaram a maximização de lucros, no entanto, a preocupação é a direção para os lucros através da eliminação de empregos (Stockhammer 2004). Mais tarde, a busca de lucros rápidos significou que as firmas agora investem uma proporção significativamente mais baixa de seus lucros ao expandirem sua capacidade de produção. Houve uma forte argumentação sobre “reter e investir” e “diminuir e distribuir” investimentos. A maior parte dos lucros é, portanto, investida em propriedades financeiras de retorno rápido.

Qualquer nível de emprego fornecido depende de um nível correspondente de investimento na produção de bens (Keynes 1936). No entanto, o ritmo do investimento é regulado pelas finanças capitalistas (Alejandra et al 2005). Isso significa que o mercado de trabalho também não participou dos efeitos dos mercados financeiros. Para que as

firmas não-financeiras forneçam fundos para o investimento nos mercados financeiros, as firmas devem operar em um ambiente de Mercado flexível. A flexibilização do Mercado de trabalho ou a desregularização dele, portanto, servem aos objetivos de financiamento (ibid). Oportunidades para um dinheiro rápido nos mercados financeiros afetam a criação de empregos através de um investimento em queda no setor produtivo. Objetivos sociais de criação de empregos no setor produtivo serão difíceis de serem alcançados em um ambiente de investimento suprimido.

Um capital impaciente vê cada investimento como uma instituição de portfólio e não como um local de empregos. Portanto, como ele intensifica a entrada no setor não-financeiro, ele acelera as dispensas, a casualização e a terceirização (Greenfields & Rosman 2006). Trabalhadores, virtualmente em todos os setores, encaram a ameaça de mudar rapidamente de lideranças, planos de reestruturação e alvos de curto prazo baseados na lógica dos mercados financeiros que não alocam valor para a produção, para a produtividade e empregos. Um capital impaciente também eleva a volatilidade e desestabiliza os trabalhadores e os sindicatos (Crotty2005). Muitos sindicatos, hoje, não mais negociam com uma empresa de manufatura com salários de longo termo como costumava. Ao invés disso, os sindicatos negociam com coligações inovadoras de investidores cuja única referência é um mercado financeiro global. Uma das principais consequências disso é que ao invés de sindicatos negociarem para melhorar as condições de trabalho, eles passam a maior parte de seu tempo negociando o impacto da reestruturação ou desafio de um fechamento (Greenfields & Rosman 2006).

O financiamento não é um processo anônimo e espontâneo surgindo de uma mudança tecnológica ou fluxos de informação global. É um projeto político envolvendo uma intervenção ativa de governos nacionais. O ultimo quarto de século de “desregularização” envolveu a introdução de uma vasta série de novos mecanismos legais e regularizações pelos governos nacionais para proteger os interesses de investidores e **shareholders**. Isso pode ser desmantelado, e novos mecanismos legais e regularizações introduzidos nacionalmente para subordinar o capital de investimento a

exigências democráticas estabelecidas em padrões de direitos humanos internacionais. Isso deveria, portanto, ser a agenda de todo sindicato (ibid).

1.6.3 Emprego e Trabalho Decente

O trabalho decente engloba as aspirações de pessoas para suas vidas trabalhistas. Ele envolve as oportunidades para o trabalho que é produtivo e gera uma renda justa, segurança no local de trabalho e segurança social para as famílias, prospectos melhores para um desenvolvimento pessoal, e integração social, liberdade para as pessoas expressarem suas preocupações, se organizarem e participarem de decisões que afetam suas vidas e a igualdade de oportunidades e tratamento para todos os homens e mulheres (Somavia 2007). Para o trabalho decente ser alcançado ele deve estar integrado a estratégias de redução da pobreza, se baseando em condições únicas de desenvolvimento e desafios de diferentes países.

O conceito de trabalho decente é muito extenso e pesquisadores irão, por anos, continuar a lidar com a tarefa de encontrar medidas ou indicadores que englobem todas as noções e expressem sua interconectividade. Portanto, quaisquer indicadores usados por diferentes componentes do trabalho decente só podem ser considerados ao fornecerem uma medida aproximada de atuação (Ghai 2002). Quatro indicadores de trabalho decente têm, até agora, sido desenvolvidos; eles são a Dimensão de Emprego, a Dimensão de Seguridade Social, a Dimensão de Direitos Básicos e a Dimensão de Diálogo Social (ibid). A dimensão de emprego endereça questões relacionadas a oportunidades iguais de emprego que é analisada através do uso de indicadores-chave do mercado de trabalho, como a parcela de Participação da Força de Trabalho, índice de Emprego para a população e o nível de desemprego. O segundo indicador da dimensão de emprego é o trabalho remunerado. É um atributo do trabalho decente que se preocupa com o pagamento de salários aos trabalhadores, o que permite a eles o básico para uma boa vida. Enquanto não há uma figura básica, um salário de pelo menos dois dólares por dia é o mais usado em países em desenvolvimento como Uganda. O indicador final da dimensão de emprego é o das condições de trabalho. A segurança Ocupacional e a Saúde é uma das medidas mais utilizadas das condições de trabalho.

A dimensão da seguridade social do trabalho decente endereça questões que servem para encontrar as necessidades de subsistência urgentes dos trabalhadores e protegê-los contra contingências como o desemprego, doenças, maternidade, incapacidade e avanço da idade. Os tipos de indicadores usados para medir a adequação de seguridade social incluem gastos públicos em seguridade social como uma proporção de GDP e adequação de cobertura a respeito das contingências cobertas (ibid). No entanto, olhar para o valor dos gastos públicos isoladamente não é suficiente, porque isso não diz nada sobre a efetividade com a qual os recursos são usados. Na maioria dos países desenvolvidos como Uganda, a cobertura, de alguma forma, da seguridade social é limitada principalmente para trabalhadores no setor formal, que no caso de Uganda representam apenas aproximadamente 4 por cento da população empregada (UNHS 2005/06).

Indicadores usados para medir a dimensão dos direitos básicos incluem a extensão do trabalho forçado e do trabalho infantil, a discriminação no trabalho e a liberdade de associação (Ghai 2002). O indicador de discriminação no trabalho é medido por um número de indicadores que incluem o nível de participação no trabalho forçado, o desemprego, as diferenças de ganhos e a distribuição de empregos com capacitação. Um número de indicadores pode ser usado para medir o alcance da liberdade de associação. Há aqueles que medem a liberdade de associação diretamente e aqueles que confiam nos resultados de tal liberdade. As medidas diretas da liberdade de associação incluem a ratificação da Convenção 87 da OIT sobre Liberdade de Associação e o Direito de se Organizar também na Convenção 98 sobre o Direito de se Organizar e à Negociação Coletiva (ibid). No entanto, a ratificação não necessariamente implica que condições necessárias para a liberdade na verdade existam (Somavia 2007). A segunda medida direta da liberdade de associação inclui uma pesquisa anual sobre as violações dos direitos sindicais e inclui também relatórios do comitê da OIT sobre a liberdade de associação. A medida indireta de liberdade de associação é a densidade sindical.

Um diálogo social entre diferentes grupos sociais e econômicos e entre eles e as autoridades públicas é um atributo essencial de uma sociedade democrática, e um meio

de se resolver inevitáveis conflitos de interesse a respeito de políticas econômicas e sociais em um ambiente de trabalho cooperativo. Esse meio também pode promover a igualdade, a eficiência e o ajuste, e à partir de agora, pode sustentar o progresso econômico (ibid). O diálogo social pode acontecer em um dos três níveis: entre empregadores e funcionários em relação a termos e condições de emprego; entre a gerência e trabalhadores sobre o funcionamento de uma empresa; e entre parceiros sociais e autoridades públicas sob uma política social e econômica. De acordo com Ghai (2002) há dois indicadores que medem a dimensão do diálogo social de trabalho decente; eles são a negociação coletiva e a democracia econômica. A negociação coletiva é estabelecida com base se as Leis de um país em particular permitem a negociação coletiva ou não. Em segundo lugar, os resultados da negociação coletiva devem ser examinados. Por outro lado, o indicador de democracia econômica é medido ao diagnosticar se os trabalhadores participam das decisões que os afetam na empresa.

Ao enfatizar a importância do trabalho decente, a 60ª Assembleia Geral das NU adotou uma resolução para traçar o objetivo de um trabalho produtivo, do pleno emprego e do trabalho decente para todos, um objetivo central de políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais, incluindo estratégias de redução da pobreza como parte dos esforços para se alcançar os objetivos de desenvolvimento do milênio. Jomo (2007) observa que se o primeiro objetivo de desenvolvimento do milênio de reduzir a pobreza pela metade até 2015 sempre estiver para ser alcançado, o pleno emprego e o trabalho decente precisam ser o foco das políticas sociais e econômicas. O curso de ação é, portanto, mudar da retórica para a ação.

1.7 Instituições do Mercado de Trabalho

O papel e o impacto das instituições do mercado de trabalho têm sido o centro de debates acadêmicos e políticos recentes. Por um lado os defensores da flexibilização do Mercado de trabalho – baseados em fundações neoclássicas – acreditam que os sindicatos geram a desigualdade e distanciam o mercado de atingir o pleno emprego. Essa escola mais tarde considera as regularizações as criadoras de incentivos distorcidos que equivocam agentes econômicos, resultando em uma alocação de recursos

ineficiente. O melhor que pode ser feito em forma de prescrição de políticas é remover todas as regularizações e deixar a função de Mercado livre, porque o melhor resultado será alcançado quando cada agente buscar seu próprio benefício.

O outro grupo defende que as regularizações são produtos de instituições criadas socialmente que emergem em resposta às falhas do mercado. Assim, as instituições do Mercado de trabalho são um produto do governo e das interações entre empregadores e trabalhadores (Berg e Kuceera 2008). As instituições do Mercado de trabalho incluem salários mínimos, sindicatos e leis de trabalho. Seguindo Azan (2005), nós acreditamos que dentro desse governo com um ambiente de trabalho institucionalista, sindicatos e organizações empregadoras têm um papel maior para desempenhar no mercado de trabalho. Nesse ambiente de trabalho, o governo tem a responsabilidade de agir e fortalecer as leis trabalhistas. A legislação do salário mínimo é uma das várias ferramentas que o governo pode usar para proteger os trabalhadores da exploração e para reduzir a desigualdade de salários.

1.7.1 Salário Mínimo

O salário mínimo foi primeiramente introduzido no século 19, e hoje, mais de 90 por cento dos países no mundo têm alguma forma de salário mínimo (Herr et al 2009). Os salários mínimos também podem ser estabelecidos através de acordos de negociações coletivas. Como alternativa eles podem ser fixados autonomamente pelos governos ou em consulta com sindicatos e organizações empregadoras (ibid). O salário mínimo é, portanto, parte das instituições gerais do mercado de trabalho (Eyraud e Saget 2008). No entanto, ele continua sendo uma das questões mais teóricas e políticas, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. As visões dos neoliberais e dos Keynesianos sobre o salário mínimo são as posições mais dominantes e opostas nesse discurso controverso (Herr et al 2009).

A princípio, o paradigma da escola neoclássica defende que o salário mínimo tem efeitos negativos no emprego quando é fixado acima do salário de mercado. Ao contrário, o ambiente de trabalho Keynesiano posiciona que não há efeitos positivos ou negativos relevantes no emprego que surjam de aumentos no salário mínimo, uma vez

que o emprego não é dirigido por processos do mercado de trabalho (King 2001, Forstater 2003 & Seccareccia 2003 & Herr 2009). Para o modelo Keynesiano, o salário mínimo afeta o emprego através de seu efeito de distribuição de salários positivo, que eleva os gastos com o consumo e, conseqüentemente, eleva a demanda efetiva. A elevação da demanda efetiva estimula a produção e, ultimamente, eleva o nível de emprego. No modelo Keynesiano, portanto, o nível de emprego é uma variável do Mercado produtivo, ligada positivamente à demanda efetiva.

Outros argumentos avançaram a favor de o salário mínimo incluir a proteção de trabalhadores mal pagos da exploração e da redução da desigualdade, bem como da pobreza (Eyraud and Saget 2008). Broson (2003) argumentou que trabalhadores mal pagos não são nem preguiçosos nem incompetentes, mas vítimas dos sistemas sócio-econômicos que os impede de competir em bases iguais a de outros desde o começo de suas vidas, e eles terminam confinados em baixas condições de vida. Isso frequentemente significa que tais pessoas raramente conseguem educação, e, quando conseguem, é a educação pobre que assegura que as portas de empregos bem remunerados permaneçam fechadas para sempre. Na falta de políticas de salários mínimos, tais pessoas são deixadas à mercê das tendências oscilantes do mercado. O salário mínimo, no entanto, só poderá ter um impacto na briga contra a desigualdade e pobreza como parte de um ambiente de trabalho maior para combater a pobreza.

Broson (2003) discute o maior desafio global das políticas do salário mínimo. Ele observa que muitos países em desenvolvimento, sob os conselhos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), liberalizaram suas economias, e, simultaneamente, liberalizaram o Mercado de trabalho, ao, entre outras coisas, abandonarem políticas do mercado de trabalho, como a legislação do salário mínimo. Isso foi feito intencionalmente para estimular o crescimento e a produção para exportações, em particular. Muitos governos do mundo em desenvolvimento também foram levados a acreditar que as políticas do salário mínimo são inflacionárias e que aumentam os preços das exportações dos países em desenvolvimento, não os permitindo competitividade no mercado internacional. O que é sempre ignorado, é que

muitos produtos de exportação africanos são vendidos sob preços determinados internacionalmente, desconsiderando o custo da produção. O salário mínimo teria, portanto, pouco efeito nas tendências de demandas no Mercado produtivo internacional.

Enquanto economistas são famosos por discórdias amargas, pesquisas sempre mostraram um acordo significativo entre economistas com a previsão de que um salário mínimo mais alto reduz o emprego (Card & Krueger 1995). No entanto, a vasta maioria da literatura empírica não parece apoiar essa unanimidade inequivocamente. Herr et al (2009) analisou 51 estudos sobre os efeitos do salário mínimo na Europa e na América do Norte. A evidência de seus trabalhos parece estar misturada; houve estudos que mostraram que os salários mínimos tiveram um impacto negativo no emprego, especialmente para certos grupos etários. O mais dominante deles foi o de Brazen & Martin (1991); Neumark & Wascher (1992). No entanto, outros encontraram uma conexão positiva entre os aumentos do salário mínimo e o emprego, e criaram o caminho para debates teóricos e empíricos sobre os efeitos dos salários mínimos, sendo o mais dominante deles foi Card e Krueger (1995).

Card e Krueger (1995) demonstram, empiricamente, que aumentos no salário mínimo não têm necessariamente efeitos negativos no emprego, como previsto pelo livro do modelo neoclássico. Em 1992, o salário mínimo na indústria de “fast food” aumentou para 11 por cento em Nova Jérsei, mas permaneceu imutável na Pensilvânia. Card e Krueger, portanto, embarcaram em um estudo que compare os efeitos do emprego a partir de um aumento no salário mínimo na indústria de “fast food”, 1992. Eles pesquisaram 400 restaurantes por toda Nova Jérsei e Leste da Pensilvânia, antes e depois do aumento do salário mínimo em Nova Jérsei. Com relação aos restaurantes da Pensilvânia, onde os salários mínimos permaneceram inalterados, eles descobriram que o emprego em Nova Jérsei tinha, na verdade, se expandido com o aumento do salário mínimo. Depois, quando examinaram os restaurantes de Nova Jérsei, descobriram que o crescimento no emprego era maior nos restaurantes que eram forçados a subir seus salários para cumprir a lei do que naqueles que já pagavam mais do que o novo mínimo.

Card e Krueger também descobriu, em uma análise de estados, que, em 1990 e em 1991, aumentos no salário mínimo federal não afetou o emprego de jovens adversamente. Durante esse período, o salário mínimo federal subiu de US \$ 3.35 por hora para US \$ 3.80, em abril de 1990, e para US \$ 4.25 em 1991. Eles categorizaram os estados em grupos com base na fração de jovens trabalhadores que estavam ganhando entre US \$ 3.35 e US \$ 3.80 por hora, bem antes de o primeiro aumento do salário mínimo surtir efeito. Em estados com um alto salário, como a Califórnia e Massachusetts, relativamente poucos adolescentes faziam parte da parcela que sofreria efeitos de valor no salário com o aumento do salário mínimo. Por outro lado, em estados de salários baixos como o Alabama e o Mississippi, mais de 50 por cento dos adolescentes estavam no grupo afetado. De acordo com o modelo de estudo neoclássico, ter-se-ia esperado que o emprego de adolescentes caísse nos estados com um baixo salário onde o salário mínimo federal subiu os valores com relação aos estados com um salário alto, onde o mínimo teve um efeito muito menor. Ao contrário dessa expectativa, Card e Krueger descobriu que não havia diferença significativa no crescimento do emprego entre os estados de salários altos e baixos. Em Uganda, onde o governo adota a visão neoclássica, o trabalho de Card Krueger foi uma ferramenta de defesa útil para os sindicatos.

1.7.2 Sindicatos em Uganda

Enquanto as leis e políticas de trabalho são importantes para a melhora das condições de trabalho, um aperfeiçoamento sustentável das condições de trabalho só pode ser alcançado através da auto-representação dos trabalhadores (Riisgaard 2007). A auto-representação e a participação no local de trabalho começam com o conhecimento do quais são as condições de trabalho vis-à-vis as quais elas deveriam ser (Weil 2004). Os sindicatos são apenas instituições que podem disseminar efetivamente a informação para os trabalhadores a respeito de seus direitos no local de trabalho. Além disso, os sindicatos oferecem assistência atual no exercício de direitos, e demonstraram por séculos a sua habilidade de organizar os trabalhadores para um objetivo comum, e são, portanto, um fator crucial para quaisquer esforços de promover o trabalho decente. De

acordo com Weil (2004), estudos feitos nos Estados Unidos da América confirmam diferenças sistemáticas entre lugares sindicalizados e não sindicalizados, dirigidos sob as políticas e leis do trabalho. Por exemplo, foi descoberto que os sindicatos aumentam o fortalecimento e o acordo resultados com respeito às horas extras, à Segurança e saúde ocupacionais e aos benefícios relacionados ao trabalho, como pensões. Posteriormente, onde as negociações com os sindicatos terminam em acordos de negociações coletivas, a segurança de trabalho não disponível nos locais de trabalho não sindicalizados é geralmente alcançada. Na falta de sindicatos, fica difícil pensar em um acordo institucional que efetivamente alie seus interesses com os interesses dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, tenha o tipo de acesso ao local de trabalho que é necessário para agir sob tais interesses (ibid).

A legislação syndical foi introduzida em Uganda nos anos 40, durante a administração colonial. O primeiro trabalho de pesquisa sobre os sindicatos foi de Scott (1966). Nesse trabalho, Scott observa que os sindicatos em Uganda eram geralmente fracos e atribuíam sua fraqueza geralmente a uma liderança pobre, ao tribalismo e a uma base financeira fraca. Toda a literatura subsequente revista sobre os sindicatos também descobriu que os sindicatos em Uganda eram fracos. Barya (2000) atribui a fraqueza dos sindicatos de Uganda ao controle de estado, que através da legislação que dá direitos com uma mão e os tira com a outra. Oloka J e Barya J (1995) concordam com Scott que uma base financeira fraca e uma dependência extrema de fundos estrangeiros foram o maior desafio para a eficiência dos sindicatos de Uganda. OKwe (1999) atribui a fraqueza dos sindicatos a brigas por lideranças e à interferência do estado no funcionamento dos sindicatos. Não é surpresa, portanto, que Asea & Kaija (2000) descobriram que a maioria dos trabalhadores da indústria de flores não era sindicalizada, apesar da existência de um sindicato designado por lei para organizar os trabalhadores da indústria de flores. A fraqueza dos sindicatos em Uganda é, portanto, mais uma restrição do que um facilitador dos esforços para promover os objetivos do trabalho decente através de uma produção e exportações elevadas.

Os sindicatos em Uganda forma, posteriormente, enfraquecidos por programas de ajustes estruturais criados nos anos 90. Algumas das medidas políticas implementadas em Uganda incluíam a redução do serviço civil, a privatização e a redução de gastos do governo. Todas essas medidas resultaram na perda de emprego. Estima-se que mais de 170.000 trabalhadores (metade do serviço civil) foram reduzidos. O movimento sindical no processo perdeu aproximadamente 60 por cento de seus membros (Jauch 1999).

A literatura revista revelou que, enquanto a liberalização do comércio é vital para o desenvolvimento, há a necessidade de um processo de liberalização cauteloso e gradual. Estimar seu impacto é também difícil, dado que as medidas de liberalização do comércio são geralmente tomadas com outras políticas macroeconômicas. A literatura também sugere que a restrição da área de fornecimento inibe a participação efetiva de países em desenvolvimento no comércio global. Em consideração ao emprego, a literatura aponta para a direção de que os mercados por si só, não podem se apropriar dos ganhos de um comércio igualitário entre nações e fatores de produção. O capítulo seguinte tenta contribuir com o corpo existente de conhecimento sobre os fatores que restringem a atuação nas exportações da indústria de flores em Uganda.

CAPÍTULO 2

AS RESTRIÇÕES NO FORNECIMENTO NA INDÚSTRIA DE FLORES DE UGANDA

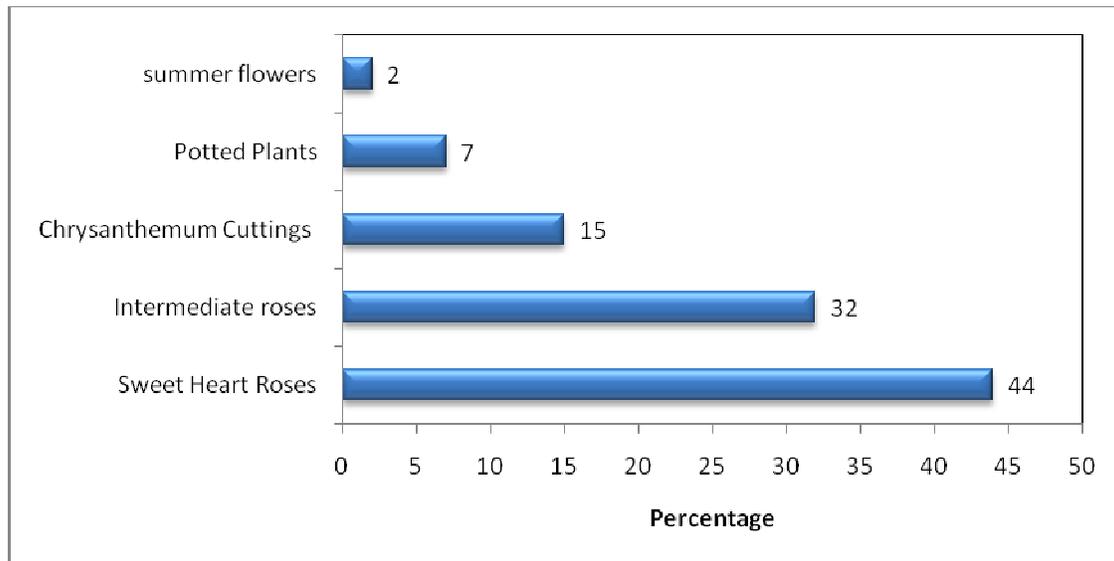
Ainda que a liberalização do comércio possa criar oportunidade para a expansão da produção e das exportações, somente países com capacidade suficiente de produzir e suprir a competitividade do Mercado internacional podem esperar ganhos com as oportunidades de acesso ao mercado. Esse capítulo apresenta descobertas do estudo sobre as principais restrições da produção e da exportação nos últimos cinco anos. Em suma, o estudo descobriu que a exportação em Uganda é restringida por uma infraestrutura pública ineficiente, altos custos de transporte e falta de acesso a empréstimos bancários pacientes e de baixo interesse.

2.1 Uma visão geral da indústria de flores em Uganda

Ainda que relativamente nova, a floricultura comercial cresceu exponencialmente com o passar dos anos, de 3 fazendas em 1993 para 20 fazendas de flores; com aproximadamente 202 hectares de terra para a produção de flores hoje. As principais flores de exportação são as rosas *Sweetheart* e o Crisântemo de corte (Figura 2.1). A indústria é bem organizada através da Associação de Exportadores de Flores de Uganda (UFEA), a qual é uma associação comercial do setor privado apoiada por todos os plantadores de flores. A associação fornece a seus membros informações de Mercado, prédios para acomodação, conduz pesquisa de Mercado e monitora acordos com padrões internacionais. A indústria emprega aproximadamente seis mil trabalhadores e beneficia outras 36.000 pessoas indiretamente. O alvo da Associação

dos Exportadores e Flores de Uganda é atingir 400 hectares de produção de flores nos próximos 5 anos, e empregar aproximadamente 10.000 pessoas e beneficiar outras 60.000 indiretamente.

Figure 2.1 Percentage Share of Flower Variety, 2007



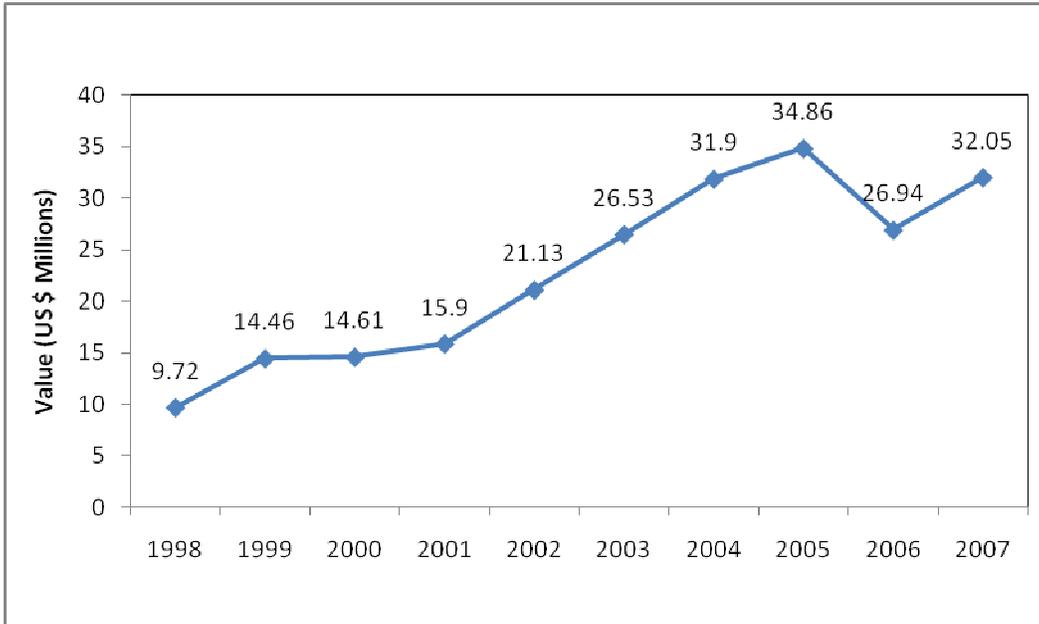
Fonte: Associação dos Exportadores de Flores de Uganda

Nos últimos dez anos, os valores das exportações de flores cresceram mais de 230 por cento, de US \$ 9.72 milhões em 1998 para US \$ 32.05 milhões em 2007 (Figura 2.2). Como resultado desse crescimento equilibrado, o setor de flores é o terceiro maior gerador de câmbio estrangeiro entre as exportações não-tradicionais em Uganda. Apesar de os índices de Uganda serem de US \$ 6 bilhões, o comércio de floricultura global continua muito pequeno (Centro de Comércio Internacional 2009).

A participação comercial de Uganda é ainda menor quando comparada àquela de seus competidores regionais, especialmente o Quênia, cujo valor de exportação de flores fica além de US \$ 550 milhões (Figura 2.3). Como resultado de uma demonstração do significativo potencial para vantagem competitiva, valor agregado, criação de emprego e geração de arrecadação, a indústria de flores foi identificada como uma dos seis principais setores centrais de exportação sob a estratégia de exportação nacional de Uganda 2008-12 (Documento da estratégia de exportações nacionais 2008).

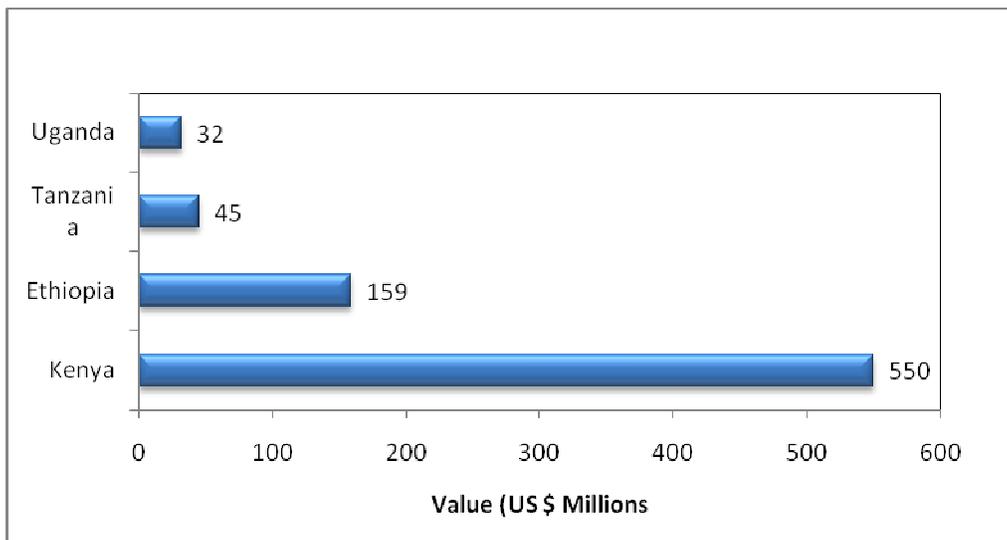
Mais de 95% das exportações de flores vão para a Europa através do Mercado de leilões Holandês e de distribuidores e comerciantes independentes. Os outros destinos finais principais são a Alemanha, o RU, a França e a Itália (Figura 2.4)

Figura 2.2: Exportações de Flores de Uganda por valor 1998-2007



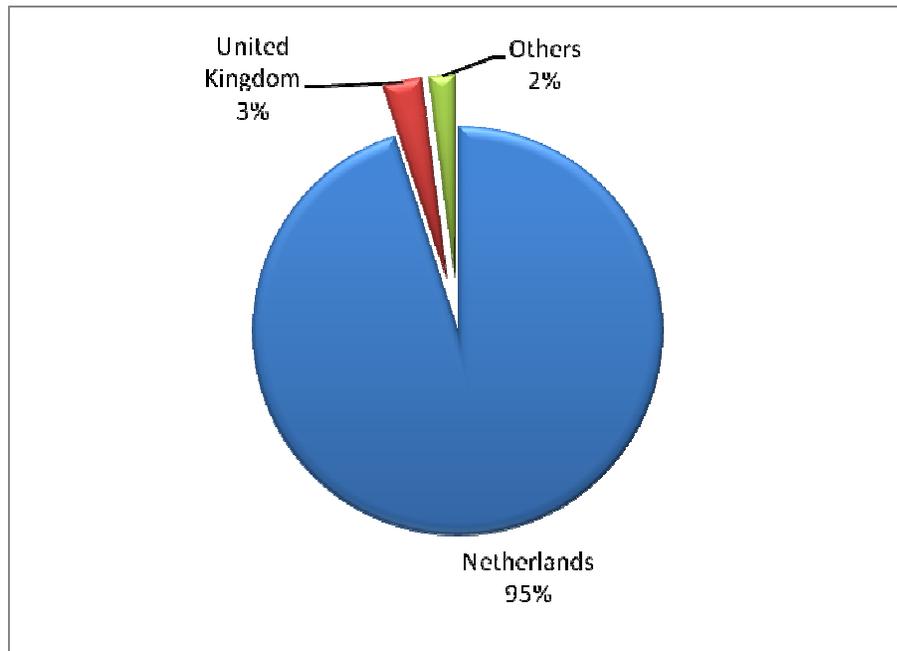
Fonte: UFEA 2009

Figura 2.3: Valor das exportações regionais 2008



Fonte: ITC Uganda 2009

Figura 2.4 Destino das exportações de flores de Uganda 2008



Fonte: PSF Uganda 2009

2.2 Restrições à produção e exportação de flores em Uganda

O setor de flores demonstrou um potencial para o crescimento e aumento do emprego. No entanto, há uma série de fatores associados especialmente com o ambiente de negócio doméstico que costuma minar a expansão das exportações de flores em Uganda, e, por extensão, outras indústrias do setor de exportações da economia. Essas restrições são discutidas aqui, abaixo:

2.2.1 Impostos: O impacto de altas taxas

As flores são produtos altamente perecíveis que requerem uma entrega rápida ao mercado. Dada a localização geográfica de Uganda, o transporte aéreo é o único meio pelo qual as flores podem ser entregadas aos compradores na Europa dentro do tempo e da qualidade exigidos. No entanto, 100 por cento de todos os executivos das

companhias de flores entrevistados revelaram que as taxas de impostos eram as maiores restrições ao setor em Uganda (Vide tabela 2.1).

Tabela 2.1: As taxas de impostos são uma restrição à exportação de flores em Uganda?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 10 | 100 |
| Não | 0 | 0 |
| Total | 10 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa, entrevistas com executivos das companhias de flores, 2009

Por exemplo, as taxas de manuseio de carga por tonelada eram de US \$ 2300 no aeroporto Internacional de Entebe, comparadas a US \$ 1,750 no aeroporto Internacional Kenyatta no Quênia, em Abril de 2009 (Tabela 2.2).

Tabela 2.2: Comparação das taxas de usuários de aeroporto para o B747-200 cargueiro no leste da África

| Detalhes | Aeroporto JKI Quênia | Aeroportos JN1 & KI Tanzânia | Aeroporto de Entebbe Uganda |
|---|-----------------------------|---|------------------------------------|
| Navegação aérea | 527 | 350 | 660 |
| Terrestre | 1,750 | 1,895 | 1,800 |
| Estacionamento de 8 Horas | 130 | 30 | 100 |
| Manuseio de aviões | 1,800 | 5,040 | 2,500 |
| Manuseio de exportações cargueiras por tonelada | 1,750 | 1,750 | 2,300 |
| Reabastecimento para viagem de 8 horas | 103,086 | 108,511 | 146,268 |
| Total US \$ | 109,043 | 117,576 | 153,528 |

Fonte: PSF 2009

A questão de altas taxas de impostos tem sido de domínio público há algum tempo e não perdeu a atenção da mídia local. Enquanto o Sr. Jacques Schrier, o

presidente da Associação de Exportadores de Flores de Uganda (UFEA) não foi entrevistado, uma revisão de fontes jornalísticas revelou suas preocupações sobre as altas taxas de impostos (O Monitor Diário 15 de abril de 2008). É importante citar suas palavras:

“A indústria de flores opera sob uma margem de lucros muito baixa, perto de 30 por cento dos ganhos totais são gastos com impostos aéreos. Qualquer aumento nas taxas de impostos afetará a indústria terrivelmente. Ele nos matará”.

Outra peça-chave da indústria de flores é o Sr. Olav Boeders, O Diretor de Gerenciamento de Wagagai; um dos principais exportadores de flores de Uganda também foi citado sobre a mesma questão do Monitor, como segue:

“Aumentos nas taxas de impostos não estão ajudando e estão tornando Uganda menos e menos competitiva com relação aos países vizinhos como o Quênia, a Etiópia e a Tanzânia”.

Uma tentativa de entender as principais causas das altas taxas de impostos em Entebe revelou um número de fatores. Notou-se que, das 26 linhas aéreas que operam dentro e fora do aeroporto internacional de Entebe, somente 4 linhas, a British Airways, a KLM, a SN Brussels e a MK Airlines, operam para o mercado de exportação de flores de Uganda (Tabela 2.3). Isso significa que há muita disputa de carga para poucas linhas aéreas e nessa situação os benefícios da disputa não podem beneficiar os exportadores de flores. Além disso, é sempre mais barato transportar cargas por cargueiros do que por aviões de passageiros (PSF 2009). No entanto, somente uma das quatro linhas aéreas que operam fora do aeroporto internacional de Entebe para os mercados de flores na Europa é um cargueiro. Os demais são aviões de passageiros que só podem alocar um espaço limitado para carga na barriga do avião. O espaço limitado disponível é também completado com outras exportações como peixes, vegetais e frutas. As linhas aéreas, portanto, designaram cotas de espaços para várias exportações. Como foi

mostrada na tabela 2.3, a British Airways não aloca nenhum espaço de carga para flores. A KLM tem uma fraca capacidade de 150 toneladas, a SN Brussels de 120 toneladas e a MK Airlines de 330, mas cada uma delas só aloca 50 toneladas, 40 toneladas e 102 toneladas para flores, respectivamente.

Tabela 2.3: Mostrando a capacidade de carga disponível para os mercados de flores de Entebbe

| Linha aérea | Ramo | Destino | Frequencia Por semana | avião | Capaci- dade de carga do avião (Ton.) | Capacidade semanal disponível para flores (Ton.) |
|-------------------------------|------------|------------------|-----------------------------|-------|---|--|
| British Airways | Passegeiro | Londres | 3 | B767 | 30 | 0 |
| KLM | Passegeiro | Amsterdã | 5 | A330 | 30 | 50 |
| SN Brussels | Passegeiro | Bruxelas/Londres | 4 | A330 | 30 | 40 |
| MK Airlines | Carga | Ostend/Londres | 3 | B747 | 110 | 102 |
| Capacidade semanal | | | | | | 192 |

Source: PSF Uganda 2009

Uma comparação da capacidade dos cargueiros na região posteriormente justificou a associação de altas taxas de impostos das poucas linhas aéreas, especialmente aviões cargueiros que voam fora de Entebbe para os mercados de flores. A Tabela 2.4 mostra que no Quênia 10 das 17 linhas aéreas que voam para os mercados de exportação de flores são aviões cargueiros. Enquanto na Etiópia, três das seis linhas aéreas que voam para a exportação de flores são aviões cargueiros. Não é surpresa, portanto, que o Quênia e a Etiópia têm uma capacidade para a carga de flores semanal de 1370 toneladas e de 848 toneladas, respectivamente, comparada a de Uganda, de 192 toneladas.

Table 2.4: Capacidade Regional de carga aérea dos mercados de flores

| Aeroporto (País) | Número de Linhas | Serviço de passageiros | Serviço de Carga | Vôos semanais | Capacidade semanal (Ton.) |
|-------------------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------|----------------------|----------------------------------|
| Entebe-Uganda | 4 | 3 | 1 | 15 | 192 |
| KIA and JNIA (Tanzânia) | 5 | 4 | 1 | 34 | 188 |
| Bole (Etiópia) | 6 | 3 | 3 | 27 | 848 |
| JKIA (Quênia) | 17 | 7 | 10 | 77 | 1370 |

Fonte: PSF Uganda 2009

O principal direcionador dos custos de impostos em Entebe foi descoberto como sendo o alto custo do abastecimento de aviões. O custo de abastecer um Boeing 747 em Entebe era 40 por cento maior do que no aeroporto internacional Jomo Kenyatta. O manuseio de cargas por tonelada era 30 por cento maior em Entebe do que no aeroporto internacional Jomo Kenyatta (JKI). Os custos relacionados ao aeroporto tornam Entebe um destino caro para as companhias aéreas, e o único remédio para as linhas que operam em Entebe é transmitir os custos operacionais aos exportadores. Os altos custos com aviões combinados com os altos custos com o transporte rodoviário (relacionados no parágrafo seguinte) fazem do transporte um dos componentes de maior custo para a produção de flores.

2.2.2 Infra-estrutura rodoviária pobre: Impacto nos custos operacionais

As estradas fornecem o maior meio de transporte de bens e serviços dentro do país⁵. As estradas são, portanto, uma questão vital, cujo gerenciamento e manutenção efetivos são cruciais para o comércio do país (UNRA 2009). O sistema rodoviário de Uganda inclui aproximadamente 9500 KM classificados como estradas principais, 24,300KMs como estradas rurais distritais e 376 KM como estradas urbanas. Além disso, há 55, 000KMs de estradas de acesso à comunidade. De todas essas estradas somente 8 por cento delas são pavimentadas, comparadas aos 21 por cento no Quênia (Banco Mundial 2001a). O documento do décimo país europeu do fundo de desenvolvimento e o programa Indicativo nacional notam que a condição geral da rede rodoviária nacional poderia ser classificada como 20 por cento boa, 62 por cento razoável, 17 por cento

⁵ Não há um serviço de carga rodoviário e o serviço ferroviário parou de funcionar há vinte anos.

pobre e 1 por cento muito ruim. Realmente 80 por cento dos executivos das companhias de flores consideraram o pobre estado das estradas uma restrição para o negócio de exportações de flores (Tabela 2.5). O estudo descobriu que o pobre estado das estradas reduz os lucros ao elevar os custos de manutenção dos veículos e o transporte de flores. Uma fazenda estimou que gasta aproximadamente USD \$ 2000 por mês na manutenção e reparo de seus caminhões e acredita que uma grande porcentagem desse custo é devido ao estado ruim das estradas. Também foi descoberto que quando as estradas para as fazendas estão em uma condição ruim, mas não podem ser reparadas devido à falta de fundos distritais, as fazendas de flores reparam as estradas públicas absorvendo esse custo. A manutenção das estradas públicas por parte do setor privado elimina a capacidade do setor de flores de reinvestir e reduzir a atratividade de Uganda como um destino de investimentos.

Tabela 2.5: A infra-estrutura rodoviária é uma restrição para a indústria de flores?

| Resposta | Frequência | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 8 | 80 |
| Não | 2 | 20 |
| Total | 10 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa, entrevistas com executivos das companhias de flores 2009

2.2.3 Altos custos de Energia

Um controle rígido de umidade, da temperatura e da qualidade pós-colheita, é essencial para a entrega de flores de qualidade ao mercado. Os plantadores de flores, portanto, tentam utilizar utensílios eficientes de armazenamento refrigerado (Semboja H.H, Mbelwa R et al 2000). O acesso à eletricidade confiável é, portanto, muito importante para o processamento suave dos utensílios de armazenagem refrigerados nas fazendas de flores. Até o momento, no entanto, somente 8.6 por cento da população de Uganda têm acesso à eletricidade (UBOS-UNHS 2006). Talvez isso explique parcialmente por que todos os executivos das companhias de flores entrevistados

disseram que o acesso confiável e possível à eletricidade era uma das principais restrições da indústria de flores de Uganda (Tabela 2.6).

Tabela 2.6: O fornecimento de energia é uma restrição para a exportação de flores em Uganda?

| Resposta | Frequência | Porcentagem |
|----------|------------|-------------|
| Sim | 10 | 100 |
| Não | 0 | 0 |
| Total | 10 | 100 |

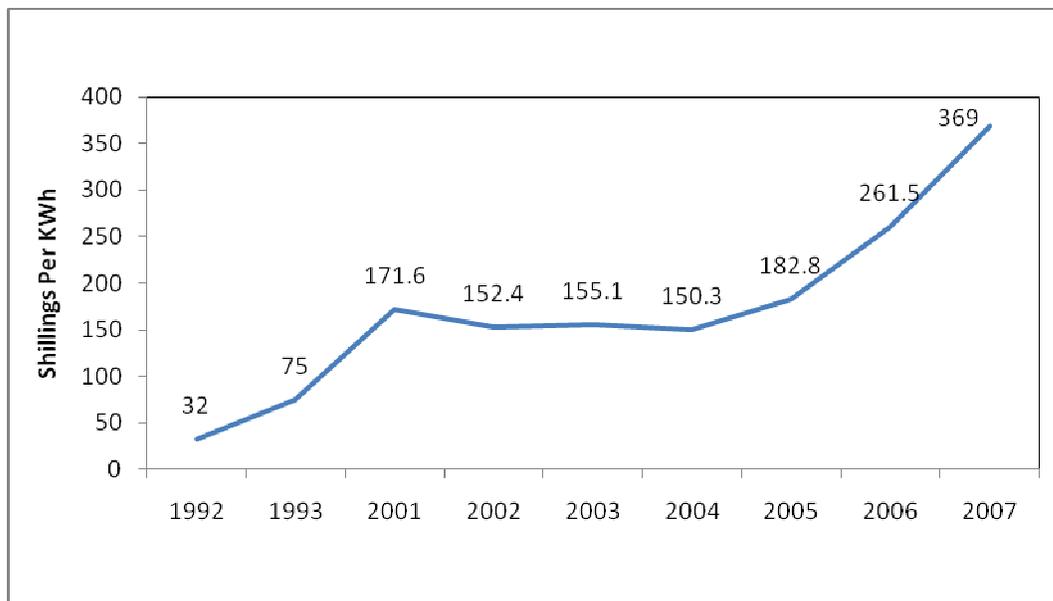
Fonte: Dados de Pesquisa, Entrevistas com executivos das companhias de flores 2009

O estudo, posteriormente, descobriu que nos casos onde as fazendas de flores são localizadas em áreas rurais que não são cobertas por cabos públicos de eletricidade, os investidores privados assumiram os custos de estender a eletricidade para suas fazendas em distâncias de mais de 20 KM em alguns casos. No entanto, no final, os fios de transmissão de eletricidade construídos pelo investidor privado se tornam propriedade da companhia de distribuição de eletricidade sem compensação pelo investimento feito pelo setor privado, nem mesmo com o abatimento de taxas ou outra coisa (UEFA Documento do resumo Maio 2008). Gerentes das fazendas de flores disseram que esse foi um caso clássico do setor privado não só subsidiar o estado, mas também se comprometer com o desenvolvimento da infra-estrutura, que deveria ser uma função pública. Também descobriu-se que rede elétrica nacional era pobremente mantida e regularmente causava ondas na voltagem da eletricidade, as quais prejudicava os componentes elétricos dos estoques frios, do equipamento processual e sistemas de irrigação, acrescentando ao funcionamento e ao capital custos para as fazendas de flores. Na falta de um fornecimento de energia estável e confiável, geradores são usados mais de 40 por cento do tempo (UEFA Briefing paper May 2008 & Renika & Svenson 1999). As questões não foram ajudadas pelos custos do Diesel usados para o funcionamento dos geradores elétricos estarem sempre aumentando. O preço do

diesel, por exemplo, aumentou em mais de 35% sobre os 1.680 a 2.100 Xelins de Uganda, entre 2004 e 2007.

Ainda, as tarifas de eletricidade em Uganda são muito altas e sobem quase todo ano. O estudo descobriu que entre 1992 e 2007, as tarifas de eletricidade para indústrias de porte médio, como as fazendas de flores, aumentaram em 1053% sobre 32 Xelins de Uganda para 369 Xelins por km/h. Em um período menor de dois anos, entre 2005 e 2007, as tarifas industriais aumentaram em 100 por cento (Figura 2.5)

Figura 2.5: Evolução de tarifas unitárias por km hem Uganda 1992-2007



Fonte: Autoridade regulatória de eletricidade 2008

O estudo não foi capaz de obter dados comparativos a respeito das tarifas industriais do Quênia e da Tanzânia. No entanto, uma comparação das tarifas de consumidores comerciais e residenciais mostrou que Uganda tem alguns dos níveis mais altos, não só na região, mas no mundo inteiro. Em fevereiro de 2009, as tarifas de Uganda para premissas residenciais e comerciais ficaram em US \$ 0.22 comparados a US \$ 0.16 do Quênia, US \$ 0.10 da Tanzânia e US \$ 0.6 do Sul da África (Revista Ratio, 13 de Fevereiro de 2009). Na Austrália era de US \$ 0.9 e na Londres central de US \$ 0.15 (ibid). A vantagem competitiva no mercado internacional cai sobre outros fatores de baixos

custos de produção. As tarifas altas e de aumento constante em Uganda militam contra a participação efetiva de Uganda no Mercado de flores global. Tarifas de energia altas junto com outros custos sempre elevados tornaram o ambiente de negócios difícil para as fazendas de flores.

2.2.4 Fornecimento: Pressões superiores

O custo de se fazer negócios também piorou devido a um aumento geral dos preços. Uganda aproveitou uma inflação de um único dígito por mais de 20 anos, mantendo os custos de fornecimento interno relativamente estáveis, bem como tornando os índices confiáveis e a previsão de lucros mais realista. No entanto, pela primeira vez em muitos anos, especialmente graças aos preços em alta dos produtos alimentícios e das taxas de câmbio, o nível da inflação entrou nos dois dígitos. Ela dobrou de 6.1 por cento em 2007 e foi estimada a marca de 12.1 por cento em dezembro (Figura 2.6).

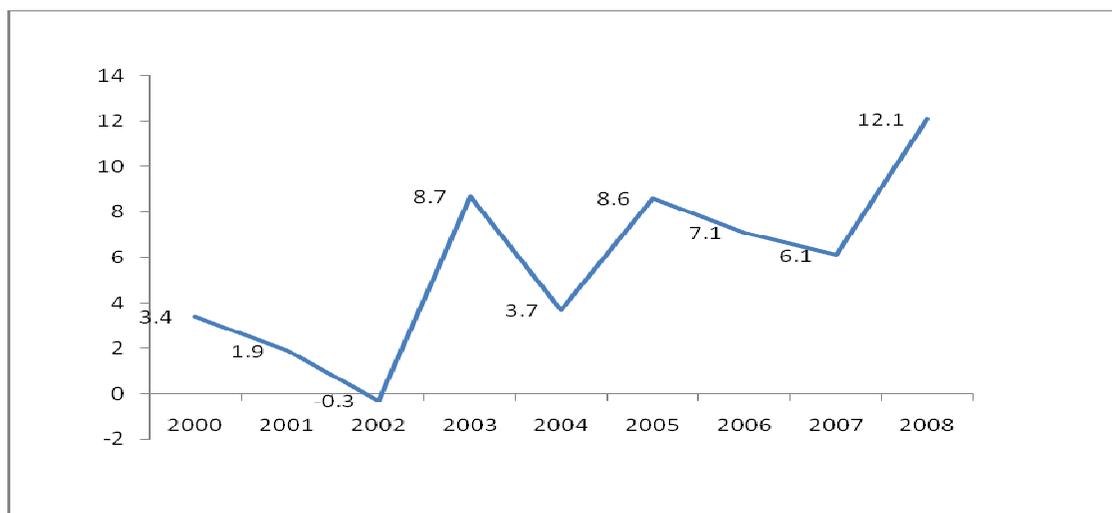
No entanto, a inflação é uma media estatística e, portanto, propensa aos efeitos de seus investidores. Uma olhada mais de perto nos aumentos de alguns produtos principais da indústria mostrou um índice de aumentos nos preços bem maior. A Tabela 2.7 mostra, por exemplo, que o preço do milho, uma das principais receitas das refeições dos funcionários aumentou aproximadamente 65 por cento entre março e maio de 2008. Enquanto o preço do feijão aumentou aproximadamente 42 por cento e o de peças e barras usadas para a construção de abrigos para as flores aumentou em 32 por cento. A figura 2.7 abaixo também mostra que houve mais pressões superiores nos índices da área alimentícia comparados com o índice de inflação principal. Por exemplo, a inflação na área alimentícia aumentou de -4.4 por cento em dezembro de 2007 para 25.5 por cento em dezembro de 2008. Os executivos das companhias de flores entrevistados disseram que o rápido aumento nos preços estava esmagando, posteriormente, a margem de lucros já estreita da indústria. Algumas fazendas expressaram medo de que não fossem capazes de continuar fornecendo refeições a seus funcionários. O custo elevado dos produtos estava piorando o ambiente de negócios que já é restrito por outros problemas institucionais e estruturais.

Tabela 2.7: Mostrando preços elevados de produtos selecionados da fazenda

| Item | Preços | | % |
|----------------------------------|-----------------|----------|---------|
| | Preços Março'08 | Junho'08 | Aumento |
| Milho Por Quilo | 530 | 870 | 64 |
| Feijão por quilo | 1000 | 1420 | 42 |
| Tiras de Borracha por 100 quilos | 800 | 950 | 19 |
| Peças e barras | 5300 | 7000 | 32 |

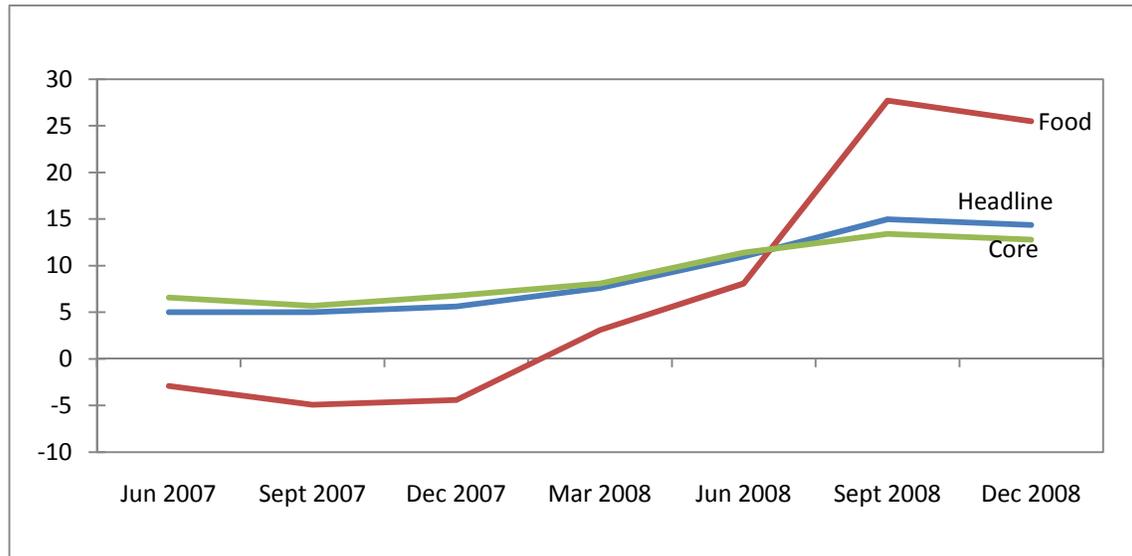
Fonte: Dados de pesquisa das fazendas de flores

Figura 2.6: Evolução da inflação (Porcentagem) em Uganda 2000-2008



Fonte: UBOS 2009

Figura 2.7: Índices de inflação por trimestre (Porcentagem) Jun 2007- Dez 2008



Fonte: Relatório anual BOU 2009

2.2.5 Financiamento: O alto custo do crédito

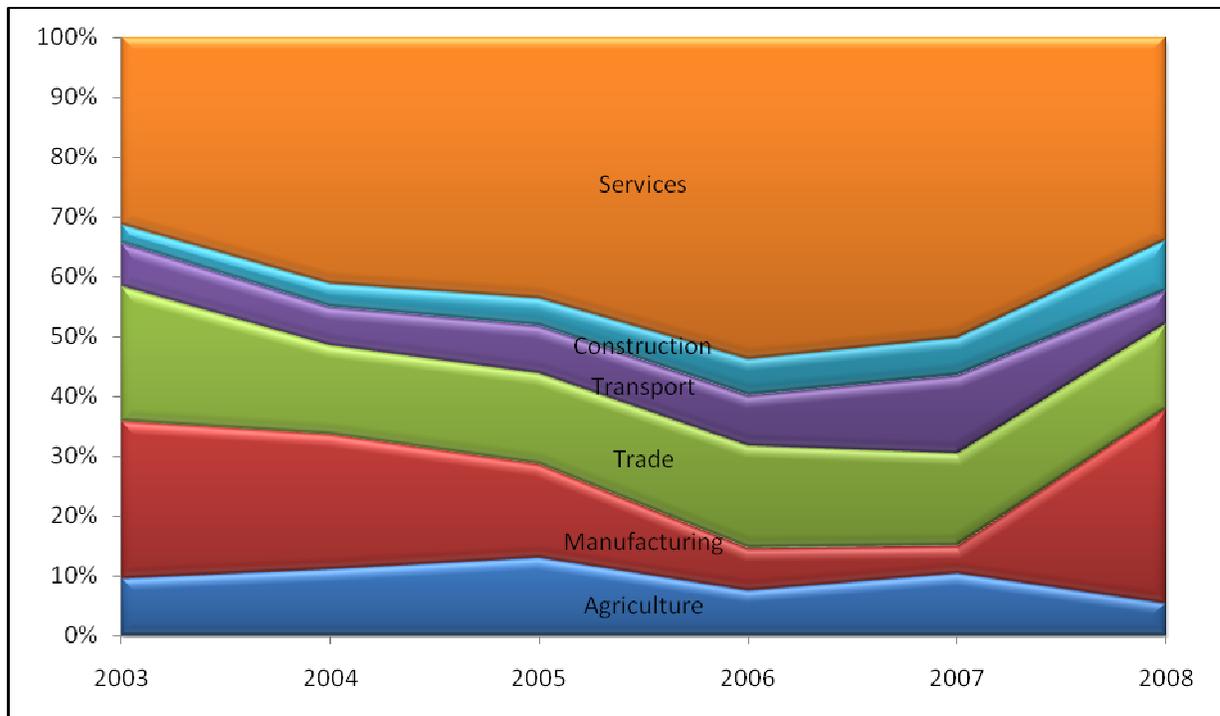
Uma forma através da qual as exportações de competência podem ser mais atraentes é através do desenvolvimento de instituições financeiras de financiamento doméstico. O sistema financeiro é crucial para o desenvolvimento de empresas e capacidades produtivas. Infelizmente, o sistema financeiro de Uganda ainda não tem a força para responder rapidamente e adequadamente às necessidades financeiras do setor empresarial do país, particularmente dos exportadores (NES 2008). O setor financeiro formal permanece muito pouco diversificado e dominado pelos bancos. Os sistemas financeiros alternativos de crédito através de instituições de micro-crédito também são de curto prazo. O investimento na produção de longo prazo em produtos como as flores são, portanto, muito difíceis de ser financiados em Uganda.

Todos os executivos das companhias de flores entrevistados citaram o acesso aos fundos de longo prazo como sendo um impedimento para a expansão da indústria (Tabela 2.8). O diretor executivo da Associação dos exportadores de flores de Uganda observou que o setor bancário de Uganda tem índices líquidos altos, mas devido às percepções de alto risco, o setor agrário, que vem a ser a principal fonte das

exportações do país, parece ser pouco atraente para o sistema financeiro do país. A figura 2.8 mostra que a parcela de crédito bancário para a agricultura como uma porcentagem do crédito bancário total caiu de 12.5 por cento em 2005 para 6.9 por cento. Uma parcela média do crédito bancário para a agricultura, entre 2003 e 2008, permanece baixa, em 9.6 por cento.

Os empréstimos do setor privado em Uganda são significativamente mais baixos em Uganda do que em países comparativos como o Quênia e a Tanzânia. (Estratégia de exportação nacional 2008-2013). Os índices de interesse em Uganda são também geralmente mais altos comparados aos de seus vizinhos e competidores comerciais. O índice de empréstimos médio em Uganda em 30 de maio era de 22 por cento (Revisão econômica mensal BOU Março de 2009) comparados a 15 por cento (Revisão econômica mensal CBK Junho 2009) e 15.25 por cento (Revisão econômica mensal BOT Junho 2009) no Quênia e na Tanzânia, respectivamente.

Figura 2.8: Parcela do crédito bancário total por setor 2003-2008



Fonte: Relatório de supervisão anual do Banco de Uganda 2009

Tabela 2.8: Os níveis de interesse são uma restrição para a indústria de flores?

| <i>Resposta</i> | Frequência | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 10 | 100 |
| Não | 0 | 0 |
| Total | 10 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa, entrevistas com executivos das companhias de flores 2009

2.2.6 Crise econômica global

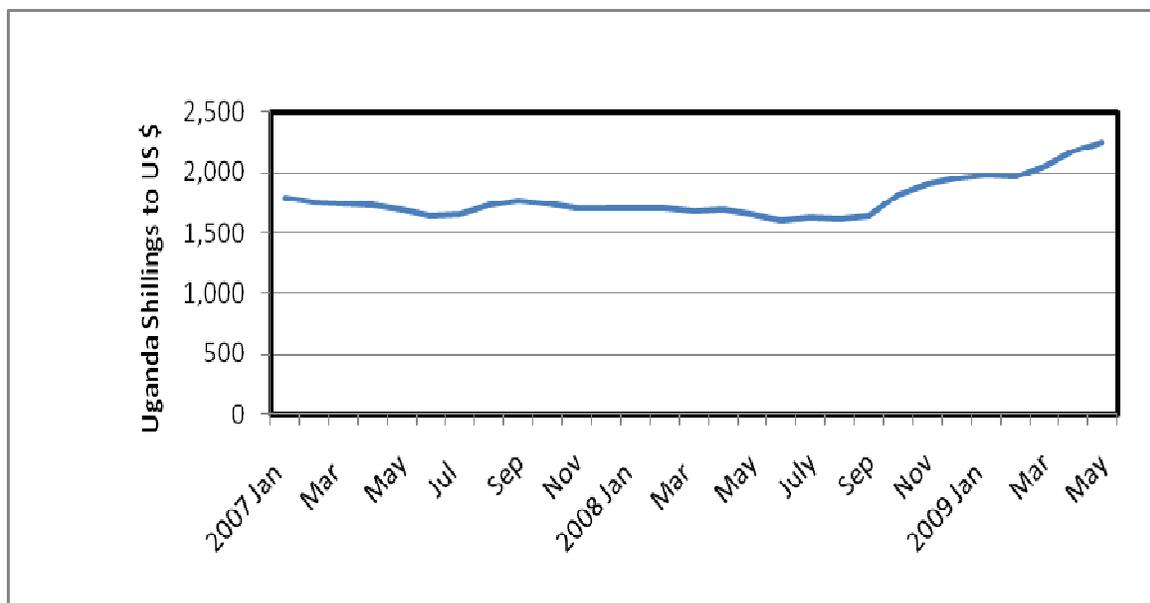
Apesar dos altos níveis de interesse, os empréstimos estendidos são de curto prazo e com quase nenhum período de extensão. A desaceleração econômica global compôs, mais tarde, os desafios do acesso ao crédito bancário. Houve um declínio no envio de dinheiro externo e um encolhimento da demanda nos mercados internacionais. Em segundo lugar, há muita incerteza sobre o futuro da economia global e, em particular, um alongamento do Xelim de Uganda. Como resultado, indivíduos e instituições estão liquidando as seguridades do governo de Uganda e, assim, comprando dólares americanos por perceberem uma estocagem de valor mais segura ou por exteriorizarem seus investimentos. Esses fatores foram combinados e causaram um aumento agudo no valor do câmbio. O valor do câmbio disparou em relação ao Xelim de Uganda, 1500 para cada Dólar em meados de 2008 para 2400 Xelins para cada Dólar americano em maio de 2008 (Figura 2.9). A preocupação expressa de alguns executivos das companhias de flores era que, com o aumento do valor do Dólar, serão exigidos mais Xelins de Uganda para pagar os empréstimos feitos em Dólares americanos, e ainda, devido à desaceleração da economia, cancelamentos de pedidos de flores foram feitos. Uma moeda local desvalorizada é sempre vantajosa para exportações, no entanto, em vista de uma demanda efetiva reduzida no momento, os benefícios para o setor de exportações associados à desvalorização não são propícios a serem percebidos.

Além do que foi citado acima, de acordo com o Diretor Executivo da UFEA, os peços das flores caíram de 4-6 centavos de Euro para 2-3 centavos, devido à demanda suprimida na Europa. Devido a essa demanda efetiva suprimida na Europa, os bancos

estão muito céticos sobre a capacidade de as fazendas de flores repagarem os empréstimos e, portanto, não estão dispostos a emprestar para elas. O diretor executivo da Associação de Exportadores de Flores de Uganda foi citado, como segue abaixo:

“Do jeito que as coisas vão, os bancos têm medo de emprestar para a gente, porque eles não têm certeza de quando poderão recuperar os empréstimos. Isso porque nós estamos tentando, junto ao governo, fornecer uma garantia para os empréstimos que nos permitirá cooperar, enquanto aguardamos que a situação se estabilize”(O Monitor Diário, 14 de abril de 2009).

Figura 2.9: Tendência dos valores de câmbio em Uganda 2007-2006



Fonte: Banco de Uganda 2009

2.2.7 Padrões de Custos sanitário e Fitossanitário (SPS)

Um país deve, em uma base de princípios e evidências científicos, tomar medidas sanitárias e fitossanitárias para proteger a vida e a saúde humana, animal e das plantas em seu território (Artigo 20 GATT 1994 & Artigo 2.1 Acordo de medidas

sanitárias e fitossanitárias). A aplicação de medidas também deve ser não-discriminatória para que não se torne uma barreira ao comércio. Enquanto os países desenvolvidos têm preocupações sanitárias legítimas, as medidas tomadas têm sempre efeitos indesejados nas economias dos países em desenvolvimento, como Uganda. Notavelmente, os padrões são caros e difíceis de cumprir, e, portanto, impedem o comércio (Kolstad e Wiig 2005).

A Associação dos Exportadores de Flores de Uganda (UFEA) notou que ao contrário das diretrizes da OMC, algumas medidas SPS adotadas pela UE não foram baseadas em evidências científicas. As regras das SPSs da União Europeia exigem a intercepção de qualquer flor deportada com *Helicoverpa Amigera*⁶. A UFEA, no entanto, notou que a *Helicoverpa Amigera* está estabelecida, amplamente espalhada e é comum na Europa, com ou sem as importações do mundo em desenvolvimento. Portanto, a intercepção de flores de Uganda com a *Helicoverpa Amigera* conta com a disseminação de uma peste que já está presente na UE e se tornou uma medida discriminatória, constituiu uma distinta restrição do comércio internacional e foi contrária às provisões do acordo da OMC sobre medidas sanitárias e fitossanitárias, que exigem que as medidas sejam aplicadas sob evidências científicas.

A posição da Associação de Flores de Uganda encontra apoio científico em um relatório de Agosto de 2007 do Serviço de Proteção às Plantas da Holanda e do Laboratório de Ciência Central do Reino Unido, preparado por Lammers, J.W e Macleod, que confirmaram a existência da *Helicoverpa Armigera* em países membros da EU, como a Grécia, Portugal, Áustria, República Tcheca, França, Alemanha, Hungria, Itália e Lituânia. Considerando a habilidade de a peste ser transmitida para a EU através de exportações de flores, o relatório notou que a peste migra sozinha ao longo de distâncias longas pelo sul da Europa, especialmente durante o verão. Além disso, o relatório notou que, mesmo se a *Helicoverpa Armigera* larvae encontrasse seu caminho para a Europa através de flores, completar seu ciclo com sucesso, gerando insetos maduros, seria praticamente impossível cientificamente. Ele conclui que não haveria

⁶ *Helicoverpa Armigera* é uma borboleta como um inseto cujas larvas se alimentam em plantações, inclusive de flores.

justificativa científica, portanto, para restringir a entrada de qualquer bem de Uganda por medo de uma peste que já é quase epidêmica na Europa.

A multiplicação da inspeção de algumas flores de Uganda também compõe o problema mais tarde. A Associação dos Exportadores de Flores de Uganda disse que a consignação de flores que são levadas para a Holanda via o aeroporto de Ostende, na Bélgica, são sujeitadas às inspeções sob os Padrões Sanitários e Fitossanitários (SPS), tanto na Bélgica quanto na Holanda. Na visão da UFEA, a inspeção na Holanda não seria necessária, uma vez que a Bélgica é parte do território da União Europeia, acrescentando que múltiplas inspeções aumentam o tempo de entrega; ainda, tempo é dinheiro no negócio de flores.

Sob a lei de controle de produtos químicos agrícolas, nenhuma pessoa é autorizada a usar ou importar produtos químicos agrícolas em Uganda, a menos que tais produtos tenham sido certificados e registrados pelo controle de produtos químicos agrícolas como seguros, adequados e próprios para uso no país (Seções 2,3 e 5). No entanto, a Associação dos Exportadores de Flores de Uganda notou que leva algum tempo, até três anos, para obter a permissão e o registro de um químico em particular. Devido ao processo lento de investigação e registro de produtos químicos, as fazendas de flores são geralmente impedidas de tirar vantagem dos benefícios dos novos agro-químicos em um tempo aproveitável. Isso elimina as iniciativas de desenvolvimento da plantação, reduz a produtividade e torna Uganda menos competitiva. O estudo também descobriu que a ineficiência do Departamento de Proteção à Colheita do Ministério da Agricultura pode ser atribuída a fundos precários e baixo número de pessoal.

2.2.8 Competição Regional: Incentivos Empresariais Superiores no Quênia e na Etiópia

O diretor executivo da Associação dos Exportadores de Flores de Uganda disse que o Mercado de flores europeu está se tornando altamente competitivo. Como resultado, muitos governos que desejam manter ou aperfeiçoar sua participação no Mercado de flores mundial estão usando várias ferramentas políticas para criar um

ambiente de negócios que torna as exportações de suas flores mais competitivas. Os governos do Quênia e da Etiópia fizeram investimentos consideráveis no desenvolvimento e na produção mais amplas das flores T-híbridas. A Etiópia, por exemplo, oferece terras com serviços e estufas já construídas sob taxas nominais. No Quênia, o governo também avançou o suporte técnico para o setor de flores. Com um ambiente de negócios melhor, os exportadores de flores do Quênia e da Etiópia estão propícios a produzir sob custos menores e, portanto, permanecerem mais competitivos do que seus concorrentes de Uganda.

2.2.9 Assistência ao Desenvolvimento do Comércio da União Europeia Inadequada

Era claro que para se beneficiar com o EPA, Uganda terá que investir tanto na infra-estrutura e no desenvolvimento institucional quanto na promoção da capacidade de produção privada. No entanto, Uganda, como todos os países em desenvolvimento, tem recursos restritos e terá que procurar pelos chamados parceiros desenvolvidos para alguma forma de auxílio relacionado ao comércio. Estando já sob o artigo 36 do EPA, a UE e Uganda concordaram em definir e endereçar as necessidades de desenvolvimento associadas ao EPA para promover um crescimento estável, uma transformação estrutural de desenvolvimento, atrair a competitividade, aumentar a capacidade de fornecimento e o aumento de valores em Uganda. A comissão europeia mais tarde concordou que isso contribuirá com os recursos exigidos para o desenvolvimento através do Décimo Programa Indicativo Regional de Fundos de Desenvolvimento Europeu, Auxílio para o Comércio e estimativas da UE.

Ao cumprir com as provisões do artigo 36 do EPA, Uganda e a UE assinaram um acordo sob o Décimo Programa Indicativo Regional de Fundos de Desenvolvimento Europeu pelo período de 2008-2013. A UE destinou 439.000.000 Euros para apoio à macroeconomia e apoio de projetos. Além disso, 21.900.000 Euros foram alocados para necessidades não previstas como a assistência emergencial. Para o auxílio ser efetivo, ele deve ser adequado, de longo prazo, previsível e suas prioridades-alvo devem ser determinadas pelo recipiente e não pelo doador (Stiglitz e Charlton 2006). No entanto, uma revisão do acordo colide com alguns desses critérios. Por exemplo, mesmo depois

de Uganda definir suas prioridades, decisões atuais sobre quantos e quais projetos deveriam receber fundos é uma reserva da UE.

Em Segundo lugar, o acordo claramente afirma que os fundos não são um direito e poderiam ser revistos pela comunidade a qualquer momento. Volatilidade e imprevisão dos gastos do auxílio afetam a implementação de projetos e podem resultar perdas substanciais de bens nos países que receberão o auxílio, como Uganda, que têm um acesso limitado aos mercados capitais internacionais (Bulir e Hamann 2003). As principais áreas de concentração dos fundos serão a integração regional, o meio ambiente, as comunicações e o transporte (EU/GOU 2008). Essas são áreas cruciais para o desenvolvimento comercial. No entanto, o acordo foca muito o setor público com os gastos do setor privado, ainda, parte do desafio na participação efetiva de Uganda no comércio é relacionada à fraca capacidade de produção do setor privado. Apesar do apoio à reforma das políticas comerciais, não há provisão para programas elevarem a capacidade produtiva do setor privado. Em outras palavras, a UE não combinou seu compromisso escrito para promover um desenvolvimento comercial com fundos suficientes (ibid). Provisões para pesquisa e desenvolvimento, bem como um financiamento paciente e de longo termo, teria levado o auxílio a uma facilidade de comércio sob o décimo EDF e o tornado mais frutífero para os setores produtivos. Na falta de previsão da distribuição de fundos, não há garantia de que as prioridades identificadas para os fundos terão fundos suficientes. O estudo não foi capaz de fazer uma análise da adequação dos fundos. Nessa forma atual, os recursos do décimo EDF pouco farão para tornar a participação de Uganda no comércio internacional mais atraente.

As descobertas do estudo seriamente pedem para que seja questionada a teoria convencional de comércio, que é a base dos acordos de parcerias econômicas. A teoria convencional de comércio assume que o livre comércio leva a uma alocação aperfeiçoada de recursos e é, portanto, benéfica para todos os parceiros comerciais. O estudo, no entanto, mostrou que há assimetria na capacidade de diferentes países de se comprometerem com o comércio e, portanto, se tornam incapazes de se beneficiar

igualmente. As descobertas do estudo confirmam que os desafios de aperfeiçoar os ganhos de Uganda com o comércio internacional são mais estruturais e associados à sua capacidade produtiva do que de sua política comercial. Até esses problemas estruturais e institucionais serem endereçados, nenhuma quantia de liberalização do comércio ajudará Uganda a se desenvolver. Ao contrário, quanto mais Uganda abrir seu Mercado, melhor para os produtores da UE, porque a última tem uma capacidade excedente para assumir novas oportunidades de mercado que surgem em Uganda. Ao contrário, os produtores de Uganda têm que produzir sob um ambiente de muitas restrições estruturais. Dessa forma, não há como os acessos do livre comércio para a UE promoverem o emprego quando os produtores estão sobrecarregados por problemas estruturais.

CAPÍTULO 3

AS INSTITUIÇÕES DO MERCADO DE TRABALHO E O TRABALHO DECENTE NA INDÚSTRIA DE FLORES

Como discutido no capítulo primeiro, o comércio tem o potencial de incentivar o crescimento, mas não distribui seus benefícios entre todos os fatores igualmente, e, como resultado, os benefícios do comércio frequentemente pulam os pobres (Khan 2007). A apropriação dos benefícios do comércio aos trabalhadores, portanto, exige intervenções do governo, dos sindicatos e dos empregadores. O segundo objetivo do estudo foi descobrir a extensão a qual as instituições do Mercado de trabalho existentes facilitam a realização de um trabalho decente. Esse capítulo, portanto, descreve a natureza das instituições do Mercado de trabalho em Uganda, bem como elas interagem e influenciam a agenda do trabalho decente. Ainda que as leis escritas apoiem a promoção do trabalho decente, o governo não o fortalece efetivamente. As condições de trabalho nas fazendas de flores foram descobertas como algo bem longe do que é considerado trabalho decente.

As instituições do Mercado de trabalho são consideradas aqui como uma mistura complexa de restrições formais e informais que modelam o funcionamento do Mercado de trabalho (Azam 2005). Essas incluem: leis nacionais e internacionais, códigos sociais voluntários, sindicatos, organizações empregadoras e o governo. As leis mais tarde regulam aspectos-chave das relações de emprego como as horas extras, salários e o direito dos empregadores de contratar e demitir. O governo não só formula políticas e leis para o Mercado de trabalho, mas também é responsável pelo fortalecimento das

leis e o estabelecimento de disputas que surgem das relações empregado-empregador. Os sindicatos e as associações empregatícias, por outro lado, influenciam o Mercado de trabalho através da negociação coletiva (ibid).

Como um membro da OIT, Uganda está de acordo com os princípios básicos internacionais e os direitos dos trabalhadores enunciados na Declaração dos Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho da OIT (1998). Esses princípios são liberdade de associação; o direito à negociação coletiva; a não discriminação; liberdade com relação ao trabalho forçado e a eliminação de todas as formas de trabalho infantil. Mais tarde, a constituição de Uganda garante o direito ao trabalho, o direito de formar e se unir a um sindicato e dos trabalhadores serem representados, o direito à negociação coletiva, o direito a um ambiente limpo e saudável e a liberdade contra a discriminação baseada no sexo, na raça e à origem nacional. Além disso, há diversas leis nacionais que foram promulgadas para darem efeito às provisões da constituição referidas acima.

A lei do trabalho rege relações individuais entre funcionários e empregadores. Ela regula as horas de trabalho e as circunstâncias para a terminação do emprego. Ela mais tarde prevê o direito a um contrato de trabalho, oportunidades de emprego iguais, à licença maternidade e paternidade e proíbe o trabalho infantil. O ato de segurança ocupacional e de saúde promove a saúde dos trabalhadores no trabalho e exige que os empregadores apoiem os trabalhadores expostos a riscos com o desgaste de proteção. A lei do salário mínimo prevê a regulamentação de salários através do anúncio periódico de um salário mínimo pelo Presidente da República, após consultas com os sindicatos e organizações patronais.

Ao longo dos anos, um novo ramo da regulamentação do trabalho não-estatal surgiu. Os consumidores, sindicatos e ONGs têm colocado uma pressão crescente sobre as empresas para explicar o impacto ético de suas operações. Como resultado, códigos voluntários, rótulos e normas regulamentares que abrangem os processos de produção dos produtores do sul de exportação para os mercados do Norte se multiplicaram. Essas iniciativas se tornaram altamente difundidas no trabalho e nas indústrias de recurso intensivo, tais como horticultura de exportação. (Roberts e Robinson 2000)

No setor de floricultura, essas normas foram inicialmente impostas para proteger a saúde e a segurança dos consumidores nos países importadores, e incluem vários acordos comerciais e normas aprovadas a nível internacional, regional e sub-regional. Em meados de 1990, a ênfase na regulamentação governamental já havia sido agravada por uma série de abordagens voluntárias, que se estenderam além do impacto sobre os consumidores do Norte em relação à saúde, o trabalho e os direitos humanos das pessoas envolvidas nas cadeias de fornecimento dos países em desenvolvimento (Opondo et al 2005). Organizações como a NBB-Dutch Flower Coordination⁷ começaram uma campanha internacional de flores, com o objetivo de melhorar as condições de trabalho na indústria de flores.

O resultado de seus esforços foi o Código de Conduta Internacional (TPI) na produção de flores de corte. O TPI foi adotado pela GLOBALGAP⁸- uma companhia do setor privado que estabelece padrões voluntários para a certificação de produtos agrícolas e a MPS⁹- uma organização internacional que oferece serviços de produtos considerados “aptos para” a certificação do mercado nos setores de horticultura e floricultura.

A exposição a extensas pressões e ao medo da perda comercial, associada à incapacidade de remediar a situação, levou os comerciantes e produtores de flores a desenvolverem os seus próprios códigos de conduta com normas ambientais claras (Videa 2001); nomeados na Holanda, mas presentes também em vários países em desenvolvimento como a Zâmbia, o Zimbábue, Uganda e Colômbia. Os produtores de flores em Uganda adotaram desde então o MPS - socialmente qualificado, é um programa que exige que os produtores de flores demonstrem que seus produtos são cultivados em boas condições de trabalho (UFEA 2008).

Com relação aos sindicatos, há mais de 40 sindicatos registrados sob uma base industrial e cada um é afiliado a uma de duas confederações sindicais reconhecidas¹⁰.

⁷ Cooperação entre duas ONGs Holandesas- ambas END e Organisatie Latin Amerika e um sindicato Holandês FNV Bondgenoten.

⁸ Práticas Agrícolas de bens globais.

⁹ Milieu Programma Sierteelt

¹⁰ A União Nacional dos sindicatos (NOTU) e a organização central dos sindicatos (COFTU)

Dois sindicatos, especificamente, organizam os trabalhadores na indústria de flores. O Departamento do Trabalho, sob o Ministério do trabalho por sexo, do Desenvolvimento Social e os gabinetes distritais do Trabalho são obrigados a garantir a observância da legislação e das políticas de trabalho para resolver disputas que surgem entre trabalhadores e empregadores, bem como promover e orientar a formação profissional e aumentar as competências de emprego (Ministério do Serviço Público de 1999).

Do acima exposto pode-se notar que os esforços têm sido feitos pelo Estado para pôr em prática um quadro jurídico para a regulação do mercado de trabalho e, finalmente, a promoção da agenda do trabalho decente. No entanto, a promulgação de leis por si só não garante a melhoria das condições e normas de trabalho. Ao escrever sobre a eficácia da lei para promover boas condições de trabalho, Commons e Andrews (1936) escreveu assim: "É fácil para os políticos, ou reformadores, ou representantes sindicais vangloriarem-se das leis que têm garantido para o trabalho, e é apenas tão fácil de esquecer os detalhes, ou apropriações, ou os funcionários competentes que são necessários para torná-las executáveis ". Assim, a legislação para a promoção e para a proteção dos direitos dos trabalhadores só pode atingir a sua finalidade quando o Estado se apropriar de recursos suficientes e recrutar recursos humanos suficientes para a execução.

Baseados nos resultados da pesquisa, os parágrafos seguintes apresentam e discutem até que ponto as leis, os sindicatos, os trabalhadores, os empregadores e o governo têm influenciado a realização do trabalho decente no setor de flores de Uganda. A avaliação é baseada em uma série de direitos previstos pela Lei de União do Trabalho, Lei do emprego, Lei da segurança e da saúde ocupacional, Lei Nacional da Segurança Social e da Constituição.

3.1 Contratos de emprego

O emprego é muito importante em qualquer sociedade, não só por causa dos recursos que ele cria para a comunidade, mas também por causa da renda e do senso de auto-estima dos trabalhadores que ganham com ele (OIT C 168). A segurança do emprego e a proteção contra a dispensa arbitrária, portanto, são questões de grande

importância. Em vista do fato de que os empregados são geralmente uma parte mais fraca em uma relação de emprego, a segurança dos termos e condições de serviço é mais garantida quando a oferta e aceitação de emprego estão por escrito. A Lei de emprego de Uganda reconhece a importância da emissão de contratos de trabalho por escrito (artigos 25 e 26). Contudo, o estudo revelou que contratações de pessoas sem cartas de nomeação eram uma ocorrência comum na indústria de flores. Mais de 80 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que os empregados de meio período não receberam contratos de trabalho (Tabela 3.1). Ao contrário disso, 80 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que os empregados permanentes receberam contratos (Quadro 3.2)

Tabela 3.1: O seu empregador emite cartas de emprego para trabalhadores de meio período?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 13 | 17.8 |
| Não | 60 | 82.2 |
| Total | 73 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa, entrevistas com funcionários

Os oficiais do trabalho distritais entrevistados confirmaram isso e ainda disseram que a falta de cartas de emprego entre os empregados de meio período aumentou a sua vulnerabilidade, a insegurança no trabalho e tornou difícil para os trabalhadores de meio período fazerem reclamações contra os seus empregadores, nos casos da percepção de dispensa sem justa causa ou o não pagamento de salários. A convenção 175 da OIT sobre trabalhadores de meio período obriga os empregadores a estenderem para os trabalhadores de meio período a mesma proteção que é concedida aos trabalhadores comparáveis de tempo integral. Além disso, tanto a Constituição de Uganda (artigo 21) e a Convenção 111 da OIT sobre Discriminação no Emprego e na Ocupação (artigo 1^o) de igualdade de tratamento. A emissão de cartas de emprego para os trabalhadores permanentes por si só não constitui apenas uma partida de

melhores práticas internacionais, mas também é um ato de discriminação a título definitivo, que não deve ser permitido em uma sociedade supostamente livre e democrática.

Tabela 3.2: O seu empregador emite cartas de emprego para os funcionários permanentes?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 61 | 83.5 |
| Não | 12 | 16.5 |
| Total | 73 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa, entrevistas com funcionários

3.2 Carga Horária

A Seção 53 da Lei do Trabalho prevê que o horário máximo que os trabalhadores podem trabalhar é de 48 horas por semana. No entanto, um empregador e um empregado podem concordar com a prorrogação do horário normal de trabalho para além de quarenta e oito horas. A Lei prevê ainda que qualquer acordo para estender o horário de trabalho não deve exceder dez (10) horas por dia ou cinquenta e seis horas (56) por semana. Todas as horas trabalhadas além de oito (8) horas diárias ou quarenta e oito (48) horas por semana serão remunerados a uma taxa mínima de uma vez e meia do dia normal de trabalho e na proporção de duas vezes a taxa horária se trabalhou em horas extras em feriados. Cerca de 75 por cento dos trabalhadores entrevistados indicaram que o dia normal de trabalho era de oito horas. Apenas cerca de 23 por cento disseram que sua jornada normal de trabalho situou-se entre 9-10 horas (Tabela 3.3).

Tabela 3.3: Quantas horas você trabalha por dia?

| Número de horas trabalhadas | Frequencia | Porcentagem |
|------------------------------------|-------------------|--------------------|
| 0-8 horas | 53 | 74.6 |
| 9-12 horas | 17 | 23.9 |
| 12 horas e além | 1 | 1.5 |
| Total | 71 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa, entrevistas com funcionários 2009

A Tabela 3.4 mostra que cerca de 76 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que receberam pagamento de horas extraordinárias, sempre que eles trabalharam durante mais de oito horas em um dia. A Diretoria Distrital do Trabalho também disse que, embora muitos desafios permaneçam sobre as condições de trabalho, houve uma melhoria considerável em relação aos horários de trabalho nas fazendas de flores. Este é um desenvolvimento positivo, dado que um estudo anterior sobre condições de trabalho na indústria de flores relatou más condições de trabalho que incluíam excessivas e longas horas de trabalho sem pagamento de horas extras ou repouso (Asea and Kaija 2000).

Tabela 3.4: Você recebe pagamento por horas extras para cada hora trabalhada além das 8 horas?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 55 | 76.4 |
| Não | 17 | 23.6 |
| Total | 72 | 100.0 |

Fonte: Dados de pesquisa, entrevistas com funcionários 2009

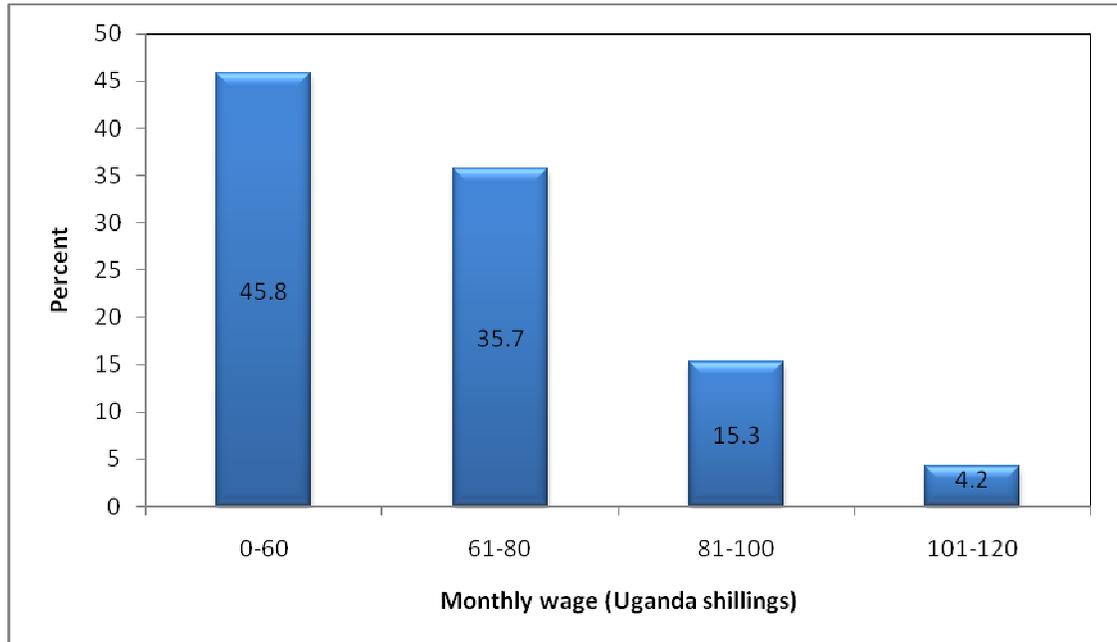
3.3 Salários

A venda da força de trabalho é o único meio de assegurar os meios necessários à vida em uma sociedade capitalista. O prazo de pagamento dos salários é suficiente,

portanto, uma questão crucial para muitas famílias trabalhadoras. A Lei de Emprego e do Salário Mínimo lei são as duas leis de Uganda que abordam a questão dos salários. A lei do Salário Mínimo prevê a fixação de um salário mínimo, enquanto a Lei do Emprego aborda o pagamento imediato dos salários e protege os salários dos empregados de descontos não autorizados pelos empregadores. A maioria dos trabalhadores entrevistados disse que ganhou cerca de 60.000 xelins de Uganda (Figura 3,1). Um estudo anterior por Asea e Kaija (2000) mostrou que os empregados de baixa estrutura ganharam entre 45.000 e 60.000 Xelins de Uganda por mês.

A inferência que pode ser feita a partir do estado atual dos salários é que, enquanto o crescimento no valor das exportações de flores aumentou em cerca de 120% desde 1999, os salários quase estagnaram nos últimos dez anos. Pode ainda ser argumentado que os salários, em termos reais, têm diminuído ao longo dos anos, devido à inflação. Karl Marx (1847) estava certo quando disse: "A economia política se refere ao proletário ... como um cavalo, ele deve receber o suficiente para lhe permitir trabalhar. Ela não considera que ele, durante o tempo em que não está trabalhando, seja um ser humano. Ela o deixa para o código penal, médicos, religião, tabelas estatísticas e política "

Figura 3.1: Qual é sua renda mensal?



Fonte: Entrevistas com funcionários 2009

Medidos contra os critérios, o estudo descobriu que os trabalhadores da indústria de flores são pobres. Mesmo na hipótese de que os trabalhadores não tenham cargo, nenhum dos funcionários de estrutura baixa viveu com mais de E.U. \$ 1 dólar por dia. No entanto, a pobreza é um problema estrutural e social, é muito mais que uma linha imaginária da pobreza; como uma renda de um dólar por dia. Significa, também, falta de renda, recursos, capacidades, escolhas, segurança e poder necessários para desfrutar de um padrão adequado de vida e outros direitos culturais, econômicos, políticos e sociais (Sen, 1982). As discussões dos grupos focais com trabalhadores mostraram que os trabalhadores estavam cronicamente privados das necessidades básicas, recursos e capacidades para levar uma vida de dignidade como seres humanos. O salário recebido pelos trabalhadores mal podia permitir-lhes obter as necessidades básicas da vida, como alimentação, cuidados médicos para as suas famílias e materiais escolares (ver quadro 1). O estudo constatou que os baixos salários dos trabalhadores permitiam-lhes

a aquisição de moradias muito baratas, a maioria dos trabalhadores vive em quartos individuais sob um monte de congestionamento por causa dos altos níveis de dependência. Suas moradias oferecem um acesso muito pobre aos banheiros e cozinhas, com muitos moradores compartilhando da má qualidade das amenidades sanitárias. Drenagem e eliminação do lixo são um problema grave e um risco para a saúde em seus assentamentos.

QUADRO 1

“A alimentação das crianças é um problema, comprar livros e canetas é um problema Eu sou uma mãe solteira e é como estou carregando o mundo inteiro na minha cabeça. O trabalho também não está me pagando bem, mas eu tenho que continuar trabalhando porque eu não sou educado, por isso não posso arranjar outro emprego ”

Observações de uma funcionária em um grupo de discussão de foco

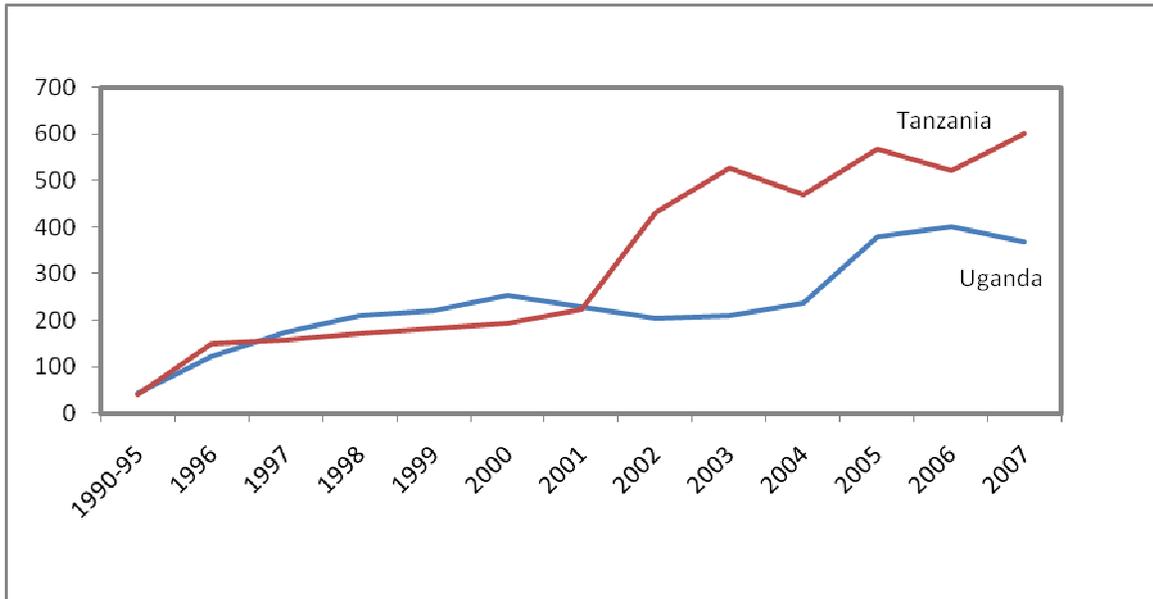
Fonte: Entrevistas com funcionários

Não há nenhum sinal, porém, de que o governo tenha qualquer interesse na remuneração dos empregados. Como dito acima, o Presidente da República deveria fazer anúncios periódicos de um salário mínimo como uma medida para proteger os trabalhadores da exploração e também manter os seus rendimentos no ritmo das mudanças da economia. Um salário mínimo de 6000 foi anunciado por último em 1984 (Mwamadzingo e Wandera 2003). No entanto, é importante notar que, em 1987, uma reforma monetária foi realizada e incluiu a troca da moeda antiga por uma nova em uma proporção de 100 xelins velhos para 1 xelim novo. Isto significa que o salário mínimo é de 60 xelins de Uganda. As vantagens do salário mínimo não incluem apenas a proteção dos trabalhadores contra a exploração, mas também a distribuição de renda. No entanto, o governo tem sido muito oposto à fixação de um salário mínimo, porque essas medidas poderiam supostamente afetar o desenvolvimento econômico ou simplesmente não sustentável em um país em desenvolvimento como Uganda. A

atitude do governo é bem capturada em declarações de alguns ministros do governo relatadas em diários locais. Falando sobre o salário mínimo, na véspera do Dia do Trabalho de 2009, o Ministro de Estado do Trabalho, Dr. Emmanuel Otaala disse assim: "O governo liberalizou a economia e não podemos ditar o que os empregadores devem pagar os trabalhadores. Tudo agora é através de negociações e é isso que estamos enfatizando. O salário mínimo é algo que podemos ter além do tempo. Devemos esperar pelo menos 40 anos." (Daily Monitor, 30 de abril de 2009) com relação a isso, um ex-Ministro de Estado da Juventude, James Kinobe, também foi citado como segue: "Não temos planos imediatos para o salário mínimo e pensamos que o nosso povo ainda não está pronto para isso. Como um governo, achamos que é bom e desejável, mas não podemos implementá-lo quando ainda não estamos industrializados. Precisamos de fábricas e investidores, antes de podermos falar sobre ter um salário mínimo". (The Daily Monitor 1º de maio de 2007). Todavia, não há evidência empírica que mostre que o investimento estrangeiro direto acompanhe os baixos salários. Contrariamente às opiniões do governo do Uganda, a Tanzânia, que tem um salário mínimo e um mercado de trabalho mais rígidos, tem testemunhado um crescimento mais rápido em investimento estrangeiro direto (IED) de Uganda. O IED na Tanzânia passou de E.U. 149 dólares em 1996 para E.U. \$ 600 em 2007, enquanto Uganda, com um mercado de trabalho mais flexível testemunhou o crescimento do IED E.U. 121 em 1996 para E.U. 368 em 2007 (Figura 3.2). Uma análise dos dez principais anfitriões de IDE na África mostrou que todos eles foram dotados de recursos naturais (Figura 3.3) e não de trabalho barato.¹¹ Não há evidência de que o IED acompanha a mão-de-obra barata, como ministros do governo de Uganda gostaria que o mundo acreditasse. O fracasso do governo de fixar um salário mínimo, portanto, deixa os trabalhadores à mercê dos empregadores e, em muitos casos sujeitos a exploração.

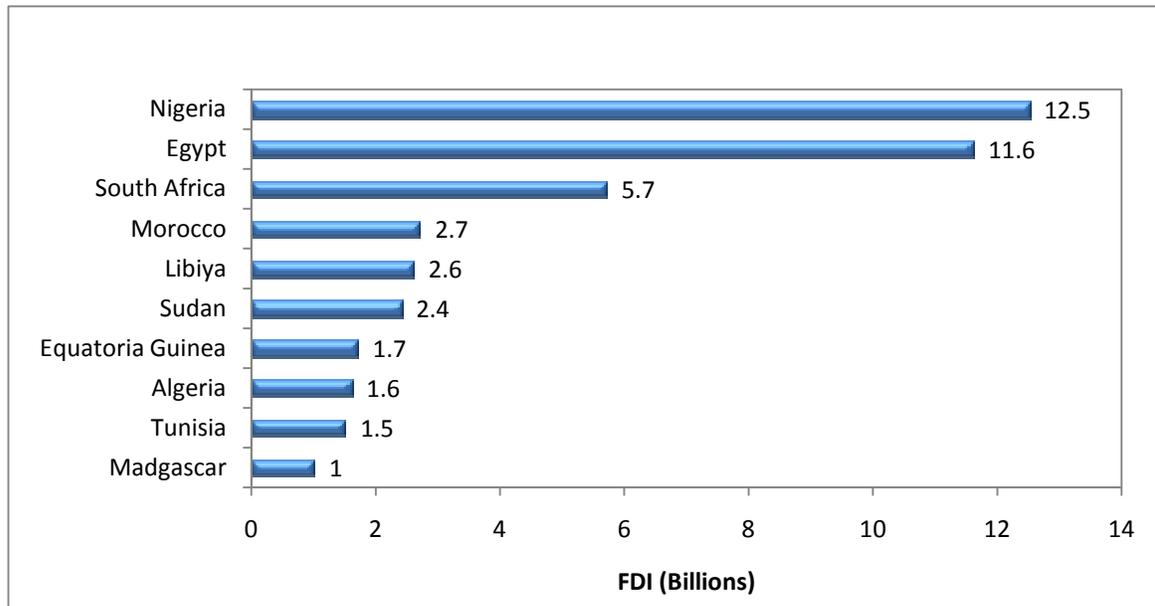
¹¹ Oito dos dez mais anfitriões do IED são produtores de óleo, enquanto a África do Sul é rica em minerais preciosos como ouro e diamante. Madagascar é rica em níquel.

Figura 3.2: Ingressos de IED: Uganda e Tanzânia 1990-2007 (milhões de dólares)



Fonte: Estatísticas da UNCTAD 2008

Figura 3.3: 10 mais anfitriões de IED na África, 2007 (Bilhões de Dólares)



Fonte: Relatório de investimento mundial 2008

3.4 Licença Maternidade

De acordo com a Convenção 183 da OIT sobre as mulheres, de Proteção à Maternidade, fazer uma contribuição especial para a sociedade através da maternidade. Proteção da gravidez e das mães depois do nascimento da criança, sem qualquer discriminação, deve ser uma responsabilidade compartilhada entre o governo e a sociedade. Infelizmente, 515.000 mulheres morrem de complicações da gravidez e do parto no mundo a cada ano. Outros 7 milhões de mulheres que sobrevivem ao parto sofrem problemas de saúde sérios, e mais 50 milhões de mulheres sofrem consequências adversas da saúde após o parto (OMS, 2008.) A probabilidade de morte materna enfrentados por uma mulher média, durante sua vida reprodutiva varia de 1 / 7 mulheres na Etiópia, de 1 / 14 em Uganda, de 1 / 130 no Brasil, de 1 / 90, nas Filipinas, de 1 / 8, 700 mulheres, no Canadá (ibidem).

A Mortalidade materna é o resultado não apenas das condições de saúde complicadas, mas com freqüência de recusas aos seus direitos humanos. Como consequência, estados assumiram compromissos legais e políticos para proteger a saúde das mulheres, crianças e famílias através de tratados internacionais e da legislação nacional. O governo de Uganda é uma parte da Convenção 183 da OIT sobre a proteção da maternidade, e as disposições da presente Convenção foram domesticadas na Constituição e na Lei do Emprego. O artigo 56^º da Lei do Trabalho prevê que cada trabalhadora tem direito a licença de maternidade de 60 dias úteis com pagamento integral. No entanto, 88 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que os trabalhadoras sazonais ou e meio período não têm direito à licença maternidade (Tabela 3.5). Trabalhadoras de meio período que dão à luz têm seus contratos encerrados imediatamente, contrariamente à lei e às convenções da OIT. Trabalhadoras que gostariam de evitar a gravidez, a fim de manter os seus postos de trabalho, têm de enfrentar um outro desafio Africano enraizado em valores tradicionais. Tradições africanas atribuem muita importância ao nascimento da criança, e o fracasso de uma mulher ao dar à luz normalmente é motivo de divórcio ou de ridicularização social (Mbiti 1992).

Tabela 3.5: Todas as funcionárias têm direito à licença maternidade?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|--------------|------------|-------------|
| Sim | 8 | 12 |
| Não | 58 | 88 |
| Total | 66 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa, entrevistas das fazendas de flores 2009

Aqueles trabalhadores que se sentem deprimidos por desejar manter seus casamentos aceitam levar a gravidez ao custo de seus empregos. Os valores tradicionais, religiosos, crenças e a desinformação sobre a contracepção também apareceram para minar a prevenção de gravidezes indesejadas. O pesquisador aprendeu que os empregados de meio período são incapazes de impedir a gravidez, mas querem manter seus empregos e terminar a gravidez através de abortos. Riscos maternos relacionados pareciam ser uma constante a cada passo que estas trabalhadoras davam em direção à sobrevivência econômica, porque os abortos também comprometeram gravemente sua saúde reprodutiva.

3.6 Segurança Social

Antes da colonização de Uganda, o sistema de família reforçado era o de organizações e autoridades de clãs para assegurar a área de desenvolvimento baseado através do exercício da responsabilidade coletiva, em aspectos como a manutenção de estradas, agricultura, segurança alimentar, cuidado dos doentes e dos idosos, bem como auxílio aos membros das famílias em luto (Ouma 1995). No entanto, a colonização e sua versão de modernização destruíram todos os sistemas tradicionais de mútuo apoio social que existiam. Hoje, o antigo papel do clã e do sistema de família estendida é repartido entre o indivíduo, a família imediata e o Estado. Mesmo assim, em Uganda, o papel do Estado na prestação de segurança social na forma de benefícios aos idosos ou aos aposentados é limitado; até agora, beneficia apenas as pessoas com emprego formal.

Atualmente, existem dois regimes de benefícios de aposentadoria gerido pelo Estado. Primeiro, há o regime não contributivo de pensão para funcionários do governo e o fundo de previdência contributivo para os trabalhadores do setor privado, que é gerido pelo Fundo Nacional de Segurança Social (NSSF). Trabalhadores do setor de flores caem sob a última categoria. Sob a Lei do Fundo Nacional de Segurança Social, todo empregador é obrigado a remeter ao Fundo Nacional de Segurança Social o equivalente a 20 por cento do salário mensal do empregado. Deste montante, 15 por cento é a contribuição do empregador e 5 por cento é uma dedução do salário mensal do trabalhador (artigos 10 e 11). Ao atingir os 55 anos, o NSSF faz um pagamento fixo de todas as economias acumuladas do empregado, (art. 19).

A lei exige que os empregadores, para registrar todos os seus empregados, sejam eles sazonais, de meio período ou permanentes. Entretanto, 100 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que nem todos os funcionários são registrados com o esquema do Fundo Nacional de Segurança Social (Tabela 3.6). Empregadores excluem trabalhadores a tempo parcial do regime, a fim de evitar o pagamento da contribuição obrigatória de 15 por cento; no entanto, um dos resultados permanentes da liberalização do mercado de trabalho na década de 1990 foi o crescimento do número de funcionários que são categorizados como de meio período para o ano. O pesquisador encontrou uma senhora que tem ido trabalhar como empregada temporária nos últimos nove anos e não entrou no esquema do regime do Fundo Nacional de Segurança Social Regime por todo este tempo. Quando chegar a hora de se aposentar, ela vai perder renda, sem margem de segurança de qualquer forma. O estudo ainda constatou que, devido a restrições severas na renda dos trabalhadores, estes ficam muito felizes por ficarem de fora do regime do Fundo Nacional de Segurança Social, como há uma dedução mensal de 5 por cento de seus salários.

Muitos também não entenderam do que se trata o Fundo de Segurança Social e o vêem como um imposto que eles estavam muito ansiosos para evitar. A exclusão dos trabalhadores do fundo de previdência, por qualquer razão, não é apenas ilegal, mas

também um ato de discriminação que é proibida pela Constituição de Uganda e por vários instrumentos da OIT. Além disso, excluir os trabalhadores de meio período do regime é negar a estes trabalhadores, o único meio de sustento após a aposentadoria. No entanto, os problemas dos pobres não são só dos pobres. A Pobreza fere os não pobres também, através de custos sociais como o crime, que colocam serviços sociais como a saúde em risco (Sen, 1982).

Tabela 3.6: Todos os trabalhadores estão cobertos pelo esquema do fundo nacional de segurança social?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 0 | 0 |
| Não | 70 | 100 |
| Total | 70 | 100 |

Fonte: Entrevistas com funcionários 2009

3.7 Segurança e Saúde Ocupacional

A maioria dos trabalhadores gasta pelo menos oito horas por dia no local de trabalho, seja em uma fazenda, em um escritório ou na fábrica. Portanto, ambientes de trabalho devem ser seguros e saudáveis. No entanto, este não é o caso de muitos trabalhadores. Todo dia os trabalhadores em todo o mundo se deparam com uma série de perigos para a saúde. Estima-se que acontecem mais de 270 milhões de acidentes de trabalho, dos quais, 2 milhões são fatais. Em termos econômicos, o custo das perdas decorrentes de doenças e de acidentes no local de trabalho é estimado em cerca de 4 por cento do Produto Nacional Bruto mundial (Alli 2008). A prevenção e a proteção dos trabalhadores contra os efeitos adversos de saúde resultantes de suas condições de trabalho são muito importantes. Há uma preocupação ainda maior sobre questões de segurança e de saúde no setor de floricultura, devido à grande extensão da utilização de produtos químicos.

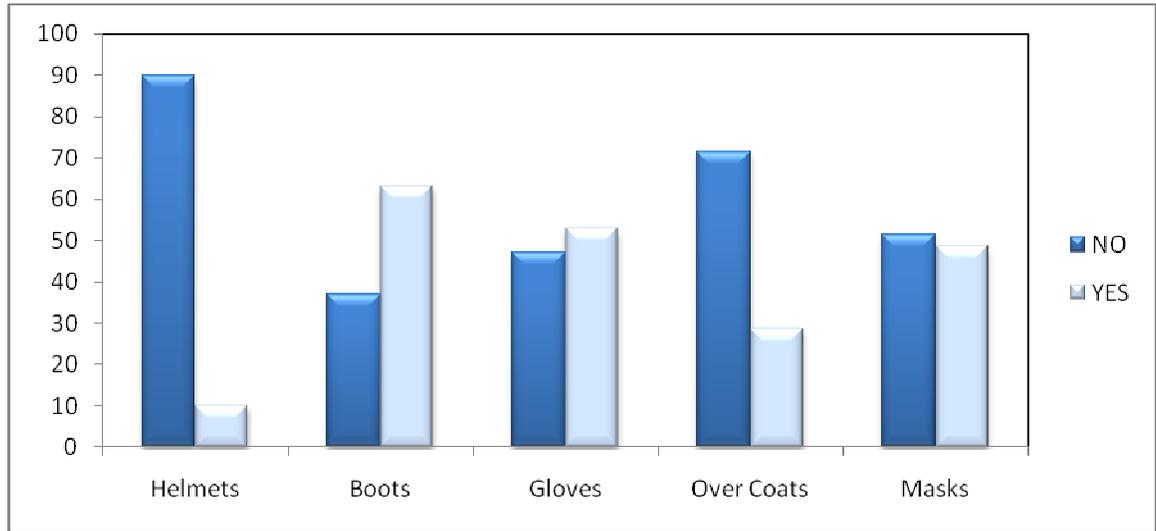
Os trabalhadores das fazendas de flores são expostos a produtos químicos tóxicos ao pulverizar agrotóxicos. Estes produtos químicos afetam sua saúde, quer

através da inalação, absorção pelo organismo através da pele, ingestão, quando os trabalhadores comem, bebem ou fumam sem antes lavarem as mãos corretamente quer através da água potável, que foi contaminada com produtos químicos. As famílias dos trabalhadores e a comunidade também podem ser expostas através da inalação de pesticidas que podem espalhar-se no ar, ao beberem água contaminada ou por entrarem em contato com resíduos químicos nas roupas dos trabalhadores "(Taylor 2006). A gestão da segurança e os desafios da Saúde não são um problema do local de trabalho, mas um assunto de preocupação para toda a comunidade.

A lei de saúde e segurança ocupacional de Uganda de 2006 estabelece uma série de deveres, obrigações e responsabilidades, tanto para os empregadores quanto para os empregados, com o propósito de promover os padrões da boa saúde ocupacional e da segurança. Todos os empregadores são obrigados a tomar medidas práticas para a proteção dos seus trabalhadores e da comunidade dos aspectos perigosos da sua atividade econômica (artigo 13.1.a). Estas medidas incluem o fornecimento de equipamentos de proteção (artigo 19.1.a) e o fornecimento de informações adequadas e o treinamento para o manuseamento de produtos químicos (Seção 13.2.c).

Contudo, o estudo constatou que um certo número de desafios ainda persiste. O fornecimento de equipamento de proteção pessoal foi considerado inadequado (ver Tabela 17). Mesmo quando ele foi fornecido, os trabalhadores notaram que não foram substituídos apropriadamente.

Figura 3.4: Seu empregador a apresentar o seguinte equipamento de proteção?



Fonte: Entrevistas com funcionários 2009

Descobriu-se que, devido à substituição irregular, os trabalhadores da seção de pulverização, em muitas ocasiões utilizavam roupas e máscaras que eram antigas, com buracos e, portanto, permitiam a exposição a substâncias químicas. De fato, o pesquisador, durante um discussão do grupo de foco viu alguns problemas de pele que os trabalhadores associavam à exposição de substâncias químicas. Outras condições de saúde que os trabalhadores associaram à exposição de substâncias químicas contínuas foram a garganta e problemas respiratórios. Da parte dos empregadores, disseram que a exposição a substâncias químicas não foi resultado de equipamento de proteção antigo, mas da relutância de alguns funcionários em utilizá-los. Um empregador, por exemplo, disse que os trabalhadores da seção de pulverização alegam de que as roupas de pulverização são muito pesadas, quentes e incômodas. Como resultado, alguns trabalhadores não as usam quando não estão sob rígida supervisão. Havia todas as razões para acreditar nos trabalhadores, porque todos os oficiais entrevistados disseram que a Saúde Ocupacional e a segurança eram os desafios principais do local de trabalho na indústria de flores. Nesse caso, portanto, o não cumprimento da lei era claro.

A prática da segurança e da saúde ocupacional bem sucedida requer a colaboração e a participação de empregadores e trabalhadores nos programas de saúde e de segurança. Os trabalhadores devem ser treinados, a fim de que tenham sua participação. O treinamento deve ser, nomeadamente, sobre os perigos associados aos produtos químicos que manipulam e sobre as ações que podem tomar em casos de exposição. Isso ajuda a minimizar a exposição dos trabalhadores aos riscos e danos e também reduz os custos para a empresa que resultam da ausência ao trabalho devido a lesão ou à redução da produtividade dos trabalhadores feridos (Atambo 1999). No entanto, apenas 23 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que eles recebem treinamento sobre o manuseio de produtos químicos (Tabela 3.7).

Tabela 3.7 Você recebe treinamento sobre o manuseio apropriado de produtos químicos?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 23 | 32.9 |
| Não | 47 | 67.1 |

Fonte: Entrevistas com funcionários, 2009

3.8 Primeiros socorros

O estudo constatou que nem sempre é um grave acidente que se torna um problema, mas sim a negligência ou o tratamento ineficiente de uma lesão aparentemente trivial, o que pode levar à infecção, a uma doença grave e até à morte. O risco de complicações é diminuído pelo uso apropriado de primeiros socorros (Atambo 1999). Uma instalação de primeiros socorros bem organizada, portanto, primeiro minimiza os efeitos de acidentes e também ajuda os trabalhadores a voltarem a trabalhar quase que imediatamente após o tratamento, com uma perda mínima do

tempo de trabalho. Isso evita a perda de salários para os próprios trabalhadores, bem como as interrupções de produção. A Seção 55 da Lei do Trabalho prevê a prestação de primeiros socorros. No entanto cerca de 40 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que não havia salas de primeiros socorros em seus locais de trabalho (Tabela 3.8). A probabilidade de que muitas pequenas lesões ou exposições são deixadas para se tornarem sérios problemas de saúde parecia muito elevada, dada tal declaração.

Tabela 3.8: A fazenda de flores tem uma instalação de primeiros socorros bem equipada?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 42 | 57.5 |
| Não | 31 | 42.5 |
| Total | 73 | 100 |

Fonte: Entrevistas com funcionários 2009

3.9 Liberdade de Associação e de Negociação coletiva

A liberdade dos trabalhadores, com a finalidade de promover os seus interesses sócio-econômicos, é vista como um direito fundamental e, portanto, garantida sob uma série de convenções internacionais e legislações nacionais. Em Uganda, o direito de formar e aderir a um sindicato da escolha de cada um para os efeitos de negociação coletiva e de quaisquer outros objetivos sócio-econômicos é garantido tanto pela Constituição (29.1.e artigo e 40,3) quanto pela lei dos sindicatos (Seção 3). É uma ofensa sob a Lei dos Sindicatos um empregador interferir no direito à liberdade de associação e discriminar ou despedir um trabalhador por conta da adesão ao Sindicato (artigos 4 e 5). Além disso, para a participação dos sindicatos ser devidamente útil e digna de confiança, ele deve ser capaz de realizar suas atividades em um clima de liberdade e segurança (OIT, 2006a).

Até o momento, existem dois sindicatos que representam e organizam os trabalhadores na indústria de flores. Eles são a União Nacional dos Trabalhadores plantadores e agrícolas de Uganda e a União da horticultura e trabalhadores aliados de Uganda. Este último representa os trabalhadores em dezessete locais de trabalho, enquanto a primeira, em apenas três. Ambos os sindicatos assinaram um acordo de reconhecimento com a Associação de Exportadores de Flores de Uganda, mas ainda estão para concluir qualquer acordo coletivo.

No entanto, cerca de 53 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que era arriscado ser um membro de um sindicato (Tabela 3.9).

Tabela 3.9: É arriscado ser um membro de sindicato no seu local de trabalho?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 38 | 53.5 |
| Não | 33 | 46.5 |
| Total | 71 | 100 |

Dados de pesquisa, Entrevistas com funcionários

2009

As discussões do grupo de foco revelaram que os representantes sindicais sempre foram vítimas de assédio, vitimização e, em algumas ocasiões, de demissões arbitrárias. Parece que as fazendas de flores apenas reconheceram os dois sindicatos a fim de cumprir as condições que o mercado exige de que os exportadores de flores sejam socialmente responsáveis. Embora seja a responsabilidade final do Estado assegurar o respeito pelos princípios da liberdade de associação, o governo não veio em auxílio dos trabalhadores vitimados. O pesquisador mostrou um ex-representante do sindicato do comércio, que teria sido demitido há dois anos. Ele relatou o caso ao gabinete de trabalho, mas nenhuma ação foi tomada até agora. O Tribunal do Trabalho, que deveria ter tratado dessas questões, nunca foi constituído, desde que a contratação do ex-juiz do Tribunal expirou, há três anos (MGLSD Policy Statement, 2009).

O fácil acesso dos dirigentes sindicais a um local de trabalho para fins de contratação, as consultas com os membros e manipulação das reclamações é muito importante para o bom funcionamento de um sindicato. As entrevistas, no entanto, revelaram que vários empregadores tentam tornar o acesso dos dirigentes sindicais para aos locais de trabalho mais difícil, ou, quando o permitem, os funcionários são orientados a não falar ou ter contato com eles. Apenas 16,6 por cento dos dirigentes sindicais entrevistados, por exemplo, disseram que sempre têm acesso ao local de trabalho (Tabela 3.10). A representação sindical é, em grande parte, uma atividade baseada no local de trabalho, e, por isso, é difícil para os sindicatos executarem o seu mandato sem acesso adequado ao local de trabalho.

Tabela 3.10: Os empregadores permitem o acesso dos oficiais sindicais às fazendas de flores para reuniões sindicais?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sempre | 5 | 16.6 |
| Frequentemente | 14 | 46.6 |
| Raramente | 11 | 36.6 |
| Total | 30 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa de entrevistas com oficiais sindicais de NUPAWU e UHAWU 2009.

O estudo também apurou que alguns empregadores ainda sugerem aos dirigentes sindicais que encontrem com seus membros fora das instalações de trabalho. A pesquisa ainda descobriu que um empregador diz aos trabalhadores que os sindicatos são apenas para a coleta de contribuições sindicais, e, portanto, se eles se unem aos sindicatos, mais dinheiro será deduzido deles, além das contribuições mensais para o Fundo Nacional de Segurança Social. O acesso restrito tornou mais difícil para os sindicatos difundirem a desinformação por parte de alguns empregadores.

Embora seja vital que os sindicatos sejam protegidos contra interferências e intimidações, e que tenham um acesso razoável aos seus membros, os sindicatos também devem tirar proveito de todo o espaço disponível para melhorar o bem-estar

social e econômico de todos os seus membros. Apesar de nenhum dos sindicatos do setor de flores ter concluído um acordo coletivo de trabalho, todos eles têm negociado com os empregadores, caso a caso. Estas negociações ad hoc, ainda que não sejam compreensivas, têm ajudado a melhorar a situação, mas ainda há muito a ser feito. Na verdade, a maioria dos trabalhadores entrevistados não deu votos favoráveis para o desempenho dos sindicatos no setor de flores (Tabela 3.11). Os entrevistados foram convidados a classificar o desempenho do Sindicato no seu local de trabalho em uma série de questões. Apenas 36 por cento dos entrevistados disseram que o sindicato tinha ajudado muito deles com a melhoria do tempo de trabalho. Com relação aos salários, apenas 3 por cento disseram que o sindicato tem sido útil para eles. As respostas sobre os salários não são surpreendentes, dado que a maioria dos trabalhadores na indústria de flores ganha 60.000 xelins Uganda ou apenas aproximadamente E.U. \$ 30 por mês. Os dois sindicatos terão de fazer muito mais se eles querem existir pelo propósito pelo qual foram formados e que fizeram os trabalhadores se juntarem a eles.

Tabela 3.11:A que ponto o sindicato tem sido útil nas seguintes questões?

| Questão | Opiniões Expressas em Porcentagem | | | |
|---------------------|-----------------------------------|-------|-------|------|
| | Muitíssimo | Muito | Pouco | Nada |
| Horas de trabalho | 36.2 | 26.1 | 7.2 | 30.4 |
| Salários | 3.0 | 10.3 | 42.9 | 33.8 |
| Reclamações | 21.7 | 40.6 | 8.7 | 29.0 |
| Roupa de proteção | 2.9 | 10.1 | 40.6 | 46.4 |
| Cuidados médicos | 11.3 | 31.0 | 19.7 | 38.0 |
| Licença maternidade | 22.1 | 45.6 | 5.9 | 26.5 |

Fonte: Entrevistas com funcionários 2009

3:10 Inspeção de trabalho

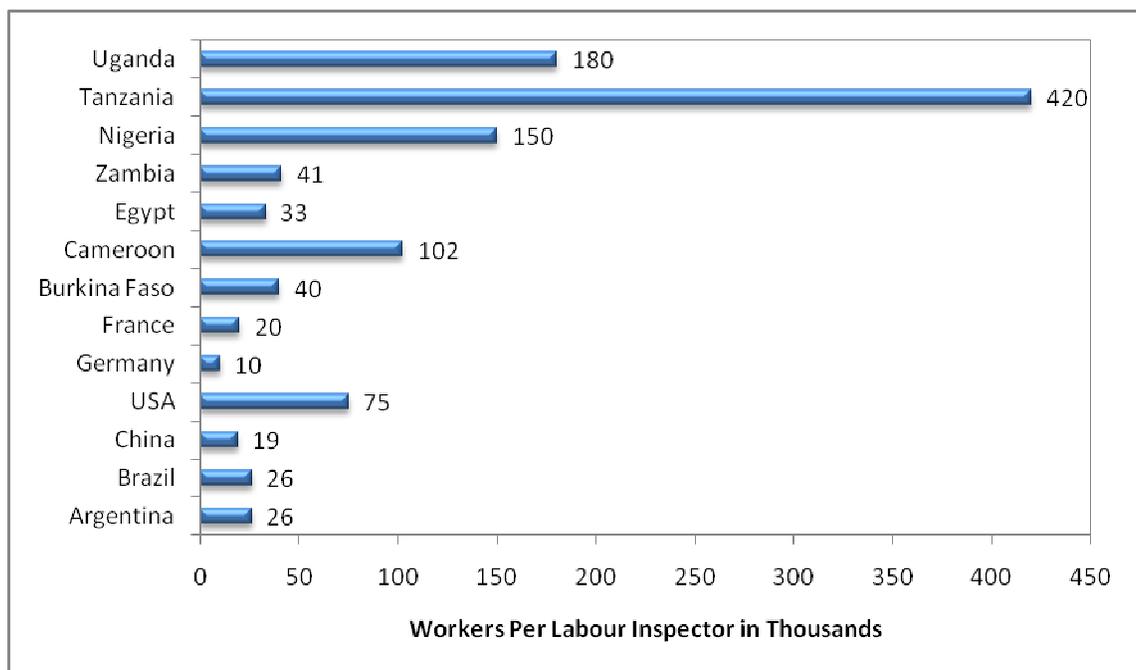
A inspeção efetiva do trabalho é parte integrante de um sistema administrativo funcional de trabalho e é uma condição fundamental para a boa governança no mundo do trabalho (OIT, 2006a). As principais funções da administração do trabalho incluirão a garantia da aplicação das disposições legais, investigando denúncias, fornecendo informações e conselhos técnicos aos empregadores e trabalhadores, bem como levar ao conhecimento das autoridades competentes os defeitos e abusos não cobertos pelas disposições legais existentes (Convenção da OIT C 81 1947). Para que estas funções sejam efetivamente executadas, os inspetores do trabalho devem ter os funcionários públicos na condição de terem o direito de entrar livremente em qualquer local de trabalho suscetível de inspeção e de realizar quaisquer exames, interrogatórios e fazer cumprir qualquer violação da lei no local de trabalho (ibidem). Os inspetores do trabalho em Uganda têm os referidos direitos concedidos por lei e são, portanto, habilitados a executar o seu trabalho de forma eficaz. (Seção 10 Lei do emprego de 2006 e Seção 6 da lei de saúde e segurança ocupacional de 2006).

Apesar das disposições progressivas da lei, a realidade mostra desafios condenatórios para os inspetores do trabalho em Uganda. Após a promulgação da Constituição de 1995, a supervisão e os orçamentos dos serviços de inspeção do trabalho foram descentralizados da administração central para o distrito dos governos locais. O mau estado de inspeção do trabalho em Uganda não perdeu o olho da OIT. O relatório do Comitê do Conselho de Administração da OIT sobre a Inspeção do Trabalho da 95a Sessão da Conferência Internacional do Trabalho observou que, por causa dos recursos distritais limitados em Uganda, muitos chefes de distritos tomam atitudes que, para manter ou estabelecer um serviço de inspeção do trabalho, são de pouca valia (OIT, 2006). A comissão verificou ainda que, devido à falta de fundos e de recursos humanos "as autoridades de inspeção remanescentes eram desprovidas de qualquer substância". É talvez importante citar textualmente os comentários da comissão sobre a falta de um relatório anual da inspeção de trabalho de Uganda:

"O fato de que tem sido impossível produzir um relatório anual sobre o trabalho dos serviços, há anos reflete a extensão do desmantelamento do sistema de inspeção do trabalho, e, ainda mais lamentável, impede qualquer avaliação das necessidades, quer a nível nacional ou regional . Como resultado, é impossível determinar as prioridades de ação ou avaliar os recursos necessários para a ação "

Um retrato sombrio dos serviços de inspeção de Uganda também é pintado por um relatório de 2006 da Administração da Comissão do Emprego e da Inspeção do Trabalho da OIT (OIT 2006b). Ele mostra que, enquanto o valor de referência da OIT é o de que deve haver um inspetor do trabalho para cada 40.000 trabalhadores em países menos desenvolvidos, em Uganda, houve apenas um inspetor para cada 180 000 trabalhadores (Figura 3,5).

Figura 3.5: População economicamente ativa por Inspetor de trabalho 2006



Fonte: OIT 2006b

No distrito de Mukono, com uma população de aproximadamente 800, 000, havia apenas três inspetores do trabalho, enquanto o distrito de Wakiso, com uma

população de aproximadamente 1.250.000 tinha apenas um (1) inspetor de trabalho. Os oficiais de trabalho disseram que seus departamentos receberam doações para os fundos operacionais de não mais de 1000.000 Xelins por ano ou 83,000¹² Xelins de Uganda (Tabela 3.13). O Departamento do Trabalho nos municípios era o único sem um veículo ou motocicleta. Os oficiais de trabalho disseram que eles usavam os transportes públicos, o que tornava difícil a realização da inspeção ou a resposta rápida às queixas. Devido à escassez de fundos, o transporte dos inspetores, em muitas ocasiões foi financiado por empregadores ou empregados.

Caixa 2

Devido à escassez de fundos, trabalhamos de mãos dadas com os empregadores, sindicatos e trabalhadores. Se os trabalhadores ou empregadores têm uma queixa e querem nossa visita em tempo hábil, então eles têm que financiar nosso transporte. **Observações de um oficial do trabalho**

O estudo descobriu através dos oficiais do trabalho que a falta de fundos suficientes é agravada pelas más estradas e locais de trabalho dispersos, o que tornava difícil para eles inspecionar muitos locais de trabalho. Como resultado, descobriu-se que inspeções são muito escassas e não baseadas em qualquer plano programado. Não é surpresa, portanto, que cerca de 85 por cento dos trabalhadores entrevistados disseram que os oficiais de trabalho não executam a inspeção do trabalho (Tabela 3.12).

¹² The 2009 average annual exchange rate has been US 1 dollar to Uganda Shillings 2100 (See Figure 2.9).

Tabela 3.12: O oficial do trabalho do distrito realize inspeções de trabalho na sua fazenda?

| Resposta | Frequencia | Porcentagem |
|-----------------|-------------------|--------------------|
| Sim | 11 | 15.1 |
| Não | 62 | 84.9 |
| Total | 73 | 100 |

Fonte: Dados de pesquisa, Entrevistas com funcionários

A inspeção do trabalho exige o acompanhamento dos empregadores para garantir que as ações recomendadas pelos inspetores do trabalho têm sido realizadas. No entanto, os oficiais de trabalho disseram que, mais uma vez devido à falta de transporte, eram incapazes de fazê-lo, o que compromete a eficácia dos resultados da inspeção do trabalho. Além disso, os empregadores estão cientes de que os oficiais de trabalho têm a falta de transporte para fazer acompanhamentos e, portanto, ignoram a implementação das recomendações dos inspetores do trabalho, bem cientes de que os inspetores não poderiam voltar nos próximos dois ou três anos.

Os oficiais de trabalho também ressaltaram que eles observam péssimas condições de trabalho todos os dias, mas sua capacidade de imposições é dificultada pelo mau funcionamento das instituições de resolução de disputas. Nos termos da seção 5 da Lei de disputas do Trabalho de 2006 (Arbitragem e Liquidação), todas as disputas pendentes devem ser remetidas ao Tribunal Industrial para a determinação. No entanto, como observado anteriormente, o Tribunal Industrial não funcionou durante os últimos três anos. A fim de frustrar os trabalhadores, os advogados que representam os empregadores geralmente insistem em disputas referentes a um tribunal que sabem não existir! Isto causou muita frustração para os trabalhadores.

Tabela 3.13: Estimativas para os itens selecionados, Ministério do Trabalho do distrito de Mukono 2005-2010 ('000)

| Despesas Gerais | 2005/06 | 2006/07 | 2007/08 | 2008/09 | 2009/10 |
|---------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Oficinas | 1,000 | 1,103 | - | - | - |
| Papelaria | 500 | 525 | - | - | - |
| Programa de Monitoramento | 500 | - | 500 | 525 | 500 |
| Inspeção do trabalho | 500 | 1,000 | 300 | 1,050 | 1,100 |
| Dia de trabalho | 1,500 | - | - | 315 | 300 |

As figuras são cotadas em Xelins de Uganda. 1 USD = 2100 Xelins de Uganda

Fonte: Estatísticas do distrito de Mukono, 2005/06-2009/10.

O recurso dos tribunais ordinários civil e criminal também pareceu ser de pouco uso, devido à forma lenta no tratamento de casos de corrupção. Um dos problemas que enfrentam os oficiais de trabalho é a recusa por parte dos empregadores a fornecer-lhes informações a respeito de seus empregados e do ambiente de trabalho sempre que solicitados. A recusa na prestação da informação solicitada ao oficial de trabalho pode ser um delito. Embora esta disposição se destine a fazer com que os empregadores cumpram as leis trabalhistas, não funcionou muito. Oficiais do Trabalho sempre optam por não processar os empregadores que se recusam a fornecer informações solicitadas porque os casos que vão a julgamento demoram muito tempo para serem ouvidos e serem eliminados. Oficiais do Trabalho também observaram que os empregadores subornam nos corredores dos tribunais nas muitas que não podem garantir que os processos de trabalho contra eles fracassem.

Os empregadores também usam os médicos da empresa para frustrar os resultados da inspeção do trabalho. A lei de compensação dos trabalhadores exige que os trabalhadores acidentados visitem um médico qualificado para determinar o nível de sua incapacidade para fins da compensação. Um oficial de trabalho deu um exemplo de uma trabalhadora, cuja vista tinha sido danificada devido à exposição a produtos químicos, mas tinha sido declarada normal e sem incapacidade por um médico da empresa. No entanto, quando ela visitou uma instalação médica do governo, foi confirmado que ela tinha uma deficiência visual permanente. Mesmo com todas as

provas, a entidade patronal manteve-se inflexível quanto a indenização de acordo com a lei.

Quanto ao papel dos sindicatos, os oficiais de trabalho não eram muito favoráveis a eles. Eles disseram que os sindicatos não tinham feito muito para aliviar o sofrimento dos trabalhadores e eles na verdade os consideravam muito fracos e comprometidos. Os oficiais disseram que alguns dirigentes sindicais foram comprados com habitação e transporte gratuito pelos empregadores e, como resultado, cuidaram menos da situação dos trabalhadores. Um deles era da opinião de que alguns dirigentes sindicais usam os trabalhadores apenas para ganhar dinheiro. Um oficial de trabalho disse que "Quando eles querem o dinheiro, causam uma greve para que os empregadores possam dar-lhes algum dinheiro". A interferência política também foi vista como um problema. Os oficiais do Trabalho que tentam cumprir estritamente as leis trabalhistas são muitas vezes acusados pelos líderes políticos de serem sabotadores econômicos e contra investimentos.

O emprego e a produção pressupõem um ao outro; não pode haver produção sem empregados da mesma forma que não pode haver produção sem emprego. O aumento da produção é muito importante em qualquer estratégia para aumentar o emprego. O objetivo declarado da Associação de Exportadores de Flores de Uganda é o de aumentar as exportações de flores para cerca de 10 toneladas por ano no valor de E.U. \$ 50 milhões e, conseqüentemente, criar 5000 postos de trabalho a mais nas fazendas de flores nos próximos 5 anos. Estas metas, embora bastante ambiciosas, são possíveis se a maioria das medidas propostas for realizada. No entanto, para que o trabalho e os empregos criados sob a estratégia de expansão possam ser dignos o suficiente para garantir um bom padrão de vida, eles dependerão da eficácia das instituições do mercado de trabalho. O estudo constatou que, embora as leis trabalhistas de Uganda proporcionem a oportunidade para a realização de um trabalho digno, a incapacidade de fazer cumprir a legislação expõe os trabalhadores a indecentes condições de trabalho, caracterizadas por baixos salários, saúde ocupacional, segurança e higiene deficiente e falta de vários direitos fundamentais. A conclusão do estudo é

que, até que o governo faça do trabalho decente uma prioridade e melhore os serviços de inspeção do trabalho em especial, melhorando o acesso ao mercado através de quadros como os APE e aumente a capacidade de oferta, sozinho pouco fará para melhorar o padrão de vida dos operários em Uganda e a indústria de flores em particular.

Capítulo Quatro

4. Conclusão

Este estudo foi motivado por um interesse de compreender melhor os fatores que limitam o crescimento das exportações e limitam os resultados positivos no emprego com a liberalização do comércio. A indústria de flores foi utilizada como estudo de caso, e os objetivos específicos do estudo foram os de analisar as restrições às oportunidades de acesso ao mercado no âmbito dos APE e a que ponto as instituições do mercado de trabalho em Uganda podem facilitar a obtenção de benefícios sociais no âmbito dos APE através da agenda do trabalho decente.

O estudo se beneficiou de ambas as fontes primárias e secundárias de dados. Os dados primários foram gerados a partir de entrevistas de pessoas com trabalhadores e empregadores da indústria de flores, com os líderes da União Nacional de plantadores e Trabalhadores Rurais de Uganda e da União Hortícola e trabalhadores aliados de Uganda, com os funcionários da área de trabalho dos distritos de Wakiso e Mukono, com funcionários do Ministério do Comércio, com dirigentes de ONGs e com os atores do setor privado. Os dados secundários, por outro lado, foram obtidos a partir de relatórios governamentais, relatórios e documentos da OIT, de pesquisas acadêmicas e de fontes jornalísticas, entre outros. Embora a ampliação da amostra da população tenha tornado os resultados mais ricos, a combinação de entrevistas com longas revisões de documentários sobre o comércio e as instituições do mercado de trabalho tornam os resultados uma ferramenta útil para compreender as restrições da indústria

de flores e do setor de exportação em termos gerais, bem como o déficit de trabalho decente no setor de flores e em Uganda como um todo.

O estudo descobriu que a indústria de flores é um forte setor de exportação que tem mantido uma taxa de crescimento médio anual de cerca de 14 por cento nos últimos dez anos. Como resultado, o valor das exportações de flores aumentou em mais de 200 por cento durante um período de dez anos, de E.U. \$ 9,7 milhões para mais de E.U. \$ 32 milhões, em 2007. Apesar deste crescimento exponencial, o comércio de flores de Uganda constitui ainda uma parte muito pequena do comércio de flores global, avaliado em aproximadamente E.U. \$ 6 bilhões. Sua participação é também muito menor do que a de seu vizinho imediato e concorrente; Quênia, que é maior do que E.U. 550 milhões dólares anualmente.

A ideia subjacente por trás dos acordos de livre comércio como o EPA é que o livre comércio expande as oportunidades e os benefícios para todos os parceiros comerciais de forma igual. Assume-se ainda que o livre comércio não só aumenta a eficiência e o crescimento, mas também aumenta as oportunidades de emprego. No caso dos países em desenvolvimento como Uganda, também aumenta o salário para a mão-de-obra mais abundante, a não qualificada. O estudo revelou, no entanto, que devido a um ambiente desfavorável aos negócios, caracteriza-se por infra-estruturas públicas pobres, sempre elevando tarifas de energia elétrica, fretes elevados, bem como problemas de acesso a financiamentos de longo prazo. Uganda não é capaz de tirar pleno proveito das oportunidades criadas pelo acesso ao livre comércio. Os resultados são, portanto, de acordo com Kalecki, de que o problema da insuficiente capacidade produtiva é o principal desafio para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Portanto, para esperar que Uganda possa competir com a UE em igualdade de condições, ignora-se as condições econômicas objetivas de Uganda. Era óbvio que, sem essas limitações a indústria de flores talvez tivesse utilizado o acesso ao mercado da UE de forma mais produtiva e competitiva. Portanto, para Uganda desfrutar de benefícios de

oportunidades de acesso ao mercado, estas restrições devem ser abordadas. Algumas das medidas que podem ser tomadas em relação à indústria de flores incluem:

1. O governo deveria criar um banco agrícola, tendo em conta a relutância dos bancos em Uganda para emprestar à agricultura.
2. O governo deveria coordenar o fundo de pesquisas e desenvolvimento. O estudo propõe que um fundo de Pesquisa e Desenvolvimento seja gerido pelo governo e da indústria de flores possa ser estabelecido. O fundo deve ser capitalizado com recursos do Tesouro do Estado e das contribuições da indústria de flores.
3. O governo de Uganda deve pedir uma parte da Etiópia e ajudar os investidores a adquirir terrenos, especialmente nas áreas montanhosas, onde o grande brotado valoriza o cultivo de rosas.
4. O governo deve aumentar os recursos para a manutenção de estradas, especialmente em áreas de atividades econômicas como a do cultivo de flores. Nos casos em que incorre um investidor privado custeia a manutenção de uma via pública, um mecanismo de compensação devem ser posto em prática. Isto poderia ocorrer na forma de deduções fiscais.
5. A proposta da Associação de Exportadores de Flores de Uganda de renunciar à tributação do combustível para a aviação deve ser considerada seriamente. Além disso, entre 1970 e 1990, o governo de Uganda operou uma companhia chamada Uganda Air Cargo. Esta empresa foi criada para oferecer serviços de transporte subsidiado para os países importadores e exportadores. Em vista do fato de que apenas um cargueiro opera a partir de Entebbe para a Europa, o governo de Uganda deve considerar a reativação da Uganda Air Cargo. Tal ação aumentaria a capacidade de carga disponível, aumentaria a concorrência e, talvez, derrubaria as taxas de frete.
6. O programa de eletrificação rural deve dar prioridade às áreas com atividades econômicas vitais, como as fazendas de flores. Como no caso das estradas, onde os investidores privados custeiam a construção de linhas de distribuição de eletricidade, a compensação deve ser feita.

7. Instituições de fortalecimento do padrão de qualidade, como o Departamento de Proteção de Cultivos, devem ser reforçadas através do financiamento de melhoria e de pessoal.

Segundo a abordagem keynesiana, as decisões sobre o nível de produção e a quantidade de empregos a serem oferecidos dependem do nível esperado de lucro que está relacionado com as expectativas sobre a demanda futura. O estudo conclui que, embora os APE ofereçam a UE novos incentivos ao comércio através da eliminação das tarifas, Uganda não receberá novos incentivos no âmbito dos APE porque ela já tinha acesso livre ao mercado da UE. Isto significa que os APE não oferecem aos exportadores de Uganda qualquer expectativa positiva sobre as condições de demanda efetiva. Resulta-se, portanto, que exista a probabilidade de haver efeito positivo dos APE no emprego na indústria de flores como um todo. Pelo contrário, é possível que haja efeitos negativos sobre o emprego em Uganda. Isso ocorre porque a eliminação das tarifas sobre os bens da UE que vem para Uganda pode fazer com que aumente a penetração das importações da UE. O aumento da concorrência pode levar à perda de emprego em empresas e indústrias que não serão capazes de sustentar a concorrência com os produtos da UE. O aumento da penetração das importações da UE em Uganda implica em uma expectativa positiva sobre lucros e sobre demanda efetiva do lado dos produtores da UE. Felizmente, para os produtores da UE, como observa Kalecki, há excesso de capacidade e eles utilizarão as oportunidades de mercado como e quando elas surgirem em Uganda. Se essa suposição acabar sendo real, enquanto Uganda estiver experimentando perdas de emprego, a UE estará testemunhando um efeito positivo no emprego por meio dos APE.

No que tange o bem-estar dos trabalhadores, o estudo constatou que embora os trabalhadores das fazendas de flores eram produtivos, ele não tinham um rendimento justo, segurança no local de trabalho e segurança social para suas famílias. Direitos básicos como a liberdade de expressão, liberdade de associação, de igualdade de oportunidades e de tratamento de todos os homens e mulheres não eram completamente usufruídos. A maioria dos trabalhadores das fazendas de flores ganhava

cerca de 60.000 xelins de Uganda ou E.U. \$ 30 por mês, além da Segurança Ocupacional e as condições de saúde serem pobres. Vários trabalhadores, especialmente os trabalhadores de tempo parcial não eram abrangidos por qualquer forma de regime de segurança social. Mesmo para aqueles que eram cobertos, não era o suficiente, dado que sob o fundo contributivo fundo de segurança social e previdência do governo, os benefícios dependem do rendimento de cada um, em média, a maioria dos trabalhadores economiza cerca de 9.000 xelins de Uganda, ou E.U 4,5 dólares por mês para sua aposentadoria. Esta quantia é muito pequena para oferecer qualquer pensão significativa. A discriminação ficou evidente no que diz respeito aos benefícios como a licença maternidade. Embora as fazendas de flores, sob a UFEA, tenham assinado um acordo de reconhecimento com os dois sindicatos designados para organizar os trabalhadores na indústria de flores, não havia liberdade de associação, tais como acordos de negociação coletiva. Casos de intimidação de dirigentes sindicais também foram relatados.

O grande déficit do trabalho decente ocorreu contra um histórico de muitas leis trabalhistas progressistas; uma legislação, a qual se fosse devidamente implementada, melhoraria as condições de trabalho tremendamente. No entanto, como já foi observado anteriormente, Uganda é um país-cartaz do FMI / Banco Mundial e, como tal, o governo do dia adere fortemente às políticas neoliberais. Como conseqüência, a liberalização de todas as esferas da economia tem sido exercida com diligência. É a hipótese do estudo que o descumprimento por parte do governo de implementar as leis trabalhistas é proposital e tem uma função dentro da agenda neoliberal. Na ausência de mecanismos que garantam a redistribuição dos trabalhadores no mercado de trabalho, estes têm muito pouco a ganhar com o crescimento do comércio. Por exemplo, os salários pagos aos trabalhadores mais mal pagos tem sido de 60.000 Xelins de Uganda nos últimos dez anos, apesar do fato de que o valor das exportações de flores aumentou mais de 200 por cento durante o mesmo período. Uma das inferências que podem ser feitas a partir deste estudo é que o comércio não distribui os seus benefícios entre os fatores de produção. Portanto, mesmo se Uganda realizasse um milagre e se tornasse

um exportador de bens manufaturados para a UE, os trabalhadores teriam pouco benefício, na ausência de uma configuração das instituições do mercado de trabalho que facilitam a apropriação dos benefícios sociais do comércio para o trabalho e também garanta a proteção dos direitos dos trabalhadores.

Olhando para trás para os últimos 20 anos de globalização, pode-se notar alguns países que prosperaram economicamente, como China, Índia e Coréia, entre outros no Leste Asiático. No entanto, um segmento que atravessa o sucesso desses países é que eles combinam tanto a política industrial quanto a de comércio para atingir suas metas de crescimento e desenvolvimento. Todos eles abriram as suas economias de uma forma sistemática e gradual. Indústrias que estavam maduras foram deixadas para brigar no mercado global, enquanto que aquelas que ainda estavam no início eram fortemente protegidas. O efeito dos APE é que Uganda não terá o espaço de desenvolvimento para aplicar a política comercial que promova as indústrias que estão surgindo e os empregos relacionados a elas.

Sob a era neoliberal dos governos, especialmente o de Uganda mudou de lado, dos interesses gerais do povo aos interesses estreitos do capital. Portanto, para esperar que o governo se preocupe com o bem-estar dos trabalhadores seria um exercício de futilidade descuidado. Assim, a responsabilidade de assegurar que os benefícios do comércio sejam apropriados para os trabalhadores recai sobre os sindicatos. Os sindicatos devem assumir a liderança nacional e internacional de oposição ao investimento prejudicial e às políticas comerciais, como os APE. Isso exigirá novas estratégias de organização (Gonçalves et al 2009). Esta tendência de renovação poderá incluir o apoio à ação política e a campanhas contra as políticas comerciais desleais, tais como os APE, bem como de alianças com organizações da sociedade civil e grupos comunitários, a fim de legitimar a ação para a mudança sócio-econômica. Não obstante, o apoio de sindicatos no Norte global é pode ser limitado, uma vez que acordos como os APE criam postos de trabalho em seus países. O foco, portanto, deve estar numa forte coalizão do sul para um comércio justo e as políticas econômicas em geral. As falhas de

ação dos sindicatos de agir agora vão significar que o comércio e a economia vão crescer, mas sem ninguém para se apropriar do trabalho.

Referências Bibliográfica

- ACKAH CHARLES AND OLIVER MORRISSEY, Trade Policy and Performance in Sub-Saharan Africa since 1980s, African Development Bank, Research Working Paper No. 05/13, Tunis 2005.
- ALLI BENJAMIN, Fundamental Principles of Occupational Health and Safety, ILO, Geneva, 2008.
- AMENGUAL MATTHEW, Complementary Labor Regulation: The Uncoordinated Combination of State and Private Regulators in the Dominican Republic, Presented at the Annual Meeting of the Society for the Advancement of Socio-Economics, San Jose, Costa Rica, 2008.
- AMENGUAL, M AND LOCKE, RICHARD ET AL, Virtue out of Necessity: Compliance, Commitment and the Improvement of Labor Conditions in Global Supply Chains, MIT Sloan School Working Paper 4719-08, 2008.
- AMJADI AZITA AND ALEXANDER J YEATS, Have Transport Costs Contributed to the Relative Decline of Sub-Saharan African Exports?_World Bank, Policy Research Paper No. 1559, Washington, 1995.
- ASEA AND KAIJA DARLSON, Impact of the Flower Industry in Uganda, ILO Working Paper No. 148, Geneva, 2000.
- ATAMBO HELEN, "Occupational Safety and Health Indicators in Kenya", *African News Letter*_No. 3, Helsinki, 1999.
- AWANGE JOSEPH AND POR HERICK, Energy Resources in East Africa: Opportunities and challenges, Springer, Berlin, 2006.

- AZAM JEAN PAUL, Labour Institutions, Labour-Management and Social Dialogue in Africa, World Bank, Washington, 2005.
- BALDWIN, RICHARD E. AND FREDERIC ROBERT-NICOUD, Free Trade Agreements without Delocation in *The Canadian Journal of Economics* , Vol. 33, No. 3, pp. 766-786, 2000.
- BANK OF TANZANIA, Monthly Economic Review Report, June 2009.
- BANK OF UGANDA, Annual Report, 2007.
- BANK OF UGANDA, Bank Supervision Report, Kampala, 2008.
- BANK OF UGANDA, Monthly Economic Review Report June 2009
- BARYA J.J, Law, state and working class organisations in Uganda, Ph.D. Thesis, University of Warwick, 1990
- BARYA J.J, The State of Civil Society in Uganda: An Analysis of the Legal and Politico – Economic Aspects, CBR Publication, Kampala, 2000.
- BERG J AND KUCERA D, “*Labour Institutions in the Developing World: Historical and Theoretical Perspectives*” In *Defence of Labour Market Institutions*, Palgrave Macmillan, New York, 2008.
- BLAKE ADAM, MCKAY ANDREW AND MORRISSEY OLIVER, The impact on Uganda of Agricultural Trade Liberalization, Credit Research Paper, No. 01/07, University of Nottingham, 2001.
- BLOWFIELD, ETHICAL TRADE: A Review of Developments and Issues, *Third World Quarterly*, No.20, 1999.
- BOLLE PATRICK, Perspectives, Part-time work: Solution or Trap? *International Labour Review Volume*, 136, No. 4 p.557-579, Geneva, 1997.
- BOYER ROBERT, “How Employment and Workers’ Rights can be made Complementary” in OCAMPO ANTONIO JOSE AND JOMO K (Ed) *Towards Full and decent Employment*, Orient Longman, New York, 2007.
- BRAUN JOACHIM AND FERRONI MARCO, “Public Private Partnership in Agricultural Research”, Paper presentation at a *World Bank workshop on Private Public*

- Partnership in Agricultural Research to Benefit the poor*, World Bank, 30th October 2008.
- BROSON, PETER ANTHONY, "The Minimum Wage in a Global Context" in JONATHAN MICHIE, *The Handbook of Globalization*, Edward Elgar, New York, 2003,
- BULIR ALES AND HANANN, "Aid Volatility: an Empirical Assessment", IMF Staff Papers, vol.50.no.1, pp 64-89, 2003.
- BURTLESS, G AND SHAPIRO, R, *Globaphobia: Confronting Fears about Open Trade*, Brookings Institute, Washington, 1998.
- CARD DAVID AND KRUEGER ALLAN, *Myths and Measurement: The New Economics of the Minimum Wage*, Princeton University Press, New Jersey, 1995.
- CENTRAL BANK OF KENYA, *Monthly Economic Review Report*, June 2009
- CHANG, J, *Why Developing Countries Need Tariffs: How WTO NAMA Negotiations Could Dent Developing Countries' Right to a Future*, South Centre, Geneva, 2005.
- CHRISTOPHER STEVENS, *Impacts and Challenges of Multilateral Trade Agreements*, IEDG, No.79, 2005.
- CLIVE, J, *Agricultural Research and Development: The Need for Public Private Sector Partnership*, *Issues in Agriculture* No. 9, CGIAR, Washington 1996.
- COMMONS JOHN AND ANDREW JOHN, *Principles of Labour Legislation*, Harper and Brothers, New York, 1936.
- Control of Agricultural Chemicals Act*, 1989.
- COOK, REBECCA J, *Advancing Safe Motherhood through Human Rights*, WHO, Geneva 2001.
- CROTTY JAMES, "The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and 'Modern' Financial Markets on Nonfinancial Corporation Performance in the Neoiberal Era" in EPSTEIN GERALD, *Financialization and the World Economy*, Edward Elgar Northampton, MA, 2005.

CURRIE J & HARRISON A, Trade Reform and Labour and Labour Adjustment in Morocco, World Bank, Washington, 1994.

DAVID WEIL, “crafting a progressive workplace regulatory policy: why enforcement matters” in *Comparative Labour Law and Policy Journal*_Vol. 28 (2), pp. 125-154, 2007.

DERANIYAGALA SONALI & FINE BEN, “New trade Theory versus Old Trade policy: A continuing Enigma”, *Cambridge Journal of Economics*, vol.25, pp.809-825, 2001.

DHARAM GHAI, Decent Work: Concept and Indicators, in *International Labour Review*, Vol. 142 (2), 2003.

DIJKISTRA TJALLING, Export Diversification in Uganda: Development in Non-Traditional Agricultural Exports, African Studies Center, Working paper No. 47, Amsterdam, 2000.

DORBUSCH RUDIGER, “The Case for Trade Liberalization in Developing Countries”, *Journal of Economic Perspectives*, Vol 6 (1) pp. 69-85, 1992.

DROUGUÉ AND GOZLAN, Trade Distorting and TBT in the European Union; A Qualitative Assessment from the Market for Live Plants and Cut Flowers, TRADEAG, Paris, 2007.

EARTH TRENDS, <http://earthtrends.wri.org>.

ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION, Addressing Supply-Side Constraints and capacity Building (EESCAP/SCITI/3), 2004.

ELECTRICITY REGULATORY AUTHORITY, Consolidated Report 2004-2008, Kampala, 2008

ELECTRICITY REGULATORY COMMISSION OF KENYA, Annual Report, Nairobi, 2008.

Employment Act, 2006.

ERIKSON, BJORN; GRAHAM, IAN. 2005. “Shared interests: Unions and Labour Inspection”, in *Labour Education*, Vol.3-4. No. 140-141 Pp.9-14, 2005.

EU/GOU, Ninth European Development Fund Country Strategy Paper and National Indicative Programme 2008-2013.

EUROPEAN UNION AND EAST AFRICAN COMMUNITY, Economic Partnership Agreement

EUROSTAT 2008: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

- Eyraud F and Saget C, "The revival of the Minimum Wage Setting" in Berg and Kucera (ed.), *In Defence of Labour Market Institutions*, Palgrave Macmillan, New York, 2008.
- FORSTATER MATHEW, "Unemployment" in King J.E (ed.), *The Elgar Companion to Post Keynesian Economics*, Edward Elgar Publishing House Limited, Massachusetts, 2003.
- GABRE-MADHIN E, HANS DE VETTE, Uganda Horticulture Sector Study, World Bank, Research Working Paper No. 44309, Washington, 2004.
- GENE M. GROSSMAN AND ELHANAN HELPMAN, "The Politics of Free-Trade Agreements" in *American Economic Review*, Vol. 85, No. 4 (Sep., 1995), pp. 667-690.
- GEORGE R. FEIWEL, *The Intellectual Capital of Michal Kalecki: A study in Economic Theory and Policy*, University of Tennessee Press, Knoxville, 1976.
- GHAI DHARAM, "Decent Work: Concept and Indicators", *International Labour Review*, Vol. 142 No. 2 Geneva, 2003.
- GHOSE AJIT, *Jobs and Incomes in a Globalizing World*, ILO, Geneva, 2003.
- GONCALVES JOSE RICARDO B., MARIA ALEJANDRA CAPORALE MADI, AND DARI KREIN, *Labour and Trade Unions in the Financial Sector: Challenges in Contemporary Brazil*, Paper Presented at the Global Labour University, Mumbai, 2009.
- GONZALVES E.R, *The Politics of Trade Unions and Industrial Relations in Uganda, 1950 – 1971*, Ph.D. Thesis, Manchester University, Kampala, 1974
- GREENFIELD GERARD AND ROSMAN PETER, "Financialization: New Routes for Profits, New Challenges for Trade Unions", *Labour Education Number 142*, ILO, Geneva 2006.
- GROSSMAN G & HELPMAN E, *Innovation and Growth in the Global Economy*, MIT Press, Cambridge, 1991.
- HELPMAN E AND KRUGMAN P, *Market Structure and Foreign Trade*, Wheatsheaf Press, Brighton, 1985.

- HENSON, S AND RUPERT L “Barriers to agricultural exports from Developing countries” in *World Development* (1), pp 85-102, 2000.
- HERR HANSJORG, MILKA KAZANDZISKA AND MAHNKOPF-PRAPROTNIK SILKE, “Theoretical Debates about Minimum Wages”, *Global University Working Papers* No. 6, Berlin 2009.
- HOBSBAWM ERIC, *The Age of Extremes: A history of the World, 1914-1991*, pantheon Books, New York, 1995.
- HOLT RICHARD AND PRESSMAN STEVEN, *What is Post Keynesian Economics*, in HOLT RICHARD AND PRESSMAN STEVEN (eds.), *A New Guide to Post Keynesian Economics*, Routledge, London, 2001.
- ILO, Convention 111 Discrimination (Employment and Occupation) 1958.
- ILO, Convention 183 Maternity Protection, Geneva, 2000.
- ILO, Declaration on Fundamental Principles and the Rights at Work, Geneva, 1998.
- ILO, Digest of Decisions of the Committee of Freedom of Association, Geneva, 2006a.
- ILO, Labour Inspection Convention No. 81, 1947
- ILO, Report of the Committee of Experts on the Application of Conventions and Recommendations, 95th Session International Labour Conference Geneva, 2006.
- ILO, Strategies and Practice for labour Inspection, Document GB.297/ESP/3, Governing Body, 297th Session, Geneva, 2006b.
- IMF, Uganda Poverty Reduction Strategy Paper, Progress Report, Washington, 2004.
- JAUCH, *Structural Adjustment Programmes: Their Origins and International Experiences*, LaRRI, Windhoek, 1999.
- JOMO K, Towards “Full Employment and Decent Work: An Introduction” in OCAMPO ANTONIO JOSE AND JOMO K (Ed) *Towards Full and decent Employment*, Orient Longman, New York, 2007.
- KARINJI S AND PEREZ D, *How to Balance the Outcomes of Economic Partnership Agreements for Sub-Saharan African Economies*, *The World Economy*, Vol. 30 (12), 2007.

KARINJI S, Welfare Effects of EU-Africa Economic Partnership Agreements, Economic Commission of Africa, Addis Ababa, 2005.

KEYNES, JOHN, MAYNARD, General Theory of Employment, Interest and Money, Cambridge press, Cambridge, 1973.

KHAN RAHMAN AZIZUR, "Growth Employment and Poverty: An Analysis of the Vital Nexus," United Nations Department of Economic and Social Affairs, working Paper No. 49, 2007.

KING JOHN, "Labour and Employment" in HOLT RICHARD AND PRESSMAN STEVEN (eds.), A New Guide to Post Keynesian Economics, Routledge, London 2001.

KOLSTAD IVAR AND WIIG ARNE, "Lowering Barriers to Agricultural Exports through Technical Assistance" in *Food Policy* vol. 30 pp 184-204, 2005

KOLSTAD IVAR AND WIIG ARNE, A cost-benefit Framework for Allocating SPS Related Technical Assistance, Chr Michelsen Institute, Working paper No. 8, Bergen, 2003.

KRUGMAN PAUL AND OBSTFELD MAURICE, International Economics: Theory and Policy, Pearson Addison-Wesley, Boston, 2008.

KUCERA, DAVID, The effects of core worker Rights on labour costs and foreign Direct Investment: Evaluating the "Conventional Wisdom" *International Labour Education*, Institute of Labour Studies ,Vol. 3-4, No. 140–141, pp. 9–14, 2005.

LABASTE P, The European Horticulture Market: Opportunities for Sub-Saharan African Exporters, World Bank, Working Paper No. 63, Washington, 2005.

Labour Disputes (Arbitration and Settlement) Act, 2006.

Labour Market Information Status Report, Ministry of Gender Labour and Social Development, Kampala 2006.

Labour Unions Act, 2006.

LAMBERT ANDREW, A Scoping Study for Detailed Case Studies of trade facilitation/ Export Promotion Projects for Africa's Non Traditional Agricultural Products in Sub-Saharan Africa, World Bank, Research Working Paper 3253, Washington, 2002.

LAMMERS, J.W AND MACLEOD, *Report of a Pest Risk Analysis-Helicoverpa Armigera*, Joint publication of the Plant Protection Service (Netherlands) and Central science Laboratory, 2007.

LANGILE B, *What is International Labour Law For?* ILO, Geneva, 2005.

Lee Eddy, *Trade liberalization and Employment*, ILO/DESA Working Paper No. 5, 2005.

LIMAO N AND VENABLES A, *Infrastructure, Geographical Disadvantage and Transport Costs* in *The World Bank Economic Review*, Vol. 15(3) pp. 451-479, 2001

LINDBLOM, LARS AND HANSSON SVEN OVE, "Evaluating Work Place Inspection", *Policy and Practice in Health and Safety*, Issue 2, pp 77-91, 2004.

MADI MARIA ALEJANDRA CAPORALE, BARBOSA GONCALVES AND DARI KREIN, *Financialization and Employability: The Impact on Bank Workers' Union Movement in Brazil-1994-2003*, Paper Presented at a Conference on Radical Economics and Labour Movement, UKM, USA, 2005.

MARX KARL, *Capital*, Volume One, Chapter One (1867).

MARX KARL, *Wage Labour and Capital*, 1847.

MARX KARL, *Wages of Labour* (1844).

MBITI JOHN, *African Religions and Philosophy*, Heinemann Portsmouth, 1992.

MESQUITA M & NAJBERG S, "Trade Liberalization in Brazil: Creating or Exporting Jobs" in *Journal of Development Studies*, Vol. 30(3), pp78-100, 2000.

MILNER.C, MORRISSEY. O AND N. RUDAHERANWA "Policy and Non-Policy Barriers to Trade and Implicit Taxation of Exports in Uganda", *Journal of Development Studies*, 37(2), pp. 67-90, 2000.

Ministerial Policy Statement, Ministry of Gender Labour and Social Development 2009/10, Kampala.

Ministry of Finance Planning and Economic Development, *Background to the Budget*, Kampala, 2008.

- MISHEL (ed): Emerging labor market institutions for the 21st century, University of Chicago Press, Chicago, 2004.
- MORRISSEY OLIVER, ADAM BLAKE, MCKAY ANDREW, The Impact on Uganda of Agricultural Trade Liberalization, Credit Research Paper No. 01/07, University of Nottingham, 2001.
- MUQTADA MUHAMMED, Macroeconomic Stability, Growth and Employment Issues and Considerations beyond Washington Consensus, Employment Paper 48, ILO, Geneva, 2003.
- MWAMADZINGO M AND WANDERA M, "Minimum Wages or Minimizing Wages in Paying Attention to Wages", *Labour Education* No. 128, Geneva, 2003.
- NALUNGA JANE AND KIVUMBI DOUGLAS, Economic partnership Agreements: Implications and the Way forward for Uganda, SEATINI, Kampala, 2004.
- NEUMARK DAVID AND WASCHER WILLIAM, Employment "Effects of Minimum and Sub-Minimum Wages: Panel Data in State Minimum Wage Laws", *Industrial and Labour Relations Review*, pp. 55-81, 1992.
- OCAMPO JOSE & TAYLOR LANCE, "Trade Liberalization in Developing Countries: Modest problems but Problems with Productivity Growth, Macro Prices and Income Distribution" in *Economic Journal*, Vol. 108, pp.1523-46, 1998.
- Occupational Safety and Health Act, 2006.
- OKWE A., An Evaluation of Trade Unions and Social Conditions of Industrial Workers in Uganda, CBR Publications, Kampala, 1999.
- OPONDO M, DOLAN C, SMITH S, Gender Rights and Participation in the Kenya cut Flower Industry, National Resources Institute, London, 2005.
- OSIATYNISKI JERZY, Collected works of Michal Kalecki, Vol. 5, Developing Economies, Oxford University Press, Oxford, 1982.
- OUMA A STEPHEN, "The Role of Social Security Protection in Socio-Economic Development in Uganda", *Journal of Social Development*, Vol. 10 (2), pp 5-12, 1995.

- PATRICK CRONIN, "Explaining Free Trade: Mexico, 1985-1988" in *Latin American Politics and Society*, Vol. 45, No. 4, 2003, pp. 63-95.
- POLANYI KARL, *The Great Transformation*, Beacon Press, Boston MA, 1956.
- POLLIN ROBERT, *Labour Market Institutions and Employment Opportunities in Kenya*, Paper prepared for Festschrift, Department of Economics and Political Economy Research Institute, University of Massachusetts-Amherst (Unpublished), March 2009.
- Private Sector Foundation, *A Report on Development of Practical options Address high Freight Costs from Uganda to major Export Markets in the flower Industry*, Kampala, 2009.
- Public Service, *Restructuring Report*, Kampala, 1999.
- Ratio Magazine, 13th February 2009.
- RATTSO J & TORVIK R, "Zimbabwean Trade Liberalization: Ex-Post Evaluation", *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 22, pp.325-346, 1998.
- RAVENGA A, *Employment and Wage Effects of Trade Liberalization: The Case of Mexican Manufacturing*, World Bank, Washington, 1994.
- REINIKKA R. AND SVENSSON J. 'How Inadequate Provision of Public Infrastructure and Services Affects Private Investment', *The World Bank Development Research Group*, Washington, 1999.
- RICARDO DAVID, *The Principles of Political Economy and Taxation*, 1817, <http://www.marxists.org/reference/subject/economics/ricardo/tax/ch07.htm>
- RIISGAARD LONE, *What's in it for Labour ? : Private Social Standards in the Cut Flower Industry in Kenya and Tanzania*, Danish Institute of International Studies, Copenhagen, 2007.
- ROBERTS S AND ROBINSON N, *The Reality of Sustainable Trade*, International Institute for Environment and Development, London, 2000.
- RODRIK DANI, "Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A Review of World Bank's Economic Growth in the 1990s: Learning from a Decade of Reform", *Journal of Economic Literature*, Vol. 44(4), pp.973-987, 2006.

- RODRIK DANI, "How to Save Globalization from its Cheer Leaders", *The Journal of International Trade and Policy*, Vol.1 (2), pp.1-33, 2007.
- RODRIK DANI, Rethinking economic Growth in Developing Countries, KSG RWP No.07-38 Harvard University, 2004.
- RUDAHERANWA N, Costs of over Coming Market Constraints to Uganda's Export Led Growth Strategy, Economic Policy Research Center, Research Series No. 52, Kampala, 2007.
- RUDAHERANWA N, Trade Costs Relating to Transport Barriers on Uganda's Trade, Economic Policy Research Center, Kampala, 2002.
- SCOTT. R, The Development of Trade Unions in Uganda, East Africa Publishing House, Nairobi, 1966.
- SECCARECCIA MARIO, "Wages and Labour" in KING J.E (ed.), *The Elgar Companion to Post Keynesian Economics*, Edward Elgar Publishing House Limited Massachusetts, 2003.
- SEN AMARTYA, "Work and Rights", *International Labour Review*, Vol. 139 No. 2, 2000.
- SEN, AMARTYA, Poverty and Famines: An Essay on Entitlements and Deprivation, Oxford, Clarendon Press, 1982.
- SHAPIRO CARL AND STIGLITZ JOSEPH, "Equilibrium Unemployment as a worker Discipline Device" in *American Economic Review*, No. 77 pp.489-93, 1987.
- SMITH ADAM, An inquiry into the Nature and Causes of Wealth of Nations, 1776, <http://www.marxists.org/reference/archive/smith-adam/works/wealth-of-nations/index.htm>
- SOMAVIA JUAN, Decent Work in Africa: 2007-2015, ILO, Geneva, 2007.
- STEVEN JAFFEE AND SPENCER HENSON, Standards and Agro-Food Exports from Developing Countries: Rebalancing the Debate, World Bank policy research Working Paper No. 3348, Washington, 2004

STIGLITZ JOSEPH E, *Employment, Social Justice and Societal Well-being*, International Labour Review, Vol. 141(1-2), 2002.

STIGLITZ JOSEPH, “*Global Crisis, Social Protection and Jobs*”, International Labour Review Vol. 148(1-2), 2009.

STIGLITZ, J AND CHARLTON A, *Aid for Trade: A Report for the Common Wealth*, London, 2006.

STOCKHAMMER ENGELBERT, “*Financialization and Slow down of Accumulation*”, *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 28, pp. 719-741, 2004.

STRACHAN YOLANDA, DEEP TOM, KIGGUNDU ROSE, *Uganda: Standards and Trade: Experiences, Capacities and Priorities*, World Bank, Washington, 2008.

TANZANIA ELECTRICITY SUPPLY COMPANY, *Annual Electricity Tariff Application Report*, Dar es Salaam, 2008.

TAYLOR DAVID, “*Occupational Health: An Ugly Picture for Flower Workers and Their Children*”, *Environ Health Perspect*, 114(8): A463, 2006.

The Daily Monitor, Kampala, 14th April, 2009.

The Daily Monitor, Kampala, 15th April, 2008.

The Daily Monitor, Kampala, 5th May, 2009.

THIRLWALL, A.P, “*The Terms of Trade, Debt and Development: with Special Reference to Africa*”, *African Development Review*, Vol. 7(1), pp.1-34, 2008.

TOLENTINO ARTURO, *Supply side Constraints that hamper African enterprises from taking advantage of emerging export market opportunities*, working paper PMD 5, ILO Geneva 2000.

UGANDA BUREAU OF STATISTICS, *Statistical Abstract*, 2006.

UGANDA BUREAU OF STATISTICS, *Statistical Abstract*, 2007.

UGANDA BUREAU OF STATISTICS, *Statistical Abstract*, 2008.

UGANDA BUREAU OF STATISTICS, *Uganda National Household Survey 2005/06*

UGANDA EXPORT PROMOTION BOARD *Annual Report 2008*.

UGANDA FLOWERS EXPORTERS’ ASSOCIATION, *Investing in Uganda’s Flower Industry*, Briefing Paper, 2008.

Uganda National Export Strategy Paper, 2008

UGANDA NATIONAL ROADS AUTHORITY, www.unra.go.ug

UNDP, Human Development Report, 2003.

UNDP, Human Development Report, 2003.

UNITED NATIONS Commodity Data Base (COMTRADE), 2009.

VIDEA, Fair Flowers, Fair trade and Informed Customers: Building on European Strategies for Public Engagement, St Victoria, 2001.

WAW-ACHOLA P, "The Politics of Trade Unions in East Africa" in ALOO OJUKA et al, *Politics and Leadership in Africa*.

WEIL DAVID "Assessing OSHA Performance: New Evidence from the Construction Industry", in *Journal of Policy Analysis and Management*, Vol. 20, No. 4, pp. 651–674, 2001.

WEIL DAVID, Making OSHA Inspections More Effective: Alternatives For Improved Inspection Targeting In The Construction Industry, Center to Protect Workers' Rights, Mary Land, 2004.

WHO, World Health Report, 2008.

WORLD BANK, Ease of Doing Business Index: Measuring Business Regulations, <http://Doingbusinessindex.org>

WORLD BANK, Globalization Growth and Poverty: building and Inclusive World Economy, 2001.

WORLD BANK, Private Solutions for Infrastructure: Opportunities for Uganda, Country Frame work Report, No. 22613, Washington, 2001a.

WORLD BANK, Uganda Moving Beyond Recovery: Investment and Behaviour Change for Growth Washington, Report No. 39221-UG, 2007.

WTO Sanitary and Phytosanitary Measures Agreement, 1995.

WTO, General Agreement on Trade and Tariffs, 1994.

WTO, International Trade Statistics, Geneva 2001.

WTO, Regional Trade Agreements Data Base.

www.ilo.org/public/english/decent.htm